



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 72

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 23 de Setembro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituídos durante a sessão pelos Deputados José Lima e Mark Marques, respectivamente)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados e lida a correspondência, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político**.

Ao abrigo do artigo 73.º do Regimento da ALRAA, foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pelas Bodas de Diamante do Mira-Mar Sport Club**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube à Sra. Deputada Benilde Oliveira, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube à Sra. Deputada Bárbara Chaves, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento de Madalena Férim**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Alexandre Pascoal, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Pesar pelo falecimento de João d’Ávila**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado José Lima, e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

– **Voto de Saudação pelos 35 Anos da RTP Açores**, pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Paulo Rosa, e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), o Voto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*) apresentaram declarações políticas, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e António Marinho (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado João Costa (*PSD*), na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Piedade Lalanda (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*) e Vera Bettencourt (*PS*), e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010 – “Cria o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores”.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Nélia Amaral (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Piedade Lalandá (*PS*), e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

O diploma foi aprovado por maioria.

2. Projecto de Resolução n.º 17/2010 – “Alteração do Regulamento dos Postos de Informação Juvenil”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Guilherme Nunes (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O diploma foi rejeitado por maioria.

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010 – “Regula o fornecimento de informação ao utilizador final de produtos relacionados com o consumo de energia”.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*), usaram da palavra os Srs. Deputados Benilde Oliveira (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Rego (*PS*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

4. Petição n.º 6/2010 – “Não à concentração da frota da SATA Air Açores no Aeroporto de Ponta Delgada”, apresentada por Luís Carlos de Noronha Bretão, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Carla Bretão (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos iniciar os nossos trabalhos, começando com a chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva Gonçalves

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): Da Comissão de Política Geral, Relatório e Parecer à Petição n.º 5/2010 – “Treino militar para aviões F-22 e F-35 com suporte na Base das Lajes”.

Presidente: Vamos entrar agora na matéria dos votos. Temos, em primeiro lugar, um **Voto de Congratulação** do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo às **Bodas de Diamante do Mira-Mar Sport Club**.

Sra. Deputada Benilde Oliveira, faça o favor.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Os votos já foram distribuídos foram distribuídos pelas diferentes bancadas, conforme está acordado entre nós, Sr. Deputado Helder Silva? Tem os votos, Sr. Deputado?

Então, vamos continuar.

Sra. Deputada Benilde Oliveira, faça o favor.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Bom dia.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Bodas de Diamante do Mira-Mar Sport Club

A 25 de Agosto de 1935, reuniram-se, no Cine Teatro Povoacense, vários cavalheiros com o intuito de organizar na Vila da Povoação um novo grupo desportivo. Foi assim, com o Clube Mira Mar de Volley-Ball, que nasceu o Mira-Mar.

Os primeiros Estatutos vieram a ser aprovados a 23 de Maio, em 1941. Estava, assim, oficial e legalmente, constituído o Mira-Mar da Vila da Povoação.

O Mira-Mar, tal como hoje, era uma associação aberta à comunidade.

A exemplo do que aconteceu com outras agremiações desportivas, passou, no ano de 1969, a denominar-se Mira-Mar Sport Clube, designação mais consentânea com a realidade de então.

Assim sendo, foi construído um campo pela fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, no mesmo local onde se encontra o actual complexo desportivo da Povoação, tendo sido inaugurado em 1960. Na época de 1972/1973, já participando na então 2.^a divisão distrital, conseguiu o 1.^o lugar da Zona Oriental, o que lhe deu acesso directo à então Divisão de Honra. Seguiram-se alguns anos que se podem considerar honrosos no panorama e na realidade futebolística da ilha.

A época de 1991/1992 foi, em termos desportivos, o que se pode considerar a época de “ouro”, pois o Mira-Mar sagrou-se campeão da 1.^a divisão regional e ficou muito perto do título de campeão açoriano. Na época 1992/1993, Mira-Mar revalidou o título de campeão de S. Miguel da 1.^a divisão, participando pelo segundo ano consecutivo no Torneio dos Clubes Campeões Açorianos, tendo-se sagrado campeão açoriano, adquirindo assim o acesso directo a participar na 3.^a divisão nacional. Seguiram-se várias épocas de participação naquele escalão do futebol.

A actual sede do clube, sita na Rua Infante Sagres da Vila da Povoação, só foi possível graças à cedência por parte da Fundação dos Botelhos do edifício existente no local.

Os escalões de formação, juniores, são criados no Mira-Mar na época de 1973/1974.

O exercício do cargo de dirigente no Mira-Mar tem sido, e esperamos continue a ser, um trabalho prestado ao clube e à comunidade com o espírito de servir a terra,

pelo que daqui deixamos um agradecimento a todos aqueles que tenham exercido funções nos corpos sociais desta importante e grande instituição.

Os atletas foram muitos e bons. A eles não me refiro em particular, tendo a certeza que a instituição – a família do Mira-Mar – sente por todos um enorme carinho e reconhecimento.

Por Despacho do Presidente do Governo de 4 de Novembro de 1997, o Mira-Mar Sport Clube foi declarado de Utilidade Pública.

Prosseguindo os seus fins, o Mira-Mar, ao longo dos seus 75 anos de vida, tem vindo a exercer, ininterruptamente, a actividade para que nasceu, ocupando, duma forma sadia, os tempos livres das já muitas centenas de jovens deste concelho que passaram pelas suas “escolas”, contribuindo para uma sociedade onde, cada vez mais, se deseja sejam afastados os vários malefícios que proliferam, evitando comportamentos desviantes que, infelizmente, atormentam.

Que os povoacenses saibam ser merecedores deste valioso património desportivo e cultural que lhes foi legado.

Por tudo isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, apresenta um voto de congratulação pelos 75 anos do Clube Mira-Mar, assente na relevante função desportiva e social que a instituição desempenha no concelho da Povoação.

Que deste voto seja dado conhecimento ao respectivo Clube, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Setembro de 2010.

Os Deputados Regionais do PS, *Helder Silva, Benilde Oliveira e Berto Messias*.

Muito obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Álvares, tem a palavra.

***Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se naturalmente a este voto do Partido Socialista, para felicitar o Mira-Mar pela sua já longa e cheia carreira de sucessos.

Sucessos que tanto têm contribuído para elevar a alma e a alegria dos povoacenses e, porque não dizê-lo também, tantas vezes para elevar a sua auto-estima.

Queria relevar aqui um aspecto que me parece, neste momento, ser aquele que é o mais importante: o Mira-Mar possui hoje, nas suas camadas jovens, mais de uma centena de atletas, contribuindo desta forma e sendo também muitas vezes o ancoradouro de tantos jovens, que não tinham um espaço de socialização como aquele que encontram no Clube Mira-Mar.

Por isso, o PSD, num momento como este, ao associar-se ao voto do Partido Socialista, deseja que o Mira-Mar, naturalmente, continue a ser esse repositório de sucessos de tantos jovens que por esse clube passaram.

Obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um **Voto de Saudação** apresentado pelo CDS/PP, relativo aos **35 Anos da RTP Açores**.

Não sei se o voto foi devidamente distribuído. Se não foi, eu vou continuar com outros votos; pedia para, entretanto, o distribuírem e será lido no fim.

Vamos então continuar com outro voto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria**.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Um Corpo de Bombeiros é, por definição, uma unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício de missões de natureza diversa, das quais se destacam o combate a incêndios, o socorro às populações em

caso de sinistro, socorro e transporte de doentes, prestação de serviços ao nível da urgência pré-hospitalar, protecção civil, e desenvolvimento de actividades de formação cívica.

Nos Açores, essas funções são todas desenvolvidas pelas Associações Humanitárias, distribuídas pelas 9 ilhas dos Açores, constituídas por pessoas que, voluntariamente, dispensam parte do seu tempo pessoal para apoio à comunidade, para ajuda a quem mais necessita, contribuindo assim para o bem-estar das populações.

Foram essas as motivações que, há 25 anos, levaram à constituição da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria.

Em 1984, por um grupo de pessoas preocupadas com o facto de não existir um Corpo de Bombeiros Voluntários na Ilha de Santa Maria para assistência, intervenção imediata e socorro à população mariense, foi criada uma Comissão Administrativa, com vista à constituição de uma Associação que permitisse atingir-se esse desiderato. Foram assim sócios fundadores: Jácome Pereira da Costa, António Sousa, João Luís Brandão, Alberto Costa, Dinis Sousa, Paulo Ferreira, António Carvalho, Aureliano Cabral, Manuel Capitão e José Humberto Chaves.

Após decorridos os procedimentos legais, a 16 de Agosto de 1985 foi formalmente constituída a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria, com o objecto específico de manutenção de um corpo de bombeiros voluntários, socorrer feridos e doentes, bem como a protecção, por qualquer outra forma, de vidas humanas e bens, tendo a constituição dos Corpos Sociais ocorrido no ano seguinte, a 10 de Abril de 1986, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila do Porto.

O primeiro Comandante dos Bombeiros Voluntários foi Jácome Pereira da Costa, seguindo-se Aureliano Cabral, que durante dezassete anos se manteve no Comando. Actualmente, é Roberto Leonardo que comanda os Bombeiros Voluntários de Santa Maria, jovem mariense que se tem dedicado há já algum tempo à Corporação, que demonstra bem que essa é uma Instituição com futuro! O actual Presidente da Direcção é João Luís Brandão, elemento que desde a primeira

hora se dedicou à Associação, demonstrativo do seu empenho e dedicação no desenvolvimento das suas funções.

Ao longo dos 25 anos de existência, a Associação cresceu. Desenvolveu as suas actividades, alargou o horário de funcionamento para as 24 horas, aperfeiçoou as suas competências, tornou-se imprescindível à população mariense, incrementou os meios humanos e materiais disponíveis necessários ao auxílio das populações, tendo tido para tal o apoio do Governo Regional no âmbito das políticas desenvolvidas pelo mesmo.

Todos sabemos que vivemos momentos difíceis, devido à crise internacional, mas sobretudo pela dificuldade que é o Voluntariado nos dias de hoje. No entanto, refira-se que, em 1989, existiam 12 Bombeiros Voluntários; hoje, são mais de 60 elementos, homens e mulheres, que voluntariamente prestam serviço à população, com empenho e dedicação, em detrimento do tempo que poderiam passar com as suas famílias. Nunca esquecer que, no Voluntariado, quem é voluntário não espera nada em troca!

Relativamente às actividades desenvolvidas, destaca-se a evolução ocorrida ao nível da prestação dos serviços de saúde que, em 1999, era de cerca de 670 e, em 2009, registou mais de 2500 acções por ano.

Referir que, ao longo dos anos, o apoio do Governo Regional tem sido fundamental para o crescimento dessa Associação Humanitária, constituindo-se como um parceiro essencial para a melhoria da prestação de serviços aos marienses.

Assim sendo, atendendo aos 25 anos de existência da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria, ao trabalho desenvolvido pela mesma em prol da população mariense e ao empenho e dedicação de todos os voluntários, que de uma forma ou outra têm participação na mesma Associação, quer sejam as pessoas que integram ou já integraram os corpos sociais, bombeiros voluntários que exercem ou já exerceram essas funções e demais colaboradores;

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do Vigésimo Quinto

Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria e que desse voto seja dado conhecimento aos Corpos Sociais da mesma e à Câmara e Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Sala das Sessões, Horta, 23 de Setembro de 2010.

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, *Helder Silva, Catarina Furtado, Bárbara Chaves, Duarte Moreira e Carlos Mendonça.*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra.

***Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional: O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se gostosamente a este voto de congratulação, que assinala o 25.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria. Nesta ocasião, gostaríamos de assinalar duas circunstâncias precisas.

A primeira é o facto de gente determinada, gente com vontade, gente que procura o melhor para a sua ilha se ter juntado; das mais diversas proveniências, com as mais diversas ideologias políticas e partidárias, mas juntaram-se ao serviço de Santa Maria, para criarem uma instituição de relevo e com a importância social que uma corporação de bombeiros tem nas nossas comunidades.

Em segundo lugar, para sublinhar a circunstância de esta associação de bombeiros ter crescido, ser hoje uma instituição respeitada, com importância social e comunitária, mas sobretudo uma instituição na qual participam sessenta voluntários. Se olharmos para a dimensão de uma ilha como Santa Maria, na sua pequenez demográfica, temos de exaltar neste voto de congratulação a circunstância de sessenta pessoas, entre jovens e menos jovens, darem do seu tempo, da sua disponibilidade, da sua vontade, para servirem a comunidade, no fundo para servirem toda a gente, ao serviço de todos.

Esta é a circunstância que também importa sublinhar, num tempo em que o materialismo impera e em que se relativizam os valores. Quem é voluntário, quem faz trabalho de voluntariado, também merece ser destacado e destacado de uma maneira especial, quando se aprecia este Voto de Congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um **Voto de Pesar**, do Partido Socialista, relativo ao **Falecimento de Maria Madalena Monteiro da Câmara Pereira Férin**.

Sr. Deputado Alexandre Pascoal, tem a palavra.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

*quando o nome se ajustar
ao pensamento
e a esperança for semente
flor e fruto num só dia
quando no estranho país móvel
o néctar
chover como uma sonata e
nenhumas mãos acenarem o adeus
para os navios*

*intacta e eterna
estarei sempre sentada
no penúltimo degrau
do cais daquela ilha*

*In Madalena Férin, Prelúdio para o Dia Perfeito
Edições salamandra 1999*

Faleceu no passado dia 3 de Setembro, em Lisboa, Maria **Madalena** Velho Arruda Monteiro da Câmara Pereira **Férin**.

Nasceu em 1929 em Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel, em casa do seu avô materno, o médico e historiador Manuel Monteiro Velho Arruda. Cresceu, durante a sua infância e adolescência, em Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria, terra de origem do pai – o poeta Armando Monteiro, onde viveu “sempre rodeada de livros” até 1958. De 1965 a 1975, residiu em Faro, onde concluiu os estudos secundários. Licenciou-se posteriormente em Filosofia e passou a viver em Lisboa. A produção literária de **Madalena Férin** é extensa, e vou citar o que sobre ela se escreve na “Enciclopédia dos Açores”:

«(...) Em 1957, deu à estampa o seu primeiro livro, *Poemas*, agraciado com o Prémio Antero de Quental, do Secretariado Nacional de Informação. Seguiram-se outros livros de poesia: *Meia-noite no mar* (1984), *A cidade vegetal* (1987), *O anjo fállico* (1990) – o qual recebeu o Prémio Antero de Quental do Concurso Literário dos Açores –, *Pão e absinto* (1998), *Prelúdio para o dia perfeito* (1999), *Quarteto a solo*, de que é co-autora (2000), e *Um escorpião coroado de açucenas* (2003).

Além do conto *Dormir com um fauno* (1998), no género ficcional publicou (...) três obras: *O número dos vivos* (1990), *Bem-vindos ao caos* (1996) e *África Annes* (2001).

Figura em várias antologias, em especial relativas à insularidade, e tem artigos publicados na *Revista Ocidente* e na *Revista de Portugal* (no período entre 1981 e 1996).

Com Sophia de Mello Breyner e Maria Natália Duarte Silva colaborou na programação da colecção juvenil “Nosso Mundo”, na qual figuram alguns livros que também traduziu (...).

Para além da obra publicada, **Madalena Férin** visitou as comunidades açorianas noutros países, em particular nos Estados Unidos da América, onde representou a literatura contemporânea dos Açores em colóquios, feiras do livro e seminários. E fê-lo sempre com propositura, na medida em que está presente, em toda a sua obra, a emigração açoriana para a América do Norte, onde aborda a sua intrínseca ligação com as ilhas e, sobretudo, por esta “manter viva” as “tradições”.

A presença das **Ilhas** na obra da autora reveste-se de múltiplos símbolos, e não se limita à paisagem, assumindo um carácter e um “espaço” omnipresente, através da dimensão da “ilha” como “casa”. A mesma que coexiste, em paralelo, com um “ideal lírico” e “utópico”, na medida em que a “ilha” está em “nós”, pois “a ilha sou eu” ou a descoberta da “(...) ilha interior, aquela ilha que pelos vistos cada açoriano é”.

Com o intuito de melhor compreender a dimensão e a obra de **Madalena Férin** realizou-se, em Julho de 2004, uma homenagem na Casa dos Açores do Algarve, através da apresentação de uma comunicação relativa à literatura açoriana proferida pela investigadora Maria Estela Guedes, a qual sublinhou que toda a obra da autora está “(...) vinculada aos Açores, à geografia vulcânica, ao mar, à neblina, às ilhas”. Apesar disso sublinha que o seu cerne criativo surge associado ao “sagrado”, no qual inclui elementos católicos, nomeadamente e em particular, as procissões e a Bíblia.

No prefácio de *Poemas*, o seu primeiro livro, numa edição subsidiada pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, outro poeta açoriano, Eduíno de Jesus, apresentou-a e contextualizou o seu universo criativo, afirmando que o «(...) *desejo de Madalena Férin é de “que a Ideia imerja pura do seu ninho” (...)*», pois «(...) *o importante é entregar “intacta a imagem” (...)*», dando mais ênfase às “ideias” do que às “palavras”. Para ele, «(...) *Madalena é um poeta primitivo, (...), por temperamento, porque, se assim não fosse, não seria poeta de nenhuma maneira. A sua grandeza está em ser como é, na sua incontínência, na exuberância da sua vida emotiva poetizada por um incontido sensualismo intelectual (...)*».

Acérrima defensora dos direitos humanos, foi uma «(...) *participante activa na luta desenvolvida nos Açores pela democracia em Portugal (...)* e uma lutadora pelos ideais que o 25 de Abril tornou realidade, granjeando, por isso, a admiração de quantos tiveram o privilégio de a conhecer (...)». Aqui, o reconhecimento público por via das palavras do Presidente do Governo dos Açores, em nota de pesar pela notícia do seu falecimento.

Pelo seu contributo às Letras Açorianas, pela sua dimensão humana e pelos seus valores democráticos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das

disposições regimentais aplicáveis, propõe que esta Assembleia Legislativa Regional aprove este voto de pesar pelo seu falecimento e dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas condolências.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 23 Setembro de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Catarina Furtado e Alexandre Pascoal*.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, como não poderia deixar de ser, a este voto de pesar apresentado pelo PS, acerca do falecimento de Madalena Férim, uma mulher das letras dos Açores cujo valor intrínseco é reconhecido, não apenas na sua terra açoriana, mas também além fronteiras, sendo uma das representantes da literatura contemporânea.

O falecimento de Madalena Férim é uma perda para a cultura açoriana, pois a sua produção literária é reveladora de uma alma moldada no seio de uma família toda ela voltada para as letras. Tive a felicidade de conviver algumas vezes com Madalena Férim e registei o seu grande humanismo, uma nota que me marcou. Passei a olhar para esta açoriana e a apreciar a sua grandeza, não só no campo das artes, como pelo seu trato afável. Uma verdadeira mulher açoriana.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se com gosto e muito pesar ao falecimento desta grande açoriana que é Madalena Férim.

Presidente: Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora passar a um **Voto de Pesar**, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo ao **Falecimento do Sr. João d'Ávila**.

Sr. Deputado José Gaspar Lima, tem a palavra.

Deputado José Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Conhecido por muitos como a voz d'«A voz da Terceira» o Senhor João D'Ávila foi durante anos o contacto que os terceirenses tinham com o mundo da rádio. Foi um dos primeiros locutores do Rádio Clube de Angra (RCA) e uma das mais conhecidas vozes Açorianas. Na passada terça-feira esta voz calou-se para sempre. Aos 88 anos de vida.

Natural de Angra do Heroísmo, João D'Ávila passou grande parte da sua carreira aos microfones da estação terceirense, tendo sido o único quadro da emissora a receber uma medalha de ouro pelos 25 anos de carreira. João D'Ávila era a conhecida voz do programa radiofónico “Voz da Terceira” e durante anos a sua voz confundia-se com a rádio. A “Voz da Terceira” foi um dos primeiros e o mais emblemático programa matinal do RCA, que tinha como principal preocupação a informação plena do povo açoriano.

O percurso de João D'Ávila confunde-se também com o percurso do Rádio Clube de Angra, numa altura em que a “Voz da Terceira” era um dos principais meios de comunicação e de informação junto das populações açorianas. Desde logo, porque foi com vontade férrea que João D'Ávila fez parte da primeira equipa que criou, no final da década de quarenta, o RCA, co-denominado na altura de estação “CSB 80”. Foi autor de diversos programas de rádio, entre os quais a “Voz da Manhã”, programa que granjeou grande audiência.

João D'Ávila fez um percurso profissional multifacetado. Começou por trabalhar no Observatório Meteorológico de Angra do Heroísmo, onde foi colaborador do seu fundador, o Tenente-Coronel José Agostinho. Mais tarde, desempenhou funções administrativas de 3.º oficial no serviço de contabilidade da extinta Junta Geral de Angra do Heroísmo. É também por esta altura que se divide entre o papel de locutor, o de jornalista e o de produtor no RCA, tendo sido posteriormente

também funcionário na secção de pessoal do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

Porém, jamais esqueceu o afastamento do RCA a que foi sujeito no pós-25 de Abril e a injustiça a que foi sujeito quando foi calada a sua voz. Com ele sofreram os que o ouviam diariamente e a quem ele informava, distraía e confortava. Apesar disso, soube pela humildade repartir com todos o valor da medalha de mérito municipal que recebeu a 29 de Maio de 2001 pelos 25 anos de carreira, tendo afirmado, e cito: “Foram 25 anos a falar para a gente dos Açores e a falar com virtudes e defeitos. As pessoas aperceberam-se da maturidade e da sinceridade posta no meu trabalho, da despreensão deste mesmo trabalho, no preocuparmos com os outros. A preocupação com o povo foi um dos caminhos da «Voz da Terceira»”.

De entre os seus trabalhos jornalísticos merece destaque a cobertura noticiosa que fez, enquanto correspondente, da erupção do Vulcão dos Capelinhos.

Foi também um grande amante do mar e, nomeadamente, da vela.

Foi um homem do povo, permanentemente desperto para as questões sociais, atento aos outros e comprometido com a sua defesa.

Foi um pai dedicado de sete filhos, doze netos, e oito bisnetos.

Foi um cidadão angrense conhecido pelas suas posições contestatárias e pela sua postura interventiva, que fizeram dele um homem singular.

Por isso, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, manifesta, através da aprovação do presente voto, o seu profundo pesar pelo falecimento do Senhor João D’Ávila e expressa as mais sentidas condolências à sua família.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à sua família e ao Rádio Clube de Angra. Horta, Sala das Sessões, 23 de Setembro de 2010.

Os Deputados Regionais, *Helder Silva, Catarina Furtado, José Lima, Domingos Cunha, António Toste e Cláudia Cardoso.*

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se com pesar ao voto apresentado pelo falecimento daquele que, como é identificado no voto, era conhecido pelos terceirenses e açorianos como a “Voz da Terceira”.

De facto, é uma das referências da rádio açoriana, é a grande referência do Rádio Clube de Angra e marcou a história da rádio nos Açores. Um dia em que se faça a história da rádio nestas ilhas, o Sr. João D’Ávila terá, decerto, um lugar de grande significado. Numa altura em que a história se vai fazendo muito à custa da difusão de muitos meios de comunicação e de informação, o Sr. João D’Ávila marcou a informação destas ilhas, porque a rádio era, de facto, a grande companhia dos açorianos. Era por ali que os açorianos se informavam, se divertiam, se distraíam, e o Sr. João D’Ávila foi, de facto, uma grande referência a este nível.

Os Açores perdem alguém que marcou de forma indelével uma época importante dos Açores e, por isso, o PSD associa-se ao voto nestes termos.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora sim, já foi distribuído; vamos conhecer e apresentar o **Voto de Saudação**, do CDS/PP, **relativo aos 35 Anos da RTP Açores**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

A Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, aprovou os Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal S.A., os quais definem como objecto da sociedade a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão.

Os referidos Estatutos também definem que a sociedade tem centros regionais nas regiões autónomas, com capacidade necessária para a produção.

Por sua vez, a Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho (Lei da Televisão), decreta claramente as obrigações de serviço público. No seu artigo 50.º, n.º 2, está referido que *“o serviço público de televisão garante a observância dos princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, isenção e independência da informação, bem como o princípio da inovação”*.

Já o artigo 51.º estipula que *“a concessionária do serviço público de televisão deve (...) apresentar uma programação que promova a formação cultural e cívica dos telespectadores, garantindo o acesso de todos à informação, à educação e ao entretenimento de qualidade”*, frisando ainda que *“à concessionária incumbe, designadamente: Fornecer uma programação variada e abrangente, que promova a diversidade cultural e tenha em conta os interesses das minorias”*.

No passado mês de Agosto, o Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. celebrou os seus 35 anos de existência.

Por entre todas as notícias e manifestações políticas e sociais, do conhecimento geral, que dão nota de dificuldades financeiras, exiguidade de meios técnicos e humanos, débeis infra-estruturas de trabalho, aparente mal-estar interno, entre outras, a RTP/Açores conseguiu desenvolver um projecto que culminou, efectivamente, com um programa de serviço público que cumpre integralmente com aquilo que é a Lei e que estava no espírito do legislador.

Para celebrar a efeméride, a estação pública de televisão emitiu, durante algumas semanas, o programa “35 Anos – RTP/Açores”. Um trabalho da autoria do jornalista Vasco Pernes com imagem e edição de Rui Machado, que contou com a colaboração de outros funcionários e colaboradores da estação e, muitas vezes, feito em condições precárias, dada a falta de equipamentos e a especificidade própria de cada uma das localidades que serviu de palco a este programa.

“35 Anos – RTP/Açores” foi um programa que percorreu as 35 freguesias das nove ilhas dos Açores com menos de 500 habitantes. Uma ideia singela e porque não dizer uma grande oportunidade de dar a conhecer aos Açorianos as suas ilhas, as

suas gentes e as suas tradições. Uma grande montra dos nossos usos e costumes. Inquestionavelmente um programa que contribuiu para o enriquecimento cultural de todos nós, que ficámos a saber um pouco mais sobre os nossos “vizinhos do lado”.

“35 Anos – RTP/Açores” foi um programa que, por si, teve uma tripla função: assinalou os 35 anos da estação pública de televisão nos Açores; divulgou a nossa Região aos Açorianos e, assim, contribuiu de forma indelével para aquilo que é o espírito da lei; o espírito do serviço público que se pretende disponibilizar.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS/PP propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a RTP/Açores pelo seu 35.º aniversário, bem como o Jornalista Vasco Pernes e toda a sua equipa técnica, pela autoria, realização e apresentação do programa “35 Anos – RTP/Açores”, que fez prova de que a estação pública de televisão na Região é, e tem que ser, muito mais do que querelas institucionais, telejornais formatados e apenas algumas ilhas.

Com este programa provaram-se vários factos e apagaram-se certas dúvidas. Desde logo, mostrou-se que afinal com poucos recursos, mas com muito boa vontade, muito espírito de missão, muita dedicação e muita determinação se consegue fazer serviço público de televisão nos Açores. Em síntese, com este programa conseguiu-se fazer sentir aos Açorianos que a RTP/Açores é de todos nós, para todos nós... Na RTP/Açores somos todos nós. Cumpriu-se o serviço público!

Deste Voto deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração da RTP, S.A., ao Conselho de Opinião da RTP, S.A., ao Provedor do Telespectador, à Direcção do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., e ao jornalista Vasco Pernes e respectiva equipa técnica que produziu e realizou o programa “35 Anos – RTP/Açores”.

O Deputado Regional, *Paulo Rosa*.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não tem sido prática desta Assembleia apresentar e aprovar votos relativamente a efemérides na ordem dos trinta e cinco anos. No entanto, este voto não se resume apenas à data. É pela forma como os trinta e cinco anos foram celebrados pela RTP/Açores que, na perspectiva do PSD, este voto tem todo o cabimento.

Entendemos que, num período, como é referido no voto, de alguma conturbação interna, de alguns problemas, que põem em causa o próprio serviço público, a sua existência, qualidade, e a pertinência de existir um serviço público, o programa e a forma como foi desenvolvido, “35 Anos – RTP/Açores”, de facto veio dar um novo ânimo ao serviço público. E, sobretudo, conseguiu demonstrar que o serviço público de rádio e televisão nos Açores faz sentido quando chega, de facto, aos Açores, a todos os açorianos das nove ilhas, independentemente da sua importância política, social ou económica, independentemente da sua grandeza geográfica ou demográfica.

Esta questão, para nós, é importante e revela que, de facto, a televisão, ao contrário do que muitas vezes os açorianos sentem, não é só para as grandes questões, para os grandes eventos, para as grandes ilhas, para as grandes festas. É para servir todos os açorianos das nove ilhas.

É nessa perspectiva, pelo exemplo que é, pelo sinal que dá, pelo ânimo e pelo incentivo que até é para todo o serviço público de rádio e televisão, que o PSD entende que esta forma de celebrar os trinta e cinco anos da RTP/Açores deve ser saudada e deve servir como uma demonstração de que vale a pena ter um serviço público nos Açores, que quanto mais qualidade tiver, melhor servirá os açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No ar desde 10 de Agosto de 1975, a RTP/Açores tem prestado à região e à autonomia inestimáveis serviços, fundamentais e essenciais para a afirmação do nosso regime autonómico.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores, e a televisão em particular, felizmente não se cingem à emissão do canal da RTP/Açores. Desde 1996 que os

açorianos dispõem, em sinal aberto, da emissão do Canal 1; e desde 1998 que a lei consagra um serviço público abrangendo emissões especialmente destinadas às regiões autónomas. Pese embora o susto e o fantasma de regionalização e privatização que a lei de 2003 nos trouxe, em 2007 veio a consagrar-se um regime de serviço público de rádio e televisão que, para além da RTP/Açores, atribui às regiões o direito a dois canais generalistas de âmbito nacional, bem como que o centro regional dos Açores da RTP S.A. seja dotado de capacidade e competências que garantam a adequada autonomia editorial de produção e de gestão.

É com gosto que nos associamos a este voto, até porque ultimamente as questões associadas com a RTP têm vindo a esta casa nem sempre pelas melhores razões. Num momento em que a RTP/Açores atravessa alguns problemas, relacionados com a questão das instalações, relacionados precisamente com a execução e com a implementação das novas competências plasmadas no quadro legal de 2007, é justo enaltecer o papel que este canal tem tido, na autonomia e na sua afirmação, ao longo destes trinta e cinco anos.

É por isso com gosto que, como já disse, nos associamos a este voto e que o votaremos favoravelmente, estendendo-o a todos os trabalhadores da RTP que têm feito a televisão nos Açores, nestes anos.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não poderia deixar de se associar ao voto de congratulação pela passagem do 35.º aniversário da RTP/Açores. Para além de estar referenciado – e, em substância, o que está referenciado no essencial é o programa que a RTP produziu para assinalar os trinta e cinco anos da RTP/Açores –, a Representação Parlamentar do PCP/Açores não pode deixar de dizer que este voto, de facto, tem de ser, efectivamente, para a história dos trinta e cinco anos da RTP/Açores, para todos os profissionais que passaram e que estão na RTP/Açores, que levam os Açores a todos os cantos, a todos os rincões da região, mas também às nossas comunidades espalhadas um pouco por todo o mundo.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP/Açores associa-se, com todo o gosto, a este voto de saudação.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminado o período de votos, passamos a outra fase dos nossos trabalhos.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O sector turístico representa, para os Açores, o futuro. Um futuro de crescimento económico e de prosperidade, alicerçado na vertiginosa beleza de cada uma das nossas 9 ilhas.

A verdade é que o potencial deste sector é tão grande que logra manter-se à tona de água, apesar do Governo que temos e da crise económica regional e internacional que estamos a viver. A desastrosa política socialista para os transportes de passageiros tornou o destino Açores quase inacessível aos bolsos dos potenciais turistas. Não é caro fazer turismo nos Açores, mas é caríssimo chegar aqui.

Mesmo assim, a beleza das nossas ilhas, a riqueza do nosso património e a simpatia das nossas gentes tudo logram superar. Quando os Açores se libertarem das amarras das inqualificáveis políticas socialistas, o nosso sector turístico poderá crescer exponencialmente. Até lá, o Governo Regional representa um lastro para este sector e nunca uma vela.

É verdade que o Governo Regional até investe no sector turístico. O problema é que investe mal. Muito mal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou dar-lhes um exemplo concreto do desperdício e da irracionalidade que grassa no Governo em relação às iniciativas e políticas que promove no sector turístico.

O exemplo é o novo *site* do turismo dos Açores. No dia 12 de Agosto, o gabinete de apoio à comunicação social (GaCS) noticiava o seguinte, no âmbito da

apresentação pública do novo *site* do turismo dos Açores: **“este investimento integra uma candidatura de cerca de um milhão de euros destinados à promoção da Região, onde constam, não só a construção do *site*, no valor de 185 mil euros, mas igualmente a respectiva promoção, produção de conteúdos e respectiva manutenção – ao longo dos próximos 3 anos, envolvendo a participação, além da empresa responsável, de diversas entidades regionais, nomeadamente no que diz respeito à tradução e produção”**.

Na altura, o senhor Secretário Regional da Economia referiu que o elevado preço pago a uma empresa estrangeira por este *site* – e pelos respectivos serviços associados – se devia ao facto do Governo Regional **“querer o melhor dos melhores”**. Foi, portanto, com a expectativa de encontrar o melhor dos melhores que consultei o referido *site*.

Dirigi-me, em primeiro lugar, aos conteúdos relacionados com a Ilha do Corvo. O que aí encontrei é quase inenarrável, dada a exorbitante quantia dispendida pelo Governo Regional neste serviço.

A descrição do percurso histórico da Ilha do Corvo está eivada de erros graves. Começa logo quando fala de **“piratas da barbárie”**, quando é óbvio que se queria referir aos piratas da Barbária, designação dada na época ao litoral do Norte de África Muçulmano.

A seguir a este episódio, o criativo da empresa embrenha-se logo noutra confusão. Diz ele que o Mouzinho da Silveira era ministro, em 1832, do **“futuro rei D. Pedro V”**. Nessa data, este último monarca nem sequer era nascido. Poderá alegar-se que se trata de uma simples confusão entre os reis D. Pedro IV e D. Pedro V, mas, mesmo concedendo essa benevolência, o facto é que o erro persiste. D. Pedro IV foi rei de Portugal apenas em 1826, data em que abdicou em favor da sua filha, a futura Rainha D. Maria II. Não se trata assim do futuro rei, mas do ex-rei e regente D. Pedro IV.

No entanto, a falta de qualidade deste *site* de um milhão de euros não se fica por aqui. O autor desta síntese histórica volta a demonstrar uma evidente falta de qualidade quando, às páginas tantas, refere que os corvinos **“tencionam pedir o alívio do pesado tributo pago ao donatário da ilha e à corte”**. Trata-se,

evidentemente, de mais uma barbaridade. Os corvinos não pagavam impostos à corte, mas sim à coroa, que era o nome dado, na época, à administração estatal. Lendo o texto do *site* pode parecer que os corvinos tinham uma relação especial com as aias da corte ou com o cozinheiro real, mas isso só sucede na cabeça do criativo deste *site*.

Poderia continuar, indefinidamente, a dar exemplos de dezenas de erros factuais, isto para não referenciar a qualidade de texto, que é paupérrima.

Reservei, no entanto, o melhor para o fim. No capítulo reservado às actividades turísticas a realizar no Corvo, o *site* apresenta esta ideia peregrina: **“a descida em BTT das apertadas e vertiginosas ruelas da Vila do Corvo é garantia de emoções fortes”**.

(Risos dos deputados das bancadas do PSD e CDS/PP)

Quem – como a quase totalidade dos que aqui estão sentados nesta câmara – conhece as canadas da Ilha do Corvo, pode certamente constatar o ridículo da ideia.

(Risos dos deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, BE e PCP)

Se a moda pegasse, teríamos certamente muitas emoções fortes na ilha, mas as mesmas não seriam, certamente, um exclusivo dos praticantes de BTT.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tudo isto é um erro lamentável. Como foi possível o Governo Regional, mais concretamente o Sr. Secretário Vasco Cordeiro, pagar a exorbitância que pagou por um produto de qualidade mais que duvidosa? Não vivemos um período de grave crise económica e de grande sensibilidade social? Não devemos, nestas horas difíceis, ser extremamente criteriosos nas despesas que realizamos? Claro que devemos!

Considero que este negócio passará à posteridade como um dos mais ruinosos e incompreensíveis da História dos Açores. Não posso aceitar, sem protestar de

forma veemente neste Parlamento, semelhante esbanjamento. Olhando para os valores do negócio e para a qualidade do produto que nos foi oferecido, devo dizer a V.^s Ex.^{as} que me sinto, literalmente, roubado. Penso que todos os açorianos que conhecem este assunto também se sentem assim: violentados e enganados. Isto não é, em definitivo, o melhor do melhor, mas sim o pior do pior.

Um milhão de euros, Srs. Deputados, deitado pela janela da incompetência e do esbanjamento. Um milhão de euros para obter em troca um trabalho de 5.^a categoria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O trágico desta história é que o seu protagonista passa por ser o D. Sebastião do futuro rosa. Um político em que muitos depositavam grandes esperanças para o futuro. Depois de observar este negócio ruinoso, considero que morreram muitas expectativas em vastos sectores da opinião pública.

Termino com uma nota final: exijo que seja efectuada uma urgente revisão dos conteúdos do *site*, no sentido de lhe dar um rigor e uma qualidade mínima. Tenho, apesar de tudo, a secreta esperança de que quem tanto pagou à procura do “melhor dos melhores” não tenha sido o pior dos piores na elaboração do contrato e tenha lá introduzido cláusulas que permitam a exigência de um mínimo de qualidade.

De futuro, Sr. Secretário Regional da Economia, quando procurar o melhor dos melhores, não vá tão longe. Temos empresas regionais capazes de fazer coisas muito melhores que a aselhice que nos impingiu. Pode ir de férias lá para fora, mas faça os negócios cá dentro.

Disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Como sabem, por uma só vez e até cinco minutos, cada Grupo e Representação Parlamentar e o Governo podem intervir, encerrando o declarante, neste caso com o tempo que tiver disponível – dois minutos, no caso concreto.

Sei que o mais difícil é sempre começar...

Sr. Secretário Regional da Economia, tem a palavra.

***Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não me pronunciarei sobre aquilo que a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão tem de, não diria inqualificável mas, de qualquer das formas, não merecedor, pelo menos na minha análise, de uma pronúncia. Falarei, isso sim, de matérias e de incorrecções que me parece útil esclarecer aqui.

Em primeiro lugar, é falso que o *site* tenha custado um milhão de euros. Esta matéria foi profusamente explicada na altura. Há uma candidatura ao PROCONVERGÊNCIA nesse valor, o custo de construção daquele *site* orça cerca de 150 mil euros. O processo para a selecção da empresa, que foi desencadeado pela ATA, obedeceu a um conjunto de requisitos, nomeadamente a consulta a várias empresas, algumas delas associadas a empresas regionais.

Em terceiro lugar, relativamente aos dados do turismo, gostava apenas de salientar que a visão negra que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui pretendeu transmitir felizmente não é verdade. Nós temos claramente identificados os problemas, ou as questões, os desafios que temos, quais são as ilhas em que temos estes desafios para ultrapassar, quais as causas desta situação. E, sobretudo, estamos a trabalhar no sentido de ultrapassar estes desafios. Só uma leitura superficial e, por isso mesmo, irresponsável da realidade do nosso sector turístico pode justificar esse tipo de declarações.

Por último, apenas uma questão: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não passo férias lá fora, passo férias nos Açores. Não sei o que acontece no seu caso, mas, no meu caso, passo férias nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Secretário Regional Vasco Cordeiro está à vontade, exercita normalmente os seus dotes oratórios. Quando está atrapalhado, fala num registo muito baixinho, diria mesmo mansinho. Quando está muito atrapalhado, costuma quase gritar.

Feita esta introdução e para revelar, pelas próprias palavras do Sr. Secretário Regional Vasco Cordeiro, a atrapalhação, quando confrontado com o preço exorbitante do *site* «visitadores.com», referiu o seguinte: “Tendo em conta aquilo que...”, pausa, “...nós recorremos a serviços, certo?” La Palice rejubilou nesta altura. “...E as empresas cobram, certo?” La Palice voltou a rejubilar. “Se nós queremos o melhor dos melhores...”, pausa...

Deputado Francisco César (PS): Até agora, nada! Só *fait divers*...

O Orador: ...“ou um dos melhores, como é o caso desta empresa, obviamente tem um custo”. La Palice não diria melhor.

Mas, Sr. Secretário Regional da Economia, eu gostaria de registar aqui a enorme incoerência deste Governo Regional. Independentemente do conteúdo do *site*, que devia ser exemplar, e independentemente de tudo o que é mostrado para o exterior dos Açores, para que nós não possamos exercer ou exercitar publicidade enganosa, o que está em causa é uma enorme incoerência do Governo Regional. Enquanto o Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia defende, e bem, a criação de um *cluster*, nos Açores, das tecnologias de informação, o Sr. Secretário Regional da Economia diz...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ...“se queremos os melhores, certo?” Então, os melhores não estão nos Açores! Então, os melhores não sabem fazer aquele *site*!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Então, os melhores já fizeram. Ou melhor, então os açorianos e as empresas açorianas já fizeram *sites* com muito maior complexidade do que o *site* «visitadores.com». Diria mesmo, Srs. Deputados, que um *site*, elaborado para uma companhia de aviação...

Deputado Francisco César (PS): Que demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: ...por uma empresa açoriana, que permitia consulta de horários, naturalmente, reservas *on-line* e os sistemas de segurança para os respectivos pagamentos, custou seis vezes menos do que o *site* «visitadores.com»! O que significa que, nos Açores, há *know-how*, há conhecimento para fazer *sites* daquela

simplicidade, como o «visitadores.com»; com muito maior complexidade, essa competência existe nos Açores.

Tanto mais, que todos nós sabemos que as empresas que se dedicam à produção de conteúdos para tecnologias de informação utilizam normalmente mão-de-obra jovem. Então, se nós temos desempregados jovens nos Açores, e se o próprio Governo Regional defende a produção e a criação de um *cluster* das tecnologias de informação, não seria natural que a produção de um *site* destes, o *site* «visitadores.com», fosse adjudicada a uma empresa regional? Pelo menos, a possibilidade de ser consultada uma empresa regional, para que possamos saber se existe ou não competência. Digo eu, porque sei, porque já vi que existe competência para fazer isso e algo muito mais complexo do que aquilo que foi adjudicado pelo Governo Regional.

Moral da história: a atrapalhação do Sr. Secretário Regional da Economia, quando confrontado com o preço do *site*, disse tudo. A sua intervenção neste Plenário acrescentou tudo. Eu diria mesmo: mais valia que o *site* pudesse ter sido feito nos Açores porque, para além do *know-how* que cá ficava, ficava também aqui o “Euromilhões”!

Obrigado.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Sr. Secretário Regional da Economia respondeu àquilo que entendeu, obviamente, que devia responder, mas que a intervenção do Deputado Paulo Estêvão identifica erros grosseiros, cuja existência julgo que o Sr. Secretário devia ter explicado. Um turista que vá consultar aquele *site* vai encontrar aquilo.

A questão que se põe e que acho ser importante é esta: vivemos numa região rica? É a pergunta. Vivemos numa região que pode ter “o melhor do melhor”? É a pergunta. Vivemos numa região que se pode dar ao luxo de gastar um milhão e meio de euros num *site* para o turismo? É esta a pergunta que tem de ser respondida! Um milhão, ou quinhentos mil, podemos dar-nos ao luxo de gastar

esse dinheiro num *site* de promoção turística? Esta é a pergunta a que o Sr. Secretário não respondeu.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, Sr. Secretário Regional, eu gostava muito de lhe dar a palavra mas, face às normas regimentais, não posso, porque só há uma intervenção por cada grupo ou bancada, incluindo o Governo. Fica para a próxima.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É uma pena, Sr. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem dois minutos para encerrar o debate.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para referir que eu fiz...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar falar o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor.

O Orador: Eu fiz uma referência completa à notícia que foi publicitada pelo Governo Regional: “Este investimento integra uma candidatura de cerca de um milhão de euros destinados à promoção da Região, onde constam, não só a construção do *site*, no valor de 185 mil euros, mas igualmente a respectiva promoção, produção de conteúdos e respectiva manutenção – ao longo dos próximos 3 anos, envolvendo a participação, além da empresa responsável, de diversas entidades regionais, nomeadamente no que diz respeito à tradução e produção”.

Foi isso que eu fiz. A referência em relação aos valores e às condições do contrato correspondem exactamente a uma citação literal daquilo que foi divulgado pelo Governo Regional. Portanto, refuto, Sr. Secretário da Economia, a sua informação sobre a questão, nomeadamente dizendo que eu não referi todas as condições do negócio. Foram referidas todas as condições do negócio, tal como elas foram publicitadas pelo Governo.

Mais do que isso, Sr. Secretário Regional da Economia, considero que, de facto, vivendo a região um momento de gravíssima crise económica, é necessário que os dinheiros públicos sejam administrados de uma forma criteriosa. É necessário que exista um grande rigor na administração dos dinheiros públicos. Ora, este *site* de um milhão de euros tem uma falta de qualidade gritante.

Eu referi apenas alguns pontos; mas, por exemplo, em relação à presença do Governo Regional e à existência de departamentos do Governo Regional, na Terceira e no Faial eles estão, pura e simplesmente, apagados. Isto significa um gravíssimo conjunto de incorrecções, do ponto de vista factual, que demonstram a baixíssima qualidade deste *site*.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou, Sr. Presidente.

Nesse sentido, uma vez que o Sr. Secretário foi o responsável por este negócio, é evidente que tenho de lhe atribuir graves responsabilidades políticas. E considero que o senhor errou profundamente, ao ter-se responsabilizado por este negócio, ao tê-lo realizado e ao ter provocado um gravíssimo problema à região, nomeadamente porque gasta aquilo que, como se sabe, nós não temos, que é dinheiro, muito dinheiro.

Presidente: Muito bem, passamos à próxima declaração política.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos assistido, no decorrer desta semana e também nesta Assembleia, a uma cacofonia com elevados decibéis, entre PS e PSD, em torno do Orçamento de Estado e das suas eventuais repercussões nos Açores, à mistura com as propostas

mercantilistas de Revisão Constitucional do PSD. Aliás, nada que deslustre o que se passa na República, onde PS e PSD, em público, ralham muito e, em privado, entendem-se.

Contudo, o problema não é entenderem-se – até poderia ser positivo para o País e para os portugueses. O problema é que se entendem sempre contra o País e contra os portugueses e as portuguesas, que estão cada vez mais carenciados porque vítimas do desemprego, da pobreza ou da sobrevivência exclusiva dos parques salários.

Perante o *deficit* orçamental, conjugado com a dívida soberana, PS e PSD entenderam-se. Entenderam-se – entenda-se –, na penalização dos mais desfavorecidos:

- Cortes nos apoios sociais – Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família, Apoio Social Escolar, entre outros;
- Congelamento de salários e reformas, o que, na prática, constitui um corte no poder de compra;
- Aumento da precariedade galopante, dentro do próprio Estado.

Mas o PSD quer mais cortes e o PS está desertinho para cortar nos salários dos funcionários públicos e no subsídio de Natal.

É este o traço da escolha feita, em conjunto, pelo PS e PSD: atacar os mais fracos para resolver o *deficit*.

A ignomínia chega ao ponto do Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional vir a público afirmar que tem por objectivo cortar o subsídio de desemprego a 50.000 desempregados.

Só como exemplo (e para além das propostas que o Bloco de Esquerda tem vindo a apresentar), porque não cortar nas despesas de centenas de milhões de euros com a nossa participação no Afeganistão e no Líbano? Não seria mais justo e racional, nos tempos difíceis que atravessamos?

Estas escolhas penalizam o País e a sua economia porque, ao depauperarem desta forma as potencialidades de crescimento do mercado interno, só acarretam mais estagnação económica e, conseqüentemente, mais desemprego.

O Partido Socialista não foi obrigado a esta política. Escolheu entender-se com o PSD para a pôr em prática e escolheu os alvos do ataque, deixando de fora os ricos e os poderosos deste país. Mas, neste trabalho em equipa, em que o PS se transformou no condutor e o PSD no catalisador destas políticas, vem o PSD – aproveitando o quadro internacional e o contexto nacional –, através do processo de Revisão Constitucional, tentar acelerar o desmembramento do Estado Social no nosso País.

Por baixo do eufemismo da ‘liberdade de escolha’, o PSD, ao retirar a obrigatoriedade dos serviços públicos de saúde e educação de terem uma cobertura nacional, está a escancarar a porta à criação de serviços para ricos e de serviços para pobres. Ora, estes serviços públicos são essenciais para as populações, são factores de democracia e, por serem públicos e universais, são factores de coesão social. Todos sabemos que a educação e a saúde são, de há muito, sectores cobiçados pelos grupos financeiros, para os quais as pessoas são meros clientes e números estatísticos.

É este cobiçado negócio que o PSD lhes quer oferecer de bandeja. A ‘liberdade de escolha’ é a cenoura com que acenam, para esconder este mercantilismo e esta desumanidade.

Mas o PSD quer ir mais longe ainda, no ataque de sempre, ao retirar da Constituição o impedimento de ‘despedimento por justa causa’, objectivo perseguido, desde sempre, pelas confederações patronais, para poder livrar-se dos sindicalistas, por exemplo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

A Oradora: “Teses modernas”, bramam, com entusiasmo, os seguidores de Passos Coelho. Tanta ruga têm estas teses! Na realidade, são anteriores à implantação da República, cujo centenário agora comemoramos. Vejam só que modernidade, não fora Reagan e Thatcher, nos anos 80 do século passado, terem-nas vestido de lavado para as poderem impor ao mundo.

É contra este cataclismo social, objectivado pelo PSD, que hoje se levanta o PS. “Da fartura, o pobre desconfia” – é um ditado popular que, neste caso, faz todo o sentido lembrar. Quem, mais do que o Partido Socialista, tem socateado os serviços

públicos e os direitos do trabalho, nos últimos anos de governação na República, na esteira, aliás, dos objectivos mais longínquos que o PSD propõe?

Desferiu um rude golpe na Segurança Social, com o apoio do PSD e do CDS.

Aprovou um Código de Trabalho mais gravoso do que o anterior, liberalizando os despedimentos colectivos.

Pratica uma política de privatizações de monopólios essenciais ao País, perante o aplauso frenético do PSD e do CDS. Na Região, o PS diz não ter qualquer tipo de preconceito em fazer o mesmo.

Introduziu, em larga escala, através das parcerias público-privadas na saúde, o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, coisa que, nos Açores, o Governo Regional tem vindo a imitar.

Na Educação, o Governo Regional delapida recursos públicos para apoiar colégios privados, adiantando-se, assim, às propostas de Revisão Constitucional do PSD.

Convenhamos que, perante este cenário, o ditado popular tem todo o cabimento.

Mas, como a esperança é a última coisa a morrer, esperemos que todo este assomo de esquerda do Partido Socialista não seja para encobrir as malfeitorias que possam vir a caminho, no próximo Orçamento de Estado. Será que o PS já tem conhecimento de eventuais cortes nas transferências para os Açores?

Uma coisa é certa: no actual quadro Constitucional e de composição da Assembleia da República, o Partido Socialista tem a faca e o queijo na mão, porque nada pode ser alterado sem o seu acordo explícito.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Na Constituição, no Orçamento de Estado não!

A Oradora: Absolutamente! Mas em breve saberemos qual a sua disposição.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, tem a palavra.

Vozes da câmara: Vai defender o PS?

Vozes de deputados da bancada do PSD: Calma!

***Deputado António Marinho (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas um ligeiro comentário ao teor da declaração política apresentada pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Em primeiro lugar, relativamente à primeira parte da sua intervenção, recordou algo que se passou aqui ontem com o Sr. Deputado Aníbal Pires, o que nos permite dizer que, efectivamente, o reino da fantasia e, eventualmente, os dotes de casamenteiro não são um exclusivo do PCP. Nesse aspecto – embora noutros aspectos me pareça que haja alguma diferenciação entre ambos, ou uma tentativa de se mostrarem diferentes –, no caso estão exactamente no mesmo ponto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é o caso!

O Orador: Portanto, esse reino da fantasia não é um exclusivo do Bloco de Esquerda.

Relativamente às outras matérias, designadamente as que falou em termos do projecto de revisão constitucional apresentado pelo PSD, as ideias são claras, é um projecto que está colocado à discussão, foi o PSD que colocou esta questão em agenda...

Deputado José San-Bento (PS): Mas parece que já há outro!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi o PSD que abriu!

O Orador: ...e, por isso, teremos tempo, seguramente, para vir a discuti-lo.

Naturalmente que, em relação às matérias que elencou, em matéria de saúde, em matéria de educação, em matéria de emprego, os três níveis que têm sido abusivamente – não abusivamente, exaustivamente – pegados por todos os partidos, designadamente por parte do Bloco de Esquerda, por parte do PCP e até, um pouco, pelo Partido Socialista, são matéria para discussão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Cá estamos!

O Orador: Nós assumimos perfeitamente que há algumas ou que há muitas questões que têm de mudar, a esses três níveis. E estamos aí, perfeitos, para a discussão. É isso a democracia, Sra. Deputada.

A única coisa que lhe quero dizer, relativamente a outras intervenções já aqui produzidas ao longo destes dias, é que a adjectivação que coloca, uma adjectivação mais forte, mais dura...

Deputado Mário Moniz (BE): Como se impõe!

O Orador: ... eventualmente mais maoista, eventualmente mais trotskista, não torna as mentiras verdade.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, estamos prontos para a discussão.

Agora, recusamo-nos a discutir com um determinado tipo de adjectivação, que a única coisa que pretende é transformar algo em que os senhores sabem que estão a dizer mentira, porque não analisam devidamente nem aprofundadamente as questões...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ...mas que não se torna verdade pelo facto de terem uma linguagem mais dura. Se é maoista, se é trotskista, a senhora terá de se entender na amálgama ideológica que é o seu partido.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mário Moniz (BE): É mais realista.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções. Vou dar a palavra, para encerrar o debate, à Sra. Deputada Zuraída Soares.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, a verdade é dura e, infelizmente, não está nem na lua, nem na estratosfera, nem no mundo da fantasia, está aqui mesmo, no nosso país e neste nosso mundo.

Depois, Sr. Deputado António Marinho, não é nem maiosta, nem trotskista. É mesmo mercantilista e neoliberal. E, se quiser uma palavra dura para a vossa proposta de revisão constitucional, eu chamo-lhe roubo aos portugueses.

Deputado Rui Ramos (PSD): Por acaso, já a leu?

A Oradora: Finalmente, como muito bem lembrou o Sr. Presidente do Governo Regional – que o Partido Socialista tem a faca e o queijo na mão no que diz respeito à revisão constitucional, que só será feita se e como o Partido Socialista entender –, quando eu digo que a esperança é a última a morrer e que tenhamos todos esperança de que tal revisão, nestes termos, nos termos em que propõe o PSD, nunca será feita, eu gostava de lembrar a esta câmara e aos açorianos e açorianas que há anos a despenalização do aborto foi trocada por uma revisão constitucional entre o Engenheiro Guterres e o Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Portanto, as promessas e as declarações de intenções nós queremos esperar para ver se, na realidade, são verdade ou se, a troco de qualquer negócio, acabam, afinal, por aprovar aquilo que agora, com tanto escândalo, acusam de ser um mau serviço ao país, afirmação que o Bloco de Esquerda subscreve na íntegra.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos com intervenções de interesse político relevante às 11 horas e 55 minutos. Até já.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Vamos entrar no período de tratamento de assuntos políticos, com intervenções de interesse político relevante.

(Neste momento, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

Dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado João Costa.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na sequência de um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD entrado nesta casa no passado mês de Fevereiro de 2010, o Governo Regional veio, 5 meses depois, fornecer aqueles dados que tinham sido solicitados.

Visava esse requerimento aprofundar o conhecimento da realidade Graciosense na sua vertente económico-social, pois esse conhecimento é indispensável para adequar as estratégias que, também para a Ilha Graciosa, devem ter uma atenção que consagre a sua especificidade.

E percebe-se agora porque escondeu o Governo durante cinco meses os dados pedidos e que tanto custaram a ser divulgados. E percebe-se porque, tal como já vimos alertando o Governo há vários anos, não estamos a viver uma situação agradável e é uma situação que não é minimamente aceitável.

Para que o Governo ouça aquilo que não quer que os outros saibam, para que o Governo assuma a responsabilidade que parece não querer assumir, para que todos saibam a verdade, vem o PSD a esta tribuna denunciar uma situação que urge olhar com atenção especial, sem nos limitarmos a ter o discurso de que tudo é bom, tudo é positivo. Porque não é com o discurso fantasioso do optimismo virtual que se muda esta realidade, vimos aqui dar conta da verdade, para podermos enfrentar os problemas, pois só assim os poderemos, verdadeiramente, resolver.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na Ilha Graciosa, segundo dados relativos a Janeiro, dados esses fornecidos pelo Governo, 30% da população são idosos que vivem com um rendimento médio de 280,96 € por mês.

Existiam em Janeiro 7% de desempregados, consistindo em 129 indivíduos, em contraponto com os 99 de há apenas um ano, num aumento que se cifra em 30%! A estes acrescem 34 cidadãos colocados no PROSA e 33 no CTTS.

Quanto aos beneficiários do RSI, na Graciosa existiam, em Janeiro de 2010, 117 agregados familiares a beneficiar deste apoio social, num total de 334 cidadãos, a que corresponde a uma taxa de cerca de 8% da população residente.

Nisto até estamos abaixo da média regional, que se situava nos 8,5% da população a beneficiar do RSI, sendo os Açores a região onde o peso dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção na população residente é a maior do país, ultrapassando significativamente a média nacional. Este facto está contido no relatório anual de execução da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, que nos revela, por exemplo, que os Açores foram a Região do país com a maior taxa de deferimento de pedidos, tendo sido aprovados 72,4% dos pedidos; sabendo-se, igualmente, que dos beneficiários que cessaram o recebimento, 5420 regressaram à medida e 2263 têm rendimentos do trabalho, naquilo que o relatório considera como indícios de um contingente de trabalhadores pobres e que por isso necessitam da complementaridade do RSI.

Percebe-se agora em que resultou a tese, propalada por quem assume grande protagonismo neste Governo, e na qual o Governo se suporta e que se resume na célebre máxima do socialismo nos Açores, que se revela na expressão “o PIB pode esperar”! É como quem diz, e a ver pela realidade assim o concretiza, “a criação de riqueza pode esperar”, “a melhoria da condição de vida dos açorianos pode esperar”!

É este o estado social a que os socialistas se agarram.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É este o estado social de uma governação em que o dinheiro só serviu para lançar os Açores numa crise social e moral.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores assim quiseram, os senhores assim o querem, o PIB espera, os açorianos desesperam!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional iniciou, em 2004, um processo a que chamou “ilhas da coesão”, cujo conceito pretendia aproximar as ilhas com maiores dificuldades daquelas que, alegadamente, seriam mais desenvolvidas, através da sua discriminação positiva.

Aí estão os resultados!

Aí está a realidade, disfarçada nessa ocultação de informação e que demonstra o enorme fracasso que é a governação deste executivo regional.

Não se cumprem os desígnios, e as intenções não passam disso mesmo, intenções.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente olhar para a realidade, não só com a preocupação que ela merece mas, sobretudo, atendendo às oportunidades que se têm ignorado e que não podem continuar a ser desperdiçadas.

Os Açores têm sido a região que mais fundos recebe da comunidade europeia. Todos estamos de acordo que temos ilhas com potencialidades, com maravilhas. Estamos até de acordo que devem ser essas oportunidades e essas potencialidades valoradas e majoradas, em prol do aumento da riqueza dos açorianos. Estamos ainda de acordo que devemos puxar os Açores para cima, que devemos trabalhar para ultrapassar esta realidade, que nos é revelada por estes números e que se reflecte na desertificação das ilhas e na sua desesperança.

Mas também temos de estar de acordo, Sr. Presidente do Governo, que não é com ilusões que provocamos o progresso, não é com optimismos irreais que ajudamos as nossas ilhas e é, por isso, tempo de tomar medidas excepcionais. Já foi tempo e continua a sê-lo. Medidas essas que respondam à necessidade de fixação de jovens, ao combate à pobreza e à exclusão social que tem atingido estas ilhas em proporções alarmantes.

Assim, poderemos dar consequência à expressão: “Que bom é ser Açoriano”!

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Como sabem, quem quiser participar neste debate, com excepção dos Líderes dos Grupos Parlamentares, do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário da Presidência, deve inscrever-se agora.

Sr. Deputado José Ávila, Sra. Secretária, Sra. Deputada Piedade, Sra. Deputada Vera Bettencourt. Muito bem.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, apreciei muito a sua participação nesta sessão plenária. O Sr. Deputado aparece aqui com um registo diferente, até no próprio visual, que eu acho que melhorou bastante. Relativamente ao seu registo, é um pouco mais calmo e, portanto, se calhar mais comedido, mas as suas ideias chave são sempre as mesmas e não passa disso.

Eu queria fazer um aparte relativamente àquilo que o senhor fez hoje. O senhor traz aqui um assunto regional mas dá-lhe um cheirinho da Graciosa, que é para dar ideia, lá em casa, que também se preocupa um pouco com a Graciosa. Quero dizer-lhe, como já dizia um treinador, com toda a tranquilidade: o senhor, nas suas brincadeiras, naquelas brincadeiras que faz na comunicação social, etc., e mesmo nos seus blogues, uma vez pôs em causa se eu seria deputado regional ou deputado eleito pelo círculo eleitoral da Graciosa por ter trazido aqui um tema regional. Pois o senhor acabou de fazer o mesmo. Pincelou este assunto com um cheirinho da Graciosa, para dar a ideia que é um preocupado com os problemas daquela ilha.

Sr. Deputado, o senhor é um deputado eleito pelo círculo eleitoral da Graciosa, tal como eu sou. Eu tenho uma vantagem: fui eleito primeiro que o senhor e tenho outra coisa, fiz parte de uma equipa que fez muita obra na Graciosa. O senhor, infelizmente, fez parte de uma equipa que não fez nada pela Graciosa e eu posso prová-lo, porque o senhor esteve lá três anos, com responsabilidades políticas, e não conseguiu fazer uma coisa que fosse. Eu digo isto, Sr. Deputado, porque tenho alguma miopia, mas não é miopia política. Portanto, reconheço que o senhor é um deputado eleito pelo círculo eleitoral da Graciosa. Agora, há uma coisa que eu posso dizer e que o senhor não pode. Eu posso dizer: “é tão bom nascer e viver nos Açores”; e o senhor só pode dizer: “é tão bom viver nos Açores”.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso não é para si, Sr. Deputado; isso não é o senhor a falar! O senhor é melhor do que isso!

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado não fazia essa observação à Sra. Secretária do Trabalho, por exemplo!

Deputado Rui Ramos (PSD): Nem ao Deputado Helder Silva!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Srs. Deputados, tenham paciência, porque os senhores dizem aquilo que querem e eu, felizmente, também tenho essa liberdade, posso dizer aquilo que quero. Os Srs. Deputados têm oportunidade, mas não interessa.

Relativamente à intervenção e naquilo que à Graciosa diz respeito, eu esperava, sinceramente, que o Sr. Deputado trouxesse aqui aquilo que é positivo na nossa ilha. Por exemplo:

O aumento das dormidas de Janeiro a Julho; aumentámos 95,7% nas dormidas e aumentámos 93% nos resultados. Também era bom que reconhecesse que aumentámos as camas em mais do dobro. Era bom que dissesse também que aumentámos o número de passageiros embarcados. Era bom também que confirmasse aqui, de facto, o lançamento da primeira pedra do centro de saúde e o arranque das obras; era uma excelente notícia para os graciosenses. Podia ter falado, por exemplo, no sucesso que as Termas do Carapacho estão a ter, neste momento, a nível regional e não só.

Podia ter falado na entrada em funcionamento de uma estrutura importante, que é o Centro de Apoio ao Visitante da Caldeira e da Furna do Enxofre, de que infelizmente andámos à espera anos e anos e isso não foi possível.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Podia ter dito outra coisa muito importante, que era confirmar aquilo que a Sra. Eurodeputada Patrão Neves disse na Graciosa, que a agricultura está perfeitamente consolidada. Eu, aí, gostava de dar os parabéns ao Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, porque ela foi lá confirmar, de facto, que está muito bem em termos de agricultura. É pena que tenha cometido alguns erros, nomeadamente quando se referiu ao facto de não haver apoio para a exportação de produtos tradicionais, o que é perfeitamente uma inverdade, daquelas que até custa a

acreditar, que uma senhora com aquela preparação não conseguisse perceber o que existe, em legislação, a nível regional.

O senhor também podia ter trazido aqui o facto de a população graciosense já começar a aceitar aquilo que o senhor tanto contestou e que não queria que fosse feito, por exemplo, o museu, ou a piscina do Carapacho.

Eu não sei, sinceramente. O senhor podia ter trazido aqui outras coisas, por exemplo o facto de se ter contratado mais um médico para o centro de saúde, se é ou não importante. Não, quis trazer aqui um problema. O senhor trouxe aqui e leu um requerimento que fez, há relativamente pouco tempo, demonstrando que temos algumas dificuldades na Graciosa. De facto, temos, Sr. Deputado. Temos e eu não escondo isso, eu luto com elas todos os dias. O senhor, se calhar, pode saber, mas é incapaz de dizer.

Eu queria dizer uma coisa...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, sem prejuízo de se voltar a inscrever.

O Orador: Termino já, obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, tem a palavra.

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem-nos habituado o PSD a trazer a esta câmara resultados distorcidos daqueles que o Governo envia nos requerimentos em que responde aos partidos políticos.

Deputado João Costa (PSD): Está no *site* da Assembleia, pode consultar.

A Oradora: Este é um caso que se pode evidenciar, com os números que lhe passo a referir e que são os dados oficiais.

Deputado João Costa (PSD): Não são os que eu tenho, os dados oficiais?

A Oradora: São.

De facto, o Rendimento Social de Inserção tem vindo a decrescer na Ilha Graciosa, ilha onde essa incidência se tem verificado mais. Como o senhor sabe, em 99 nós

tínhamos 223 famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção; hoje temos 108 famílias!

Deputado João Costa (PSD): Vamos falar do futuro!

A Oradora: Bem sei que, enquanto houver um desempregado nos Açores...

Deputado João Costa (PSD): Agora temos 108? Isso quer dizer que já aumentou desde Janeiro. Muito obrigado.

A Oradora: ...enquanto houver uma pessoa, um jovem, desempregados, nós continuaremos a trabalhar para contrariar esses dados. Mas, na realidade, se fizer um trabalho sério e se comparar, por exemplo, o desemprego...

Deputado João Costa (PSD): Não foi sério, o meu trabalho?

A Oradora: Distorceu os dados, como aliás se evidenciou na sua informação.

Como sabe, mesmo a nível do desemprego, um grande caminho a Ilha Graciosa tem percorrido, porque...

Deputado João Costa (PSD): Aumentou 30% no último ano.

A Oradora: ...em 1996, como o senhor também bem sabe, nós tínhamos muitos mais desempregados e isso também já foi explicado.

Deputado João Costa (PSD): Também tínhamos muito mais população, Sra. Secretária!

A Oradora: A verdade é que os senhores estão permanentemente a distorcer os dados. Eu não vejo, deste PSD, uma única ideia para combater aquelas questões que o senhor aqui evidenciou. O senhor tem tanta liberdade de apresentar, a esta câmara, ideias novas, medidas de política novas, como todos os outros.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores chumbam tudo!

A Oradora: O Governo está a trabalhar para desenvolver os Açores e orgulhamo-nos muito das nossas políticas sociais.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para começar, gostaria de chamar a atenção ao Sr. Deputado João Costa para dados, objectivos também, sobre a realidade demográfica da Ilha Graciosa. É um

facto que a Graciosa, como outras ilhas, sofre do fenómeno do envelhecimento, mas, se olhar com atenção os números, vai ver que, até 2001, a população da Graciosa diminuiu de uma forma drástica mas, desde 2001 até 2007, pelo menos, a população aumentou.

Deputado João Costa (PSD): Sra. Deputada, está no recenseamento.

A Oradora: Estou fazendo referência a dados de demografia.

Em relação ao envelhecimento, é um facto que também esse envelhecimento da Graciosa se dá, sobretudo, pela baixa de natalidade e até nem tanto pelo número de idosos que existem na ilha. Portanto, quando o senhor coloca a preocupação no Governo, realmente, como diz, “os senhores assim o quiseram”: o Governo assim o quis, que os idosos pudessem beneficiar, para além dessas baixas pensões que referiu, de apoios complementares. O Governo assim o quis, e ainda bem que os idosos da Graciosa podem beneficiar de um apoio complementar, inclusive através do Rendimento Social de Inserção.

Olhando para os números do Rendimento Social de Inserção, também é de referir, como a Sra. Secretária já disse, que na Graciosa houve uma diminuição do número de agregados beneficiários do RSI.

Deputado João Costa (PSD): A Sra. Secretária disse que aumentou.

A Oradora: O senhor fez referência a 8% e neste momento são 6%. O senhor fez referência a 117...

Deputado João Costa (PSD): Com base no aumento da população.

A Oradora: ...agregados, e actualmente são 101 os agregados que são beneficiários do RSI. Portanto, há dados que revelam que, a nível da Graciosa, há melhorias claras.

O senhor disse também, há pouco, que esta questão do RSI na região revela quase uma espécie de colapso, porque na região a taxa de deferimento é de 72%. Só lhe pergunto: o senhor sabe como a taxa de deferimento é calculada? Se o senhor sabe, explique. Se não sabe, não se atreva a dizer esses números!

Deputado João Costa (PSD): É o que consta do relatório!

Presidente: Sra. Deputada Vera Bettencourt, tem a palavra. Prescinde?

Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, o senhor, relativamente aos problemas da Graciosa que eu aqui trouxe, disse nada.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E a taxa?

O Orador: Sr. Presidente do Governo, temos 30% da população a viver com 280 euros por mês, um terço da população vive com 280 euros por mês! É o que consta dos dados do requerimento a que a Sra. Secretária me respondeu; estão no *site* da Assembleia, não estão distorcidos, basta fazer uma simples conta de dividir: o número de beneficiários pelo valor recebido durante um ano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É difícil, fazer essa conta? Pode fazê-la, podemos fazê-la todos, até posso trazer um quadro ou oferecer uma calculadora, como queiram.

Deputado José Rego (PS): E os outros rendimentos das pessoas?

O Orador: Estamos a falar dos pensionistas, quais são os outros rendimentos?

Deputado José Rego (PS): Recebem do banco, etc.

O Orador: Está bem!

(Risos do orador e dos deputados da bancada do PSD)

O senhor e os Srs. Deputados do PS façam o favor de não ofender uma situação que é calamitosa...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...para uma região que se diz estar num momento de desenvolvimento e que, infelizmente, não está, muito menos numa parcela como a Ilha Graciosa. Não a ofendam com essas vossas observações que, enfim, são mesmo de quem não foi à Graciosa!

Sra. Deputada Piedade Lalanda, não distorça as palavras da Sra. Secretária.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Veja os dados das empresas!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Nós não nos pintamos de cor-de-rosa, Sra. Secretária!

O Orador: Sra. Secretária do Trabalho, por favor, tente, uma vez pelo menos, manter o debate no nível em que ele merece estar.

Eu não distorci um único dado, não houve um único dado distorcido da minha parte! O requerimento que fiz e a que o Sr. Deputado José Ávila se referiu fi-lo, em Julho, sobre estes dados que a Sra. Secretária me forneceu, depois de um requerimento que eu tinha feito em Janeiro; e os dados estão todos na resposta ao requerimento. Os Srs. Jornalistas, os Srs. Deputados e a população em geral que tem acesso à internet – aqueles que têm acesso à internet – podem ir ao *site* da Assembleia, está nos requerimentos, está nas respostas, estão lá os dados todos. Não está nada distorcido.

Eu, em Julho, com base nestes dados, fiz um requerimento a que a Sra. Secretária me respondeu nesta folha de papel. E, sobre estes dados lamentáveis, do nível de pobreza que existe nos Açores e, em especial, os dados relativos a este baixo rendimento dos idosos na Graciosa, os dados relativos à população da Graciosa que está no desemprego, que aumentou 30% num ano...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Há mais riqueza, neste momento, na Graciosa, do que havia há dez anos, de certeza!

O Orador: ...em Janeiro estavam 117 agregados, a Sra. Secretária hoje diz que estão 208! Desde Janeiro, já aumentou este outro tanto!

A Sra. Secretária responde-me com um parágrafo que não responde absolutamente nada e que, vergonhosamente, termina apenas dizendo: “Importa informar os Srs. Deputados que o Governo, consciente do que tem feito e do que pode ainda vir a fazer, tem a firme intenção de manter o rumo das políticas”. O rumo das políticas é que o PIB pode esperar! É que a Graciosa pode esperar!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não, a Graciosa não pode esperar.

O Orador: A Graciosa e as outras ilhas podem esperar!

Eu queria dizer à Sra. Deputada Piedade Lalanda: a senhora não vá à Graciosa dizer que a população tem aumentado e não diga isso, também, aos Srs. Deputados do Partido Socialista! Não diga isso, por favor! A senhora não sabe o que está a dizer!

Sra. Deputada, em termos de dados oficiais do Serviço Regional de Estatística, a taxa de crescimento natural em 2008 foi de menos 5,7. Sabe o que significa, menos 5,7 de taxa de crescimento natural? Significa que, por cada nascimento, há 5,7 falecimentos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): De que ano é? Está a falar de 2007.

O Orador: Índice de envelhecimento de homens em 2008: 111,7. Índice de envelhecimento de mulheres em 2008: 175,4!

Sra. Deputada, por favor, não venha tentar esconder o sol com uma peneira!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Porque, de facto, o que eu trouxe aqui é aquilo que os senhores têm andado a tentar não dizer: temos uma crise social grave nos Açores, muito grave, com um índice de pobreza que envergonha, ou que devia envergonhar, um Governo que recebe e gasta tantos milhões quando, afinal, os resultados são este fracasso!

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Inventaram o conceito de ilhas de coesão e os resultados são um fracasso! São um fracasso, não em alguns indicadores, é certo: há indicadores positivos. Mas aqueles indicadores que dizem respeito, de facto, ao crescimento da riqueza dos açorianos e dos cidadãos que vivem, nomeadamente, na Graciosa são miseráveis! Porque eu não posso aceitar, como graciosense, nascido ou não nos Açores mas com raízes profundas na minha terra, na terra que eu adoptei, que exista um terço da população a viver com menos de 280 euros por mês!

Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não o posso aceitar, num Governo que diz que tenta desenvolver os Açores, mas que não consegue!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bruto da Costa trouxe-nos aqui, de facto, uma questão muito importante. Não tanto aquela que se refere ao caso concreto da Graciosa, mas a questão do rendimento e da riqueza.

Mas, antes de fazer algumas considerações sobre a sua intervenção no que a isso diz respeito, gostaria de dizer ao Deputado José Ávila o seguinte: o senhor nasceu por acaso nos Açores; há outros que estão nos Açores por opção de vida, porque amam esta região autónoma e porque a adoptaram como sua terra!

Deputado José Ávila (PS): Foi isso que eu disse!

O Orador: Portanto, esse tipo de comentário, Sr. Deputado José Ávila, julgo que não lhe fica muito bem, até porque o tenho em muita estima e consideração.

Mas o Sr. Deputado Bruto da Costa trouxe-nos, de facto, um problema, que é o problema do rendimento e da distribuição da riqueza regional, e o exemplo de um grande número de cidadãos da Graciosa, mas um grande número de cidadãos da região e do país, que estão reformados, que têm as suas pensões e usufruem de pensões tão baixas, tão baixas, tão baixas que têm de aceder a outro tipo de prestações sociais para serem complementados. Quero lembrar-lhe também, Sr. Deputado, que isso não se verifica só relativamente aos pensionistas. Aplica-se também a muitos e muitos trabalhadores, cujo rendimento é tão baixo que têm de usufruir de prestações sociais, nomeadamente do Rendimento Social de Inserção, de que o senhor é um inimigo figadal.

Deputado Rui Ramos (PSD): Demagogia! É uma vergonha!

O Orador: Portanto, de facto, o senhor trouxe aqui uma questão muito, muito importante.

E a pergunta que eu faço à bancada do PSD é se estará disponível para subscrever propostas que vão no sentido de aumentar o indexante do Salário Mínimo Regional

e o Complemento Regional de Pensão, de modo a que se possa aumentar o rendimento dos açorianos! Estarão os senhores dispostos a subscrever propostas destas? E evitar, assim, que alguns cidadãos açorianos possam deixar de usufruir do Rendimento Social de Inserção, dessa medida que é assistencialista, e passarmos para uma outra fase, uma medida de dignidade que é: quem trabalha tem direito a ter uma remuneração justa e digna; e quem trabalhou tem direito a ter uma pensão justa e digna, que lhe permita viver com dignidade?

É o que pergunto, novamente, à bancada do PSD: está disponível para subscrever uma proposta destas, em vez de fazer o folclore que costuma fazer com o Rendimento Social de Inserção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rui Ramos (PSD): Folclore é outras coisas!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só queria dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que se, de facto, o ofendi com aquela minha conversa...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acho que não é ofensa, mas é escusado!

O Orador: ...foi sem qualquer intenção.

Agora, uma coisa é certa, o que eu queria dizer é que, de facto, nasci e sempre vivi nos Açores e, por isso, tenho de ser conhecedor do que se passa, pelo menos na minha ilha. E é isso que acontece. Portanto, não admito que...

Deputado Rui Ramos (PSD): Estão aí tantos deputados que não nasceram nos Açores!

O Orador: Não é isso, mas não tem qualquer problema. O Sr. Deputado não se excite, está muito nervoso.

Ora bem, eu há bocadinho estava a dizer que, realmente, na minha ilha, na Graciosa, é verdade que temos pessoas, graciosenses, que passam por dificuldades. É verdade. Como existem em todas as ilhas dos Açores, infelizmente. Mas isso não

é caso único, há outros sítios, e podemos ir até à vizinha Madeira para perceber se é melhor ou pior.

Mas o que eu queria dizer... Sr. Deputado João Costa, eu gostava que o senhor me ouvisse.

Deputado João Costa (PSD): Como?

O Orador: Eu queria falar-lhe de 96. O senhor não andava cá, mas eu quero falar-lhe de 96.

Deputado João Costa (PSD): Eu estou a ouvir.

O Orador: Em 96, Sr. Deputado, onde andavam as pessoas que tinham dificuldades? Estavam escondidas? Não faziam parte das estatísticas? Onde estavam os desempregados graciosenses em 96? O senhor sabe quantos eram, em 96?

Deputado João Costa (PSD): E como é que isso resolve o problema dos graciosenses?

O Orador: Sr. Deputado, eu fico de uma maneira, realmente fico assustado com a sua visão sobre os problemas da Graciosa, porque o senhor é pessimista, é um pessimista nato! O senhor não ajuda, não nos ajuda! Sr. Deputado, eu passo o dia a fazer com que a Graciosa seja melhor e o senhor não! O senhor diverte-se, para que isto corra tudo mal!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O senhor diverte-se! O senhor, quando o Ilha Azul encalhou, ficou satisfeito! Foi para o cais e só não bateu palmas porque não calhou! Sr. Deputado, pelo amor de Deus! O senhor, assim, não ajuda a Graciosa de maneira nenhuma! Eu sei do que estou a falar.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não sabe do que está a falar!

O Orador: Eu sei do que estou a falar, Sr. Deputado!

Deputado João Costa (PSD): Isso é uma obsessão, é uma doença!

O Orador: Não, não é obsessão nenhuma, Sr. Deputado, a obsessão é do senhor. O senhor é que é um obcecado.

Eu queria fazer-lhe uma pergunta, Sr. Deputado. Na redistribuição que o senhor pretende fazer para a semana, na aprovação da redistribuição do IRS na Graciosa, eu queria perguntar ao Sr. Deputado se isso é para ajudar os que têm maiores dificuldades, ou se é para redistribuir por aqueles que têm mais rendimento.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente é fácil, é muito fácil brincar com os números e pintar quadros negros.

Eu tenho aqui na minha frente a resposta ao seu requerimento, que lhe foi enviada, e o total das pessoas que recebem, quer pensões de invalidez, quer pensões de sobrevivência e pensões de velhice são 1.323. As pessoas que recebem pensões de velhice são 694. O senhor diz que há 30% de idosos que recebem menos de 280 euros, como se os inválidos e os que vivem da pensão de sobrevivência, ou que têm uma pensão de sobrevivência, também fossem idosos, quando a população idosa na Graciosa representa 20%. Há 10% de idosos que não sabem que o são e têm menos de 65 anos, com certeza, na Graciosa. É muito fácil pegar nos números e brincar com eles.

É evidente que as pensões são baixas, ninguém o nega. Não é fácil viver com 280, com 300, com 320 euros! Tudo o que seja abaixo de 60%...

Deputado Rui Ramos (PSD): Diga isso ao Governo.

A Oradora: ...do rendimento mínimo do país é abaixo da linha média da sobrevivência. Agora, nós também sabemos que muitos destes pensionistas recebem outro tipo de complemento: Complemento Solidário de Idoso; Complemento Regional de Pensão; Complemento Regional de Reforma; apoio na compra de medicamentos; o próprio RSI, que beneficia alguns dos idosos; e é aí que o senhor deve chegar. Não é fazer números duros e puros para tentar pintar um quadro que não existe.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não vou utilizar muito tempo porque, de facto, penso que os assuntos relativamente às pessoas que vivem com dificuldades, seja na Graciosa, seja em qualquer parcela da região dos Açores – e são muitas, infelizmente, com uma taxa de pobreza acima dos 20%, a rondar os 25% de taxa de pobreza na região –, são de facto demasiado sérios para eu me estar a preocupar se o Sr. Deputado José Ávila tem mais ou menos cabelo, ou se nasceu aqui ou ali. Quer dizer, isso é baixar o nível de tal maneira...

Deputado José Ávila (PS): Leia os artigos que escreve, em que fala sobre mim!

O Orador: Eu estou na Assembleia Regional não é para me preocupar nem com a estética, nem com os gostos do Sr. Deputado José Ávila, ou qualquer outro deputado. É-me indiferente, gostem do que quiserem. Agora, o Governo tem de governar, de facto, para a melhoria da condição de vida dos graciosenses e dos açorianos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

E é isso que estamos a fazer!

O Orador: Eu pedi a palavra, realmente, apenas para dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que me ofende ao dizer-me que eu sou inimigo de um apoio social. Ofende-me, porque eu não sou inimigo do apoio social!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não parece!

O Orador: Do que eu sou inimigo é da distribuição mal feita de apoios sociais, utilizando-os de outra forma que não aquela que é, de facto, a verdadeira função do apoio social, que é libertar as pessoas da situação de dificuldade e não para as manter...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não parece!

O Orador: ...da forma como o senhor muito bem sabe e que, infelizmente, se calhar por estratégia política, faz de conta que não sabe.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não ia de facto intervir neste debate mas, nesta altura, não posso deixar de o fazer, pelo seguinte:

Pessoal e partidariamente, eu subscrevo e partilho na totalidade as preocupações que o Sr. Deputado Bruto da Costa trouxe a este Plenário, a este Parlamento, no sentido de chamar a atenção para a pobreza, para o desemprego, para a desertificação humana, nomeadamente da ilha pela qual o senhor foi eleito, mas que não representa. O senhor representa toda a região, como qualquer deputado e deputada desta casa.

Deputado José Ávila (PS): Não era isso que ele dizia!

A Oradora: Portanto, essas são preocupações que eu partilho e, estou certa, muitos e muitas partilhamos nesta Assembleia.

Mas não posso resistir à tentação de lhe dizer que, na política, como em tudo na vida, é preciso um bocadinho de decoro. E eu não posso entender como é que o Sr. Deputado Bruto da Costa pertence a um partido que aprovou, liderou e depois pediu desculpa por todas as medidas do programa de estabilidade e crescimento, cujas consequências estão na Graciosa como em cada uma das nove ilhas desta região.

Os senhores diminuíram o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego; o rendimento social de inserção; os apoios complementares aos idosos; as bolsas de estudo; a isenção e diminuição dos preços dos medicamentos...

Deputado João Costa (PSD): Ah, a culpa agora é nossa!

A Oradora: ...e, agora, têm a lata de vir chorar? Já pediram desculpa e agora vêm chorar por causa da pobreza de grande parte da população desta região que, sem dúvida – e é para isso que a oposição está dentro desta casa –, pode não estar a merecer as medidas necessárias da parte do Governo Regional? Mas, aí, todos temos a obrigação de propor outras medidas. Não é vir aqui com a hipocrisia do choro, quando os senhores são altamente responsáveis...

Deputado João Costa (PSD): Incomodam-na muito as nossas preocupações!

A Oradora: ...para não dizer os principais responsáveis, pela situação que esta região agora também e o país vivem!

Portanto, Sr. Deputado, não chore, porque ninguém leva a sério o seu choro neste momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria só fazer aqui uma rectificação ao Sr. Deputado Bruto da Costa, porque ele diz que não quer saber como vem, nem como não vem. Eu pedia-lhe que fizesse um esforço e que relesse os artigos que escreveu, durante anos e anos, com ofensas perfeitamente pessoais.

Deputado João Costa (PSD): Quais ofensas?

O Orador: O senhor reveja aquilo que fez e que escreveu. O senhor reveja, que eu não fico preocupado.

Deputado João Costa (PSD): Leia uma, leia uma ofensa!

O Orador: Não, o senhor pode rever, que eu não fico preocupado. Aliás, eu passei o meu tempo a ignorar aquilo que o senhor escrevia.

Ora bem, vamos falar de coisas sérias.

Sr. Deputado, há uma coisa que o senhor não disse aqui, se havia mais desemprego em 96 do que agora. Também não disse outra coisa, que é muito importante: o senhor nunca referiu se havia mais emprego em 96 do que agora. Também é muito importante e isso está lá. O senhor, de onde tirou e foi buscar esses números, tem lá os outros mesmo ao lado!

Deputado João Costa (PSD): O senhor não olha para o futuro, só olha para o passado!

O Orador: E, como eu acredito que o senhor não é míope, acho que, se fizesse um esforço, ia conseguir perceber perfeitamente que antigamente havia mais desemprego na Graciosa, antigamente havia menos emprego e existiam pobres! Existiam pobres, estavam era escondidos!

Mas, Sr. Deputado, eu fiz-lhe uma pergunta e vou acrescentar mais uma:

Eu queria saber se aquela medida que o senhor se propõe fazer para a semana, na Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa...

Deputado João Costa (PSD): Estamos na Assembleia Regional!

O Orador: Sr. Deputado, vejo-o preocupado com as pessoas com dificuldades, é por isso que estou a falar! O senhor não pode ser uma coisa aqui e outra na Graciosa, o senhor tem de se assumir de corpo inteiro! O senhor é deputado regional!

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ora bem, eu queria saber e queria que o senhor me explicasse, ou dissesse, ou me respondesse sim ou não, se aquela medida que o senhor se prepara para aprovar na Graciosa, na próxima quarta-feira, que tem a ver com a devolução de 4,5% do IRS aos graciosenses, é para ajudar as pessoas mais desfavorecidas, ou se é para redistribuir pelas pessoas que ganham mais. Esta é uma pergunta objectiva e o senhor tem de responder: sim ou não?

Eu também gostava de saber qual é a sua posição – porque o senhor uma vez diz uma coisa e outra vez diz outra –, se o senhor é a favor ou contra as medidas do Rendimento Social de Inserção. Isto é importante nós todos sabermos, porque o senhor costuma dizer uma coisa aqui e outras diferentes lá...

Deputado João Costa (PSD): Quando é que eu disse isso? O senhor está a confundir-me com o Sr. Presidente do Governo. O Sr. Presidente do Governo é que o disse!

O Orador: O senhor, às vezes, chama malandros, lá, às pessoas do Rendimento Social de Inserção. E isso é preciso o senhor explicar aqui. O senhor tem de explicar se está a favor ou se está contra.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, tem a palavra. Prescinde? Muito bem.

Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente:

Realmente, não acho que seja matéria, uma vez que a matéria vai ser posta na Assembleia Municipal, mas vou responder ao Sr. Deputado José Ávila. Sabe o que

é, Sr. Deputado? O IRS já tem escalões, não é? E começa em rendimentos que até, se calhar, são baixos, não é? Começa e, depois, tem escalões. Os que ganham mais, descontam mais e, portanto, beneficia, na respectiva proporção, quem vive na Graciosa.

Deputado José Ávila (PS): Responda!

O Orador: O senhor há-de explicar-me que percentagem da população tem rendimentos altos na Graciosa.

Depois, há toda a outra população, que tem rendimentos baixos, mas que paga IRS e que, se beneficiar do desconto que nós vamos propor na Graciosa, já paga menos qualquer coisa de IRS, porque paga produtos mais caros, porque paga na mercearia mais, no pão, em todo o lado. No pão talvez não, porque o preço é tabelado, mas na mercearia paga mais caro e o senhor sabe disso!

O senhor sabe perfeitamente que tem uma câmara municipal que herdou uma situação financeira excelente! Não pode dar alguma coisa, um contributo, para a vida dos graciosenses que pagam rendimentos e que podem beneficiar um pouco de uma medida, que a sua câmara devia tomar, de discriminação positiva?

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Pense nisso até à semana e, depois, vote como quiser.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Ávila (PS): E a outra resposta?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Deputada Vera Bettencourt (PS): Eu já me tinha inscrito, no início.

Presidente: Tinha, tinha. Inscreveu-se no início.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Inscreveu, inscreveu...

Presidente: Inscreveu-se, logo no início. Pode ter a certeza que sim.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

***Deputada Vera Bettencourt (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já percebemos qual a interpretação que o Sr. Deputado tem da situação social da Graciosa.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

A Oradora: Fui eu, está com a minha caligrafia.

Agora, gostaria de saber qual a alternativa que o PSD apresenta. O PSD faz uma política de oposição curiosa, mas manifestamente ligeira e vazia de conteúdo. Se ao Governo compete governar, ao PSD compete apresentar uma oposição digna do povo que o elegeu.

Agora, gostaria também de fazer uma nota de dados que penso que são pertinentes, porque constituem um factor importante para o desenvolvimento da Graciosa. Basta lembrar que em 1996 existiam...

Deputado Rui Ramos (PSD): E em 1600, o que é que existia?

A Oradora: ...385 trabalhadores em 83 empresas; actualmente existem 804 trabalhadores em 131 empresas. Ou seja, um aumento de 108% no tecido empresarial privado.

Tenho dito.

Deputado Rui Ramos (PSD): Esse raciocínio é uma falácia!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta objectiva ao Sr. Deputado João Costa e gostava que ficasse registado no Diário da Sessão que ele não me respondeu. Queria saber se ele está a favor ou contra o Rendimento Social de Inserção, e ele não respondeu. Gostava que ficasse registado que ele não me deu a resposta.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** O Sr. Deputado José Ávila só ouve aquilo que lhe interessa. Eu respondi a essa pergunta quando me dirigi ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Eu sou a favor das medidas que o Estado aprova para apoiar os mais desfavorecidos. Sou a favor, também, que os mais desfavorecidos, na medida do possível, devem contribuir com alguma solidariedade em relação ao Estado. Não sou a favor é da forma perniciosa, para dizer o mínimo, com que é feita alguma utilização de medidas de apoio social, nos últimos anos, nos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não há mais inscrições. Vamos passar à intervenção seguinte.

Diga, Sr. Deputado Pedro Medina? Acha que não vai dar tempo para o debate? Tem a palavra, Sr. Deputado.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, eu entendo que, de facto, o tema que eu vinha trazer a este Plenário era um tema muito pertinente. Tem a ver exactamente com o projecto SCUT na Ilha de São Miguel. Atendendo ao tempo que está aqui disponível para a intervenção, não vai haver oportunidade de debate. Penso que seria muito importante haver esse debate e o pedido de esclarecimentos em relação a muitas situações. Não estando reunidas essas condições, prescindo da intervenção.

Presidente: Muito bem.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos dar por terminado este período. Regressamos às 15 horas, com a agenda.

Muito bom dia e bom almoço.

(Eram 12 horas e 50 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a agenda.

(Eram 15 horas e 03 minutos)

O nosso primeiro ponto é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010 – “Cria o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores”**.

Dou a palavra ao Governo, para apresentar o diploma. Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, tem a palavra.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

***Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tomou recentemente a iniciativa de apresentar a esta Assembleia uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à revisão da Segurança Social nos Açores, a qual prevê a criação do Instituto para o Desenvolvimento Social e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Com esta revisão, será possível uma estrutura mais simples e adequada à realidade, com a finalidade última de melhorar a qualidade e eficiência dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas.

Aliás, foi com base neste pressuposto que procedemos à avaliação do actual cenário das orgânicas dos institutos regionais da Segurança Social, que contou com a colaboração de entidades especializadas, no sentido de o novo modelo orgânico poder ser potencializado nas finalidades pretendidas. Assim, da análise efectuada e da ponderação posteriormente realizada, serão criados o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, o qual incorporará o Instituto de Acção Social e o Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social, e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que incorporará o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social.

A estrutura orgânica do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores será constituída por um conselho de administração, que contará com um presidente e dois vogais. Pretendemos centralizar e especializar o atendimento, adoptando uma filosofia de balcão único, o qual realizará atendimento em outras áreas, como por exemplo a habitação. Sobre as unidades integradas de atendimento, são expectáveis os seguintes benefícios: disponibilização de todos os serviços de segurança social a partir de um ponto só; optimização dos serviços locais

existentes, em alguns casos até pela utilização de espaço por outros serviços do domínio da Secretaria Regional; uniformização de procedimentos nos vários pontos de contacto com o cidadão; e maior acompanhamento do contribuinte, pela existência do Gestor de Contribuinte, associado à unidade integrada de atendimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com este novo quadro orgânico dos institutos regionais de Segurança Social, haverá ainda uma separação clara de papéis: o que é do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores; o que é da Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, cuja tutela é exercida directamente pelo membro do Governo; e a clarificação das competências e responsabilidades entre os serviços da Segurança Social, ou seja, quem planeia, quem executa e quem decide, numa estrutura menos vertical e mais próxima das pessoas.

É neste enquadramento que, acreditamos, a fusão dos actuais Institutos, de Acção Social e de Regimes da Segurança Social, trará, para a região e, em particular, para todos os seus utilizadores, mais valias, entre as quais: a maximização de sinergias operacionais, pela capacidade de centralização de áreas dispersas pelos vários institutos; a especialização técnica de recursos humanos, pelo alinhamento da orgânica com as áreas nucleares da Segurança Social; a actuação coordenada entre as áreas e criação de estrutura de gestão mais simplificada, com uma única linha de reporte do instituto à tutela; e maior controlo da actividade.

Com este novo modelo, vamos também reduzir os custos com efectivos em cerca de 26%, a longo prazo, sem qualquer necessidade de despedimento ou cessação de funções. Além de limitar o crescimento da despesa, as poupanças inerentes poderão permitir igualmente reforçar os quadros de intervenção no terreno e alocar os recursos a outros serviços, nomeadamente os da Secretaria do Trabalho. Com esta reestruturação, o Governo estima também poupar 21% com cargos dirigentes e chefias, correspondendo a cerca de 200 mil euros anuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As principais razões para a alteração da actual estrutura orgânica das instituições regionais de Segurança Social nos Açores prendem-se com a necessidade de maior

aproximação das estruturas ao terreno, ou seja, dos técnicos junto das famílias. Tais propósitos associam-se igualmente à necessidade de redireccionar a despesa pública, menos para os meios e mais para as pessoas, porque uma administração sobredimensionada não é apenas cara, gera burocracia e dialoga mal com os cidadãos e com as empresas. Pretendemos também que haja partilha de recursos e processos com outras áreas de serviço do Governo.

Por último, o aproveitamento das potenciais poupanças ao nível dos recursos e meios, principalmente do *back office* – que poderão ser ao nível das estruturas internas de apoio, instalações partilhadas nas ilhas de menor dimensão, contratos únicos de fornecimento de bens e serviços, processos internos únicos de controlo, frota automóvel e recursos humanos –, poderá trazer imensos benefícios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É a pensar no bem-estar das famílias que apresentamos hoje esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à revisão das estruturas da Segurança Social nos Açores. Continuaremos, por isso, a trabalhar para valorizar as pessoas e para estimular e apoiar as empresas; a trabalhar com energia e inovação, como se fosse sempre o primeiro dia e como se o tempo fosse sempre escasso para a satisfação do bem-estar dos açorianos; a trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas. É este o nosso desígnio.

Muito obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já, tenho inscrito o Sr. Deputado Clélio Meneses. Tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD assume as políticas sociais como prioridade para resolver os imensos problemas sociais que se vivem nos Açores. A existência de um sistema regional

de Segurança Social é obviamente importante para a implementação destas políticas sociais. O PSD tem um grande património a este nível, ao ter criado a partir de 1978, de raiz, um sistema regional, um serviço, que chegou às nove ilhas e a todas as freguesias dos Açores.

Dado que muitas vezes se ouve a ideia de que isto agora é que se fez, ou agora é que se faz, os açorianos sentem, porque sabem, é preciso perceber isto, para se perceber também aquilo que vou dizer adiante: na altura não havia CEE, não havia União Europeia, não havia fundo social europeu, não havia fundos comunitários e criou-se de raiz um serviço, do nada, que chegou de facto a todas as ilhas e serviu muitos açorianos. É esta a realidade.

No entanto, são importantes as reformas. O PSD é um partido reformista. Por isso, entendemos também que esta proposta tem alguns aspectos positivos, com os quais concordamos. São importantes e foram aqui referidos alguns deles, que têm a ver desde logo com a racionalização dos recursos, a contenção das despesas, a agilização de procedimentos, a informatização e a uniformização. Tudo isto é importante e são princípios que, por natureza e genericamente, merecem a nossa concordância.

Porém, alguns dos aspectos desta proposta e dos seus propósitos suscitam algumas preocupações. Desde logo, porque a avaliação global desta reestruturação, a medição em concreto da sua racionalidade e eficácia, das estruturas e dos serviços que agora se reformulam, dos meios humanos e financeiros, tudo isto só é possível com a publicação dos estatutos de cada uma das entidades que se criam através deste diploma. Isto é, os verdadeiros e concretos efeitos desta proposta, do que se está aqui a discutir, dependem de um elevadíssimo grau de discricionariedade. Fica demais em aberto nas mãos do Governo, para manter políticas e posturas que o têm caracterizado. E é este o grande problema: a margem larga de abertura de discricionariedade que se dá, com a aprovação eventual deste diploma, deixando nas mãos do Governo a possibilidade de continuar políticas e posturas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Desde logo e em primeiro lugar, um dos princípios da acção deste Governo, que o tem caracterizado, é a centralização dos serviços. Veja-se os casos

das escolas, que vão fechando sucessivamente por essas freguesias, para centralizar em fábricas de alunos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Ou os serviços de saúde, aos mais variados níveis, em que se centralizam serviços.

O PSD é diferente, o PSD não concorda...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O PSD é mesmo diferente! Não quer saúde!

Deputado Berto Messias (PS): O PSD é contra a escola pública.

O Orador: ...com esta postura. E, quando muitas vezes se ouve – como já se começa a ouvir aqui, no nervosismo, no burburinho socialista – “e quais são as propostas do PSD? Em que é que o PSD é diferente?”, cá está um caso em que o PSD é claramente diferente do Partido Socialista. Muitas vezes, os açorianos perguntam quais são as diferenças. Cá está um caso de diferença: o PS e o Governo defendem a centralização dos serviços de educação, de saúde e em termos sociais, nalguns casos. O PSD defende o contrário, defende uma política de proximidade, junto das populações, que sirva as nossas localidades e que de facto lhes dê vida.

O que se sente é que, com esta política implementada pelo Partido Socialista, se promove a desertificação. As freguesias vão ficando cada vez mais destituídas dos seus serviços, as pessoas vão fugindo das freguesias para os grandes centros. Isto é, não se dá condições de vida para aqueles que vivem nas pequenas localidades e, pior do que isso...

Deputado Francisco César (PS): Nem nas grandes! Até Ponta Delgada é uma desgraça!

O Orador: ...não se atrai população jovem para essas localidades, criando-se, aí sim, um desequilíbrio demográfico com nefastos efeitos sociais e económicos para a sociedade açoriana.

Por isso, neste caso, o PSD é claramente contra este princípio. E, sendo este um dos princípios da acção governativa socialista, o da concentração, e deixando em aberto esta possibilidade, o PSD manifesta esta preocupação. Porque se o PSD votasse favoravelmente esta proposta estaria a passar, a assinar, um cheque em branco para o Governo continuar a fazer o que tem feito, para continuar a centralizar, a desertificar, a retirar condições e qualidade de vida às pessoas que vivem nas várias localidades dos Açores.

O PSD defende o contrário, como legitimamente o PS e o Governo defendem o que defendem. Mas a democracia também é isto: da mesma forma como convictamente defendem as vossas teses, devem respeitar quem defende a tese contrária. E o PSD defende essa tese: de que as políticas, os políticos e os serviços públicos devem estar o mais próximo possível das pessoas, devem servir, o melhor possível, as pessoas.

Por outro lado, os imensos problemas sociais que se vivem nos Açores – a pobreza, o enorme desemprego, a exclusão social – não são um problema formal, um problema de forma, um problema orgânico, um problema de órgãos, mas um problema de políticas e de atitudes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É essa a distinção que também é preciso fazer, porque, ao embarcar-se nesse discurso de que, criando-se este órgão, este instituto ou mudando de nome, se resolve o problema, está-se a mascarar o problema, demonstrando ou tentando demonstrar que o problema é do aspecto, da forma, do órgão. Não, o problema não é um problema do aspecto, é um problema da essência, é um problema das políticas. E o PSD também quer marcar a sua diferença, afirmando que as políticas do PSD não são estas que levaram os Açores a ficar como estão hoje.

Por isso, mais do que mudar de figuras jurídicas, mais do que mudar os órgãos ou os nomes dos institutos, é preciso de facto mudar de políticas. O PS é Governo dos Açores vai para dezasseis anos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Fazemos agora catorze anos!

O Orador: No final desta legislatura. Estamos nesta legislatura, é nela que estamos a apreciar a acção do Governo e em que temos as nossas responsabilidades.

Apreciei a preocupação da Sra. Secretária, de resto repetida por vários membros do Governo do Partido Socialista, “como se fosse o primeiro dia”, esta vontade “como se fosse o primeiro dia”.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):
Exactamente!

O Orador: O problema é que não é! Já passaram dezasseis anos, ou catorze, passam dezasseis no final desta legislatura. E foram estes anos todos de governação socialista, da vossa responsabilidade, que fizeram com que a região chegasse ao estado em que está.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Com César...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Felizmente!

O Orador: ...na região, tivemos a mais alta taxa de desemprego da história da autonomia!

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É falso.

O Orador: Com Sócrates em Portugal, tivemos a mais alta taxa de desemprego do país.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): É falso.

O Orador: Isto é, com Sócrates no país, com César na região, temos a mais alta taxa de desemprego da história da autonomia e da democracia.

Deputado Francisco César (*PS*): O Sr. Deputado acha que se repetir isso muitas vezes alguém vai acreditar?

O Orador: Por isso, Sócrates e César têm esta conquista, uma conquista que, quase por dever partidário, devem partilhar. Devem partilhar esta conquista do desemprego e dos problemas sociais que existem. Por muito que o Sr. Presidente do Governo ria, por muito que faça descaso do que dizem os outros, o pior é o que os açorianos sentem nas suas vidas.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sentem problemas como não sentiam há muito. O desemprego, os problemas das pessoas, das famílias e das empresas, são um problema enorme. E, por muito que riam, por muito que desvalorizem o que diz a oposição, por muito que desvalorizem o que dizem as instituições, os organismos sociais e, sobretudo, por muito que desvalorizem o sofrimento dos açorianos, a verdade é que a realidade é a que eles sentem.

Por isso, não vale de nada o Presidente do Governo atirar-se aos técnicos de acção social, atirar-se às instituições privadas de solidariedade social, como se eles fossem os culpados. Essa tentativa de sacudir a água do capote, para além de revelar o que revela, que me dispenso de comentar, tem um grande problema: não resolve nada.

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Atirar a água para fora do capote não resolve nada, porque os problemas não se resolvem, mas aumentam. Os problemas aumentam, porque são das políticas, são da governação. O senhor é que é o Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Com muito gosto.

O Orador: Não são os técnicos das IPSS, não são as IPSS. Estamos aqui perante um problema político, um problema de governação.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E sou Presidente do Governo porque votaram em nós e não em vós.

O Orador: Por isso, não é mudando a forma, não é mudando os órgãos, os nomes dos institutos...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E o senhor continua a repetir a mesma coisa?

O Orador: O Sr. Presidente está muito agitado! O senhor vem aqui uma vez, lá de vez em quando, com a sua agitação, pensando que consegue condicionar a opinião e a convicção da oposição.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, se consegue condicionar e impor a sua vontade a algumas pessoas, bom proveito para si e para aqueles que são condicionados. A

nós, não consegue condicionar. A nossa opinião e as nossas convicções são muito mais firmes do que a sua vontade de condicionar-nos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, dizia eu que não é mudando o nome dos institutos, não é mudando os órgãos, não é com problemas formais que se resolve a situação, que se resolvem os imensos problemas sociais que vivem os açorianos. Não é mudando o aspecto, não é mudando o fato, não é mudando o corte de cabelo. É preciso mudar, de facto, as políticas, é preciso mudar os políticos e é preciso mudar a governação!

Deputado Berto Messias (PS): Não lhe fica bem!

O Orador: Não é, de facto, mudando a roupa, é mudando a essência das políticas que têm desgovernado os Açores, fazendo-nos chegar ao ponto a que chegámos!

(Risos das bancadas do PS e Governo)

Por isso, votar a favor desta proposta era, de facto, passar um cheque em branco para que o Governo continuasse a fazer como tem feito, e o PSD não quer isso. O PSD quer fazer diferente, o PSD quer fazer melhor.

Obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Mas então, o que quer fazer? Ninguém percebeu o que o PSD quer fazer, o senhor não materializa em propostas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária disse em comissão e reiterou aqui que este diploma é apenas o início de uma profundíssima – o termo é seu – reforma na Segurança Social e

insere-se nesse contexto. Portanto, é o primeiro passo de uma caminhada. Há que, de facto, começar por algum lado, como dizia o Gandhi, e todas as grandes marchas começam com um simples passo. É um cheque em branco? De certa forma é, porque nós não conhecemos o conteúdo dos passos subsequentes. Mas temos, de facto, de começar por algum lado e a esta Assembleia compete avaliar diploma a diploma e passo a passo.

A Sra. Secretária teve também a humildade de admitir que a necessidade de se proceder a esta reforma da Segurança Social se deve à necessidade de corrigir aspectos que revertiam numa ineficiência da relação interdepartamental, na ineficaz partilha de meios entre departamentos, na ausência de uma plataforma digital comum. Sobretudo, havia demasiado *back office* e muito pouco *front office*, que é o que de facto interessa, porque estas insuficiências se repercutiam negativamente no atendimento e encaminhamento dos cidadãos.

Portanto, o que se pretende com esta reforma é, avaliando pelas palavras da Sra. Secretária – só podemos inferir por aí, porque este é apenas o primeiro diploma duma ideia global e, de boa fé, inferimos que se pretende –, empenhar menos energias e menos sinergias nos mecanismos procedimentais, fazendo reverter essas energias e essas sinergias em favor do cidadão, que, no fundo, é o que mais interessa. E essa maior agilização nos procedimentos, esse tornar, digamos, a máquina mais leve em termos de funcionamento, essa partilha de recursos será inequivocamente benéfica para o cidadão.

Outros princípios válidos de que comungamos relativamente a este diploma têm a ver com um aspecto que também é essencial, que será de facto o emagrecimento nas despesas de funcionamento, e que essas verbas revertam em favor do cidadão carenciado e não para outras finalidades.

Outro aspecto que gostaria de focar aqui tem a ver com as garantias que foram dadas pela Sra. Secretária, em carta, aos funcionários da acção social, de que não serão prejudicados nas suas carreiras, nem deslocalizados das suas ilhas. Este é um aspecto que nos parece muito relevante, porque era uma preocupação que nós tínhamos à partida e, pelos vistos, foi também já desmistificada.

Termino mais ou menos como comecei: este é um primeiro passo; só podemos avaliar este passo; este passo tem a ver com a estrutura, tem a ver com a orgânica, não tem exactamente a ver com políticas de cariz sexual (sexual não, desculpe, Sr. Presidente) ...

Presidente: De cariz sectorial.

O Orador: ...sectorial, mas obviamente que será complementado por outros diplomas, que incidirão, aí sim, naquilo que é de facto essencial nesta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi um *lapsus linguae*.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero afirmar com toda a clareza que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulha da política social que os governos do PS têm vindo a desenvolver na Região Autónoma dos Açores.

A seguir, quero deixar uma nota de surpresa. Surpreende-me a reacção do Sr. Deputado Clélio Meneses, quando alguns no seu partido consideram que esta iniciativa nada mais é do que baralhar e voltar a dar. Portanto, dificilmente se compreende os seus receios, Sr. Deputado. A alteração que este diploma opera em nada nos afasta dos objectivos da política social que vem sendo prosseguida pelos governos do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E mal.

A Oradora: E não é uma política social de centralização, Sr. Deputado Clélio Meneses. É uma política social que levou serviços de apoio aos idosos a todas as ilhas e à maioria dos concelhos desta região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: É uma política social que reconheceu e assumiu que existem crianças abandonadas, crianças maltratadas, nesta região, realidade que durante muito tempo se ignorou, se fingiu não existir!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: É uma política social que assumiu que as pessoas com deficiência não precisavam de ficar escondidas nas suas casas, limitadas ao seu ambiente familiar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: É uma política social que assumiu que homens e mulheres têm direitos e responsabilidades iguais, perante a sociedade, perante a família, perante o trabalho.

É uma política social que não nos envergonha, Sr. Deputado Clélio Meneses. Antes pelo contrário, é uma política social da qual nos orgulhamos.

Vozes das bancadas do PS e Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao diploma que estamos a apreciar, gostaria de reafirmar um aspecto que o Sr. Deputado Paulo Rosa aqui já trouxe. A Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, em sede de comissão e também publicamente, já assumiu que este diploma representa apenas um primeiro passo, uma etapa, num procedimento, numa reestruturação mais profunda e mais alargada.

E não é, Sr. Deputado Clélio Meneses, um cheque em branco. O código da Segurança Social, como a Sra. Secretária Regional teve oportunidade de afirmar em comissão, será trazido a esta casa. Teremos a oportunidade de debatê-lo, teremos a oportunidade de lhe propor as alterações que considerarmos pertinentes e necessárias, para que todos possamos trabalhar em benefício dos mais desfavorecidos nesta região.

É um diploma, portanto, que merece a aprovação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por um conjunto de razões:

É uma reforma que está devidamente sustentada numa análise criteriosa, não só da actual estrutura, mas também do contexto económico e social regional, com recurso a meios próprios da região, mas também a estudos técnicos encomendados a entidades externas, garantindo assim critérios de exigência, de competência, de rigor e de isenção que noutras situações tanto se tem reclamado nesta casa.

Por outro lado, entendemos também que, através da fusão do Instituto da Acção Social e do Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social, que hoje aprovamos, se dá mais um passo significativo no sentido da simplificação da

estrutura, com os ganhos que daí decorrem, quer ao nível da redução de custos que se perspectiva, quer, e mais importante em nossa opinião, da criação das condições conducentes à melhoria da qualidade dos serviços que são prestados aos utentes deste sistema.

Possibilita-se uma maior articulação entre os serviços, centralizando sim, Sr. Deputado Clélio Meneses, mas apenas procedimentos administrativos e burocráticos que são melhor efectuados de uma forma informatizada e centralizada. Enquanto que, em simultâneo, se permite o reforço dos recursos materiais, financeiros e humanos dedicado ao apoio directo aos utentes, e esse, Sr. Deputado Clélio Meneses, territorialmente descentralizado, junto das famílias e em articulação com as entidades locais.

Perspectiva-se assim uma prestação de serviços assente numa perspectiva sistémica e global das necessidades dos cidadãos e numa maior articulação entre os serviços, em claro benefício dos utentes e sem prejuízo para os trabalhadores da Segurança Social, uma vez que, tal como já foi aqui referido também, não estão em causa nenhuns postos de trabalho.

Terminaria então como comecei: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprova esta iniciativa e orgulha-se da política social do Governo.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico não dará o seu apoio a esta iniciativa, e não o dará porque nós não sabemos como esta história vai terminar. Não sabemos que conjunto de reformas e de iniciativas o Governo vai realizar nesta porta que agora está a abrir em relação à reforma deste sector. Tendo em conta o cadastro do Governo nesta área, não temos nenhuma razão para confiar no que aí vem. Portanto, a nossa posição de princípio é esta: é uma posição cautelosa, esperamos para ver o que vai acontecer.

É evidente que compreendemos, do ponto de vista político, a iniciativa. Porque neste momento, em termos de política social, é uma das áreas do Governo – aliás, são muitas as áreas do Governo em que isto sucede – em que a crise é profunda e em que o disfuncionamento é evidente. Portanto, na actual conjuntura, em que existe uma pressão maior do ponto de vista daquelas que são as questões sociais, em que os problemas de âmbito social se estão a acentuar na sociedade açoriana – por culpa, evidentemente, da conjuntura da crise económica em que vivemos, mas também por culpa da ineficácia do Governo em combater este problema do ponto de vista social –, é evidente que esta é uma resposta, é uma primeira resposta. E a resposta é, para já, pouco efectiva em termos de políticas, ou de mudanças de políticas em termos daquilo que a sociedade açoriana necessita nesta área.

Portanto, concluindo a minha intervenção sobre esta matéria, o PPM não passa, de facto, cheques em branco.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa que estamos a discutir, que visa objectivamente – e não temos razão para duvidar – uma economia de meios e uma melhoria do funcionamento dos serviços sociais, e estando garantidos os direitos dos trabalhadores, vamos dar o nosso voto favorável a esta iniciativa do Governo.

De qualquer forma, gostaria de deixar esta consideração: penso que teria sido mais adequado, até porque o diploma é muito técnico, é árido, na comissão tive oportunidade de questionar a Sra. Secretária durante a apresentação. Efectivamente, foi adiantada alguma coisa, nomeadamente falou-se no código da Segurança Social que está em preparação e mais um outro documento. Mas a verdade é que as alterações, ou melhor, a reforma da acção social na região, nós não a conhecemos, uma vez que este diploma que estamos a apreciar é, no essencial, técnico e visa de facto a real economia de meios que, efectivamente, se pode traduzir na melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes.

Estando salvaguardados os direitos dos trabalhadores dos organismos que agora são objecto de reestruturação, nada temos a opor. Estaremos, com certeza, atentos à publicação dos estatutos. Estaremos, sobretudo, atentos a alterações que, eventualmente, venha a haver na filosofia que preside às políticas sociais na região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero reafirmar algo que já tem sido dito nesta casa em relação à forma como se tem trabalhado, ou como se trabalha, na Comissão de Assuntos Sociais.

Já brincamos com a expressão “abstenção com reserva para Plenário” e os nossos colegas do PSD já se riem, porque sabemos que, no fim dos trabalhos da comissão, é quase sempre essa a decisão final do PSD. E o que é interessante é que, no âmbito do trabalho da comissão, a história, que foi aqui bem dita, que o PSD tem no âmbito da acção social, e as dúvidas que o PSD tem em relação a esta proposta de reestruturação não foram, pura e simplesmente, colocadas em comissão. É bom que os nossos eleitores saibam que é também aí que se trabalha no trabalho parlamentar, é fazendo propostas nas comissões permanentes.

Deputado António Marinho (PSD): O que está a insinuar? Que o PSD não trabalha?

A Oradora: Estou insinuando que não houve propostas na comissão e esse é um facto. Como o senhor gosta de dizer, esse é um facto: não houve propostas do PSD na Comissão de Assuntos Sociais em relação a este diploma.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Segundo, a expressão que a minha colega utilizou, que foi utilizada pela líder do PSD em relação a esta proposta do Governo, que era baralhar e dar o mesmo, foi dita no âmbito de uma visita que a Sra. Presidente do PSD fez ao Lar António Manuel Santos, uma das instituições que tem acordo de cooperação com o Governo. É essa a realidade do tal cheque em branco que o senhor diz que é esta

legislação. A Sra. Presidente do PSD terá, com certeza, perguntado quem pagava o cheque ao fim do mês nessa instituição. Está também aí parte dos nossos contributos, parte do dinheiro do Governo. É responsabilidade do Governo, não tutelar as IPSS, mas acautelar que o investimento que faz através das IPSS chega aos utentes da forma mais correcta e responde às suas necessidades.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Governo é que ataca o PSD!

A Oradora: A rede de equipamentos sociais que a nossa região tem, a rede de acordos de cooperação que o Governo mantém com essas IPSS, são a prova provada de que existe uma descentralização da actuação da acção social nas várias comunidades e são, certamente, um património...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Se os senhores derem licença...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada, faça o favor de continuar.

A Oradora: Os senhores dizem que é preciso mudar de políticas e é preciso mudar de políticos, como disse o Sr. Deputado Clélio Meneses. Mas quem tenha ouvido a sua intervenção fica sem saber qual é a política que o PSD propõe. Não se muda para o zero, nem para a incógnita! Se os senhores têm melhor para apresentar, apresentem na Comissão de Assuntos Sociais, apresentem alterações neste Plenário e então, assim, vamos descobrir quais são as políticas sociais melhores que o PSD tem para apresentar para a região.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra para uma segunda intervenção.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Pode ser que venha uma proposta. Agora vem uma proposta.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria esclarecer aqui três ou quatro aspectos que me parecem muito importantes.

O primeiro deles: os açorianos, há dois anos, tiveram a oportunidade de escolher modelos diferentes de governação, propostas diferentes...

Deputado Ricardo Cabral (PS): E bem!

O Orador: ...programas eleitorais, legitimamente. Por acaso, a maioria dos açorianos...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Nada disso é por acaso!

Deputado António Marinho (PSD): Ainda não acabou a frase, a frase vai a meio!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O preconceito, a pressa e a vontade de pôr na boca dos outros aquilo em que têm mais interesse prejudica sempre.

O que eu quero dizer é que, legitimamente, os açorianos escolheram uma maioria e um Governo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Já não foi por acaso, foi legitimamente.

O Orador: O que eu estava a dizer é que, por acaso, a maioria dos açorianos não escolheu, porque a maioria dos açorianos nem votou!

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor não é democrata!

O Orador: E, da maioria daqueles que votaram, nem votaram no vosso partido. Mas essa é uma questão que não é relevante neste momento. A maioria dos que votaram não votou PS!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Então, qual é a vossa percentagem?

O Orador: E essa mania que os socialistas têm de dizer: “os açorianos quiseram, o povo quis”, não! A maior parte dos que votaram no vosso partido quis, mas há outros, que quiseram outros projectos, que são tão legítimos e tão açorianos quanto os que votaram no projecto maioritário. Mas a questão, como digo, a relevância, nem é essa.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Vista a camisa da democracia!

O Orador: A relevância é que, de facto, foi assim: o projecto que está a governar é o projecto do Partido Socialista. O PSD apresentou propostas, muitas propostas. E

quanto a essa falácia, esse equívoco, de que não há propostas, o programa eleitoral do PSD estava cheio delas!

Vozes de deputados da bancada do PS: Ah!

Deputado António Marinho (PSD): Ah, o quê? Não é esse o momento adequado para apresentar propostas?

O Orador: Apresentadas aos açorianos! Mas o PSD não ganhou eleições, o PSD não é Governo. Por isso, essa mania, essa falácia, de dizer: “e as vossas propostas?”, como se o PSD não as tivesse, é má fé política, porque o PSD apresentou propostas e os açorianos escolheram a vossa! Daqui por dois anos, o PSD vai ter novas propostas e esperamos convictamente que os açorianos escolham o nosso projecto. Mas, se não o escolherem, também aceitamos, democraticamente, como temos feito durante todo este tempo. Por isso, esta história das propostas, essa fuga para as propostas, é uma fuga, um equívoco.

O trabalho do PSD em comissão e em Plenário é da exclusiva responsabilidade do PSD. E essa mania do PS de se meter no trabalho do Grupo Parlamentar do PSD também revela má fé política. Preocupem-se com o vosso trabalho e deixem o PSD da mão!

Deputado Francisco César (PS): São os senhores que prejudicam os trabalhos!

O Orador: Outra questão e voltamos para o que é relevante:

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou os argumentos pelos quais, concordando com alguns princípios que estão nesta proposta, entende que ela deixa a porta aberta para manter políticas das quais discordamos. E, se discordamos, obviamente não podemos dar o nosso aval, com o nosso voto a favor, para elas se manterem. Branco é, galinha o põe. Por isso, não entendo esta revolta sobre o voto contra do PSD. Vota contra porque este diploma não define regras claras, abre a porta para se manter aquilo que existe até agora. O PS acha que está bem o que se manteve até agora, vota a favor. O PSD acha que está mal o que foi feito até agora.

Por isso, este equívoco de se dar a ideia de que através da forma se resolve o problema, parece-me que de facto é manter o problema e aumentá-lo. Porque, quando se diz que agora é que vai ser é a prova que também reconhecem que até agora não foi e isso é, obviamente, da vossa responsabilidade. Sendo da vossa

responsabilidade que até agora não foi, obviamente que não é o PSD que vai dar o contributo para continuar a ser como tem sido.

É esse o nosso sentido de voto, que afirmamos e reafirmamos de forma convicta, por entendermos que é a melhor forma de correspondermos aos nossos princípios, às nossas convicções e àquilo que, na nossa perspectiva, melhor defende os interesses dos açorianos.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo, para uma primeira intervenção.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também algumas observações, para me juntar a este debate e à reflexão que está sendo feita.

Em primeiro lugar, queria dizer o seguinte:

A obrigação do Governo é, na dimensão das competências que lhe são próprias, estruturar-se do ponto de vista orgânico para proporcionar uma melhoria da eficiência e da eficácia das políticas públicas. Na componente em que essas competências não são apenas do Governo Regional mas também são da Assembleia Legislativa da Região Autónoma, como é o caso, deve também propor as mesmas modificações que, no seu entendimento, melhoram os instrumentos institucionais e orgânicos dos quais deve dispor para a prossecução das políticas públicas. O que está em causa, hoje, aqui, é a apresentação, por parte do Governo, de legislação em matéria da criação e extinção, por via da extinção de institutos, no caso para o desenvolvimento social e para a gestão financeira da Segurança Social nos Açores, que aqui vêm por serem competência do Parlamento.

Do meu ponto de vista, o que está em causa? Está em causa, por um lado, a inequívoca legitimidade, mas não só, do Governo para apresentar uma proposta que vise a melhoria da eficiência dos serviços. Por outro lado, também me parece aceitável uma posição por parte da oposição que diga: “Os senhores, se acham que esse instrumento é assim, se não contém ilegalidades, se não afronta a arquitectura institucional dos Açores, se esses instrumentos que se pretende criar não

representam um aumento injustificado de encargos, se não prejudicam os respectivos trabalhadores, bem, os senhores é que estão a governar, os senhores devem ter os institutos que acham adequados para a prossecução das vossas funções”. E eu admito perfeitamente que seja esse o raciocínio por parte dos partidos da oposição. Se eu estivesse na oposição, pensava assim: “Eles querem este instituto”...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor mudou muito.

O Orador: ...“isto não são mais recursos, não representa mais despesa, não representa desperdício; bom, não representando isso, eles que se organizem, para depois não dizerem que têm desculpas pelo facto de as suas políticas terem tido menor sucesso”. Penso que é apenas isso que deve estar em causa, se me permitem colocar-me no lugar da oposição. E penso que essa é uma postura séria. O que vai para além disso pode, eventualmente, ser sério e igualmente legítimo, mas não tem nada a ver com o assunto de que estamos agora a tratar.

Do ponto de vista do Governo, porém, o que nós entendemos é o seguinte:

As instituições têm necessariamente de se modernizar. As instituições têm realidades sucessivamente diferentes, ora mais intensas do ponto de vista dos desafios com que se confrontam, ora menos, ora de uma natureza, ora de outra. Aquilo que era fundamental do ponto de vista das instituições que nós tínhamos, por exemplo, quando eu entrei para o Governo, hoje não é o essencial. Desde logo, pela mudança do paradigma das políticas sociais, da mudança do paradigma assistencial para o paradigma integrador. Tudo isso gera mesmo a necessidade de reformular os meios institucionais, de reformular os meios humanos, de recolocar quer os recursos humanos que nós temos empenhados na administração pública, quer aqueles que prosseguem fins públicos subsidiados pelo Governo Regional nas IPSS, nas Misericórdias, nos centros paroquiais, a ter outra política ou, pelo menos, outra atitude para a consequência final das actividades e das acções que desenvolvem.

É isto, manifestamente, que está em causa. Sobretudo, também está em causa uma atitude por parte do Governo, que eu queria salientar, que é exactamente a atitude de ser inconformista; de entender que a reforma institucional é uma atitude que

deve ser permanente; de entender que a forma como, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista funcional, se apresenta para desenvolver as suas actividades não é aquela que lhe está a sair melhor e precisa, por isso, de mudar, de melhorar meios, para que as suas políticas possam ser mais eficientes. Esse é também um dos lados, não só legítimo e sério, como também um dos lados bons da atitude do Governo ao apresentar propostas desta natureza.

Portanto, o que eu quero relevar aqui é que estas propostas nos permitem um maior pluralismo do ponto de vista da disciplina da nossa intervenção na área social. Permitem também uma maior integração do ponto de vista da planificação da nossa acção nesses domínios. E permitem-nos responder a novos desafios, pensamos nós, com mais eficiência e também, depois, com mais eficácia. É isso que o Governo aqui coloca.

O Governo, aqui, está sempre disponível para discutir se a taxa de desemprego está aumentando ou se está a diminuir – e nós temos a mais baixa taxa de desemprego do nosso país. O Governo está sempre disponível, aqui, para falar se estamos a convergir do ponto de vista económico ou não – e nós estamos permanentemente a convergir com as médias nacionais e europeias. O Governo está permanentemente disponível para confrontar as suas opções com as opções que a oposição tiver e quando as tiver. Essa discussão pode também ocorrer, mas não tem nada a ver, em bom rigor, com a iniciativa que hoje é presente neste Parlamento.

Eu gostava, também, de dizer o seguinte: o Sr. Deputado em representação do PSD disse aqui que nós apresentamos propostas e o que fazemos é, pura e simplesmente, impor a nossa vontade há dezasseis anos. Sr. Deputado, isso não é verdade. Há dezasseis anos, quem impõe a sua vontade é o povo açoriano.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A quem os senhores já chamam ingratos!

O Orador: É por isso que eu estou aqui e que os senhores estão aí, porque há cerca de dezasseis anos, como o senhor diz, o povo impõe a sua vontade. O povo impõe que o senhor não governe e que nós governássemos!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Finalmente, já não é a primeira vez que se diz isso e eu devo confessar que uma vez disse algo, há muitos anos, que os senhores ainda aqui não trouxeram, porque estão sempre a falar de mim, falam dez vezes mais de mim do que o PS fala da líder do PSD, mas acho bem!

Deputado João Costa (PSD): Ainda assim, não falamos tanto em si quanto o senhor fala da Dra. Berta Cabral.

O Orador: Eu acho bem e não me queixo disso. Acho até natural, eu sou o líder do Partido Socialista, sou Presidente do Governo, acho naturalíssimo que falem de mim, que me responsabilizem pelo que directa e indirectamente me diz respeito. Como acho “perfeitissimamente” natural que o Partido Socialista, ou outro partido qualquer, quando fala sobre o PSD, fale sobre a líder do PSD. Ela não está à margem da crítica.

Deputado António Marinho (PSD): Desde que não mintam, desde que não deturpem as palavras!

O Orador: Ela não está à margem da crítica, desde que não minta, mas para isso também há o exercício do contraditório, há o pluralismo e a liberdade em que vivemos.

Mas eu, um dia, disse a esta câmara – e, depois, até pedi desculpa – que a pessoa que estava a falar representava $x\%$ e não os $x\%$ que lhe tinham sido atribuídos. Chamaram-me a atenção disso, e é verdade. De modo que eu devo dizer ao Sr. Deputado que, quando disse que nós não representávamos a maioria do povo açoriano...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso. Disse: “A maioria não quis que fosse”!

O Orador: ... quando disse que não representávamos nem sequer a maioria do povo açoriano, é preciso ter cuidado com isso, porque alguém lhe pode dizer que o senhor nem 15% dos açorianos aqui representa em nome do Partido Social Democrata!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Deputado António Marinho (PSD): A verdade é que o senhor teve 49,92%, nem chegou aos 50%!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra para esclarecimentos.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer aqui três ou quatro aspectos em que o Sr. Presidente do Governo não está esclarecido e eu gostaria de o esclarecer.

Em primeiro lugar, apreciei que falasse em povo açoriano, quando foi o Partido Socialista, na Assembleia da República, que considerou inconstitucional a expressão “povo açoriano”!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Fui eu que pronunciei o povo açoriano, não foi o senhor.

O Orador: A este nível, gostaria também de referir que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores fala em povo açoriano – “o povo açoriano impôs, o povo açoriano quis” – como se todo o povo açoriano fosse socialista e tivesse votado no Sr. Presidente. Isso é falso, Sr. Presidente! Uma parte do povo açoriano, que nem é a maioria dos açorianos que expressaram o seu sentido de voto nas urnas, nem 50% dos açorianos que foram votar, votou no Partido Socialista!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Vista a camisa da democracia.

O Orador: Eu não estou a dizer quem representa mais ou menos, estou a dizer que nem a maioria dos açorianos que votou, votou no Sr. Presidente do Governo para o ser. O que eu quero dizer é que é falso, é uma falácia, é má fé política dizer que o povo açoriano impôs que fosse assim. Uma parte do povo quis que fosse assim e é legítimo! Eu não ponho em causa...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Os senhores não acreditam na democracia representativa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não ponho em causa a legitimidade política e democrática do Partido Socialista no Governo. Não é isso que está em causa. O que está em causa é essa extrapolação do Partido Socialista de que “todo o povo quis que fosse eu”. Não é verdade, porque nem todo o povo é socialista!

Deputado Francisco César (PS): E sobre o diploma?

O Orador: Sr. Presidente do Governo, vou dar-lhe mais este esclarecimento: sabe o que o povo impôs? O povo impôs que houvesse essa representatividade do Partido Socialista, esta representatividade do PSD, aquela do CDS/PP, a do Bloco de Esquerda, a do Partido Comunista Português e a do PPM. O que o povo açoriano impôs foi isto! Não impôs que, depois de ganhar, “mandamos e vocês calam-se” e era essa a vossa vontade!

Por outro lado – e revelador da mesma postura e da mesma atitude, que de vez em quando lhe cai a máscara –, esta ideia de que “estamos dispostos a discutir”. Eu acho muita piada. O senhor diz: “Estamos dispostos a discutir, desde que eu tenha sempre razão”. Homessa! O senhor está disposto a discutir – “sou muito aberto para o diálogo, para a discussão, para o debate” –, mas está sempre disposto a discutir, a debater e a dialogar desde que tenha sempre razão e os outros nunca a tenham! Esta é uma maneira muito democrática de ver a política, Sr. Presidente! Então, não é?

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Ricardo Cabral (PS): Os exemplos que deu foram exemplos ao contrário.

O Orador: Estou só a reproduzir as suas palavras, Sr. Presidente, o seu conceito de democracia. Mas sabe o que a democracia impõe? Está muito preocupado, porque o povo impôs. A democracia impõe o respeito democrático por todos os açorianos que foram legitimamente eleitos e estão nesta casa! Nenhum com mais nem com menos legitimidade do que qualquer outro. É isso o que a democracia impõe!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E lamento que eu, com tão pouco tempo de política, esteja a esclarecer disso o Sr. Presidente, que há tantos anos anda aqui!

Por outro lado, também...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já concluo, Sr. Presidente.

...realço com algum sorriso nos lábios essa sua tendência para dar lições de oposição. Lições de oposição, o senhor! “Eu, se fosse oposição, agia assim; se fosse oposição, agia assado...” Oh, Sr. Presidente! Como se o senhor não tivesse estado vinte anos na oposição, com um estilo agressivo. Não vou usar nenhuma expressão, mas os açorianos bem sabem, porque há alguns que se lembram muito bem. Por isso, sobre essas incoerências de dizer que “se eu estivesse desse lado, fazia assim”, sabemos, quando o senhor esteve deste lado, o que é que o senhor fez.

Termino, Sr. Presidente, com a sua consideração, para que fique esclarecido de uma vez por todas que, sobre este diploma...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ah, finalmente!

O Orador: ... – e termino, pedindo a sua benevolência – eu me limitei a ir no caminho que o Sr. Presidente indicou.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mesmo assim, não aprendeu grande coisa.

O Orador: Quanto a essa história da forma, dos órgãos, que “com uma nova estrutura institucional agora é que vai ser”, eu recorro umas palavras do Sr. Presidente do Governo no congresso do Partido Socialista, em que dizia, e cito, que “agora, a este nível, uma melhor cobertura”...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Afinal, ainda não é sobre o diploma, é sobre o congresso do PS!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor.

O Orador: Sobre o apoio social, o Sr. Presidente dizia – porque diz que agora é que vai ser – que impunha, com as instruções que ele dava, “uma melhor cobertura territorial e temática, menos actos burocráticos, menos protocolos, menos indagações abstractas sobre assuntos que já estão estudados por outros, menos seminários e *workshops* e mais fiscalização das IPSS, mais técnicos na rua, a entrar nas casas e acompanhar *in loco* crianças, idosos, mulheres vítimas de violência e outras pessoas frágeis”...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Ao fim de um ano!

O Orador: Oh, Sr. Presidente! É preciso mudar o nome dos institutos para fazer isto tudo? Por que é que o senhor não o fez este tempo todo? O senhor, que é Presidente do Governo vai para dezasseis anos, e teve a oportunidade de pôr mais técnicos na rua...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...*in loco* com as crianças, com os idosos, com as mulheres, menos actos burocráticos, menos seminários, menos *workshops*, mais fiscalização das IPSS, tudo isso o senhor teve oportunidade de fazer, por que não o fez? Vem agora querer dizer que “com a nova estrutura orgânica, institucional, com os novos institutos, agora é que vai ser”?

Que o senhor o diga, tudo bem. Agora, que imponha que o PSD vote como o senhor quer, aí é que não. Da nossa parte, afirmamos a nossa convicção, os nossos princípios e, claramente, a nossa diferença.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo, para uma segunda intervenção.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A propósito da intervenção do Sr. Deputado do PSD, também me ocorreu outra coisa que julgo ser importante clarificar.

Quando o Governo muda uma política, muda a sua organização institucional, ou faz uma rectificação orgânica, a crítica, normalmente, é: “Estão há não sei quantos anos no Governo e agora é que mudam”. Mas, quando o Governo não muda e as instituições não rectificam a orgânica, não se rectificam órgãos ou, até, não se mudam pessoas, dizem: “Parou no tempo, está estagnado”...

Deputado João Costa (PSD): O pior é que os senhores não acertam uma!

O Orador: ...“ foi ultrapassado pelo tempo, não acompanha as mudanças”. Portanto, é bom que se perceba isso, que é para que os açorianos dêem justo crédito ao que cada um diz nestas circunstâncias.

A minha ideia é esta: um governo que altera a sua orgânica, que rectifica o seu modelo institucional, que muda os instrumentos que tem ao seu dispor, que rectifica políticas, que reconhecendo erros muda prioridades, é, muito provavelmente, ou tem muitas probabilidades de ser, um bom governo. É por aí que nós seguimos e é por aí que vamos, quando apresentamos propostas como aquela que aqui temos presente. É uma boa atitude, mudar. É uma boa atitude, rectificar.

Portanto, a crítica de dizer: “Os senhores estão há não sei quantos anos e agora é que fazem? Então estão há tantos anos, é como se nunca estivessem no Governo!”, não!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: É uma boa atitude! Um governo que muda antecipa os acontecimentos! Um governo que sabe mudar a sua política tem muitas probabilidades de não ser mudado.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses, para esclarecimentos, esclarecendo eu, ou lembrando, que estamos a discutir dois institutos para a Segurança Social.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, espero que também tenha sido esclarecido pela advertência do Sr. Presidente da Assembleia.

Esta ideia de pôr na boca dos outros aquilo que nos dava jeito que fosse é reiterada, é sempre assim. Eu não disse aquilo que o Sr. Presidente queria que eu tivesse dito. O que eu disse é que vai para dezasseis anos que estão no Governo...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor já não sabe o que está a dizer!

O Orador: Eu sei muito bem, o senhor é que não sabe!

O que eu disse é que vai para dezasseis anos que o senhor está no Governo e, a todas essas críticas que o senhor fez, eu pergunto: por que já não fez isso antes? Por que não corrigiu tudo isso, em dezasseis anos? Por que é que acontece?

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não, não foi isso que o senhor disse. O senhor disse: “Por que é que mudam?”, mas a minha pergunta não é essa, eu não estou preocupado com a mudança. Estou preocupado com os resultados e os efeitos negativos dessa sua desgovernação.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor não se percebe a si mesmo.

O Orador: Sr. Presidente, o senhor não queria! Esta arma final, quando não há mais argumentos, de fazer o ataque pessoal de que não se percebe... O senhor discuta o que está aqui em causa e não ponha na minha boca aquilo que eu não disse.

O que eu disse foi que o Sr. Presidente vem agora tentar descalçar a bota, dizendo que “é preciso maior cobertura territorial, menos actos burocráticos, menos protocolos, menos *workshops*, mais fiscalização, mais técnicos na rua”, disse isto tudo. Logo, é porque isto não está a acontecer. De quem é a responsabilidade de isto não estar a acontecer? Apenas e toda sua. Não é dos técnicos das IPSS, não é das IPSS, é sua, essa responsabilidade.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Quando é que eu disse isso?

O Orador: A minha questão não é de incómodo por mudar, é de incómodo por tudo isto estar a acontecer e o senhor ter sentido a necessidade de fazer o discurso da mudança. O problema é que o discurso da mudança, como a boca lhe fugiu para a verdade, não é com um modelo institucional, não é com um modelo orgânico, não é com os instrumentos, não é com a forma, não é com a aparência, é com a essência das políticas. E é aí que está mais uma das nossas grandes diferenças. Enquanto o Sr. Presidente do Governo, o seu Governo e o Partido Socialista continuam a dizer: “Vamos mudar a estrutura orgânica, o quadro orgânico, o quadro institucional, os instrumentos, os meios”, enquanto estão a dizer isso, estão a perder tempo para atacar os verdadeiros e essenciais problemas da vida dos açorianos!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Isso também aqui nos distingue, Sr. Presidente. Por isso, legitimamente, o Sr. Presidente defende que estes meios são adequados para manter as vossas políticas. Nós entendemos que estes meios não são adequados, porque defendem e estão na base de políticas essenciais das quais nos distinguimos.

É essa a nossa distinção, que tem por base o legítimo debate democrático, conforme os açorianos impuseram, que o PSD, representando os açorianos que representa, tivesse voz na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para fazer chegar aqui os seus sentimentos. Porque nos Açores há uma democracia e há várias visões do desenvolvimento dos Açores. Legítimas, todas elas. Ninguém tem mais razão do que ninguém. Ninguém é mais próximo da

verdade, da realidade, da justeza das decisões do que os outros. Há diferentes posições.

Nós entendemos que a nossa posição é mais correcta e respeitamos a sua, como esperávamos que o Sr. Presidente respeitasse a do PSD, ao contrário daquilo que muitas vezes o senhor não desrespeita. Porque, de cada vez que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores se dirige ao PSD, ao maior partido da oposição, é sempre com um sentido desprezível, um sentido de ataque, de apoucar, de desrespeitar.

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Nunca o Presidente do Governo Regional dos Açores, de forma séria, se dirige a um partido da oposição, a qualquer um deles, com respeito, valorizando! Nunca valoriza os contributos que damos. Nunca dá um contributo positivo para o contributo positivo que este Parlamento tem de dar para a vida dos açorianos! E é este contributo positivo que o PSD dá e quer dar, na medida e no mesmo efeito que os açorianos entenderem. Já entenderam de uma forma, entenderam de outra e estamos preparados para, quando entenderem o sentido de o PSD tomar esse lugar na bancada, fazermos muito diferente do Partido Socialista!

Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também com excepcional brevidade, eu não percebi o que agora me quis dizer nessa intervenção.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se não percebeu, o problema é seu!

O Orador: Mas penso que não podia ter percebido, porque o Sr. Deputado também não se percebeu a si próprio. Portanto, não quero ser mais, enfim, arguto do que V. Exa., nesta matéria.

O que eu quero dizer agora é o seguinte, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós, Governo e, posso dizê-lo, Partido Socialista, temos muito respeito por todos e por cada um dos partidos da oposição. Demonstramo-lo múltiplas vezes e em múltiplas ocasiões. Desde logo, inaugurando um período novo da nossa democracia parlamentar. Quando eu estava aí – e durante algum tempo até estive sentado no seu lugar, não quer dizer que o senhor tenha a mesma sorte –, durante muitos anos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é uma questão de sorte, mas de respeito pela vontade popular!

O Orador: ...olhava do seu lugar para o meu. Sabe o que eu via? Ninguém.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quantas vezes já aconteceu isso consigo, Sr. Presidente?

Deputado João Costa (PSD): Ainda terça-feira...

O Orador: Ninguém! Já estive aí e podia-se falar cinco minutos e pronto – e pronto! Não há comparação do respeito que esta maioria tem pelos partidos da oposição parlamentar, face ao respeito, ou a falta dele, que havia quando eu estava na oposição.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, para esclarecimentos, tem a palavra.

***Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ainda mais breve do que o Sr. Presidente anunciou e foi, só para dizer que, com essa sua declaração na sua última intervenção apenas garantiu que, a partir de agora, de cada vez que acontecer aquilo que tem acontecido sucessivas, mas sucessivas vezes, que é a sua ausência, o Grupo Parlamentar do PSD vai olhar para essa bancada e dizer: “Ninguém”!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade. Só há propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que foram oportunamente distribuídas.

Para os artigos 1.º a 3.º do diploma, não há qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, ponho-os à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada para o artigo 4.º.

Sra. Deputada Nélia Amaral, tem a palavra.

***Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, se me permitir, eu faria uma breve explanação do conjunto de propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do PS apresenta e, assim, não teria de as explicar uma a uma. Até porque, em boa verdade, elas são praticamente auto explanatórias.

O que pretendemos, no fundo, é fazer algumas correcções de redacção; assegurar um melhor acompanhamento da relação entre o Governo e as instituições particulares de solidariedade social, na defesa da qualidade dos serviços prestados ao utente; e garantir a descentralização de que já tanto se falou aqui hoje, a

descentralização e a articulação com as entidades locais, no desenvolvimento de projectos locais de intervenção.

Presidente: Obrigado.

Vamos então votar a proposta de alteração para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 4.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º da Proposta, para o qual não há qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, colocaria à votação em conjunto as propostas de alteração para os artigos 6.º e 7.º, apresentadas pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora, também em conjunto, os artigos 6.º e 7.º da Proposta, com as alterações que lhes foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Com a concordância da câmara, vou pôr à votação os artigos 8.º a 10.º da Proposta, inclusive, para os quais não existem propostas de alteração.

Deputada Nélia Amaral (PS): Pode ser até ao artigo 11.º, Sr. Presidente?

Presidente: Pode ser, do 8.º ao 11.º. Tem razão, Sra. Deputada, obrigado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 12.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 13.º e 14.º da Proposta, que não têm qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se não houver oposição da câmara, coloco à votação as propostas de alteração do PS para os artigos 15.º e 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 15.º e 16.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 17.º a 20.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de eliminação para o n.º 3 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora em conjunto os artigos 22.º a 27.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, queria pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Sim, senhora. Regressamos às 16 horas e 50 minutos. Até já.

(Eram 16 horas e 17 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 54 minutos)

Vamos reiniciá-los com o **Projecto de Resolução n.º 17/2010 – “Alteração do Regulamento dos Postos de Informação Juvenil”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Nesta matéria, conforme já tive oportunidade de dizer, a Conferência de Líderes fixou tempos globais, que são: 10 minutos para o PPM e para o PCP, respectivamente; 11 minutos para o BE (não neste caso; porque é o proponente, terá 25); 13 minutos para o CDS/PP; 19 minutos para o PSD; 25 minutos para o PS; 25 minutos para o Governo; e 25 minutos para o proponente.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares, para apresentar o Projecto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Rede de Informação Juvenil foi criada em 1998, sendo um instrumento importante e significativo na prestação de serviços aos jovens e às jovens açorianos.

O Bloco de Esquerda estranha a pouca ambição, no que diz respeito aos objectivos e serviços disponibilizados pelos Postos de Informação Juvenil. Apesar das várias

reformulações na regulamentação – mais precisamente, em 2002 e em 2008 –, na realidade, os objectivos e potencialidades, desde a criação do “Regime de Enquadramento das Políticas da Juventude na Região Autónoma dos Açores”, têm mantido os Postos de Informação Juvenil, na maior parte dos casos, como meros espaços Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O Bloco de Esquerda não pretende mais do que contribuir para o debate acerca do que poderão ser os futuros Postos de Informação Juvenil, na Região, depois de ter tido conhecimento que, a 31 de Março deste ano, todos os Postos de Informação Juvenil haviam sido encerrados (25 Postos) e assim permanecem, na sua esmagadora maioria.

Sabemos que o Governo Regional anunciou, publicamente, a 11 de Maio (uma semana após a apresentação deste Projecto de Resolução) o lançamento de uma nova estratégia de informação juvenil e, cerca de um mês depois, anunciou e concretizou a abertura de dois Gabinetes, passando, dessa forma, “por cima” de qualquer debate, que seria de certeza vantajoso.

Mais uma vez, o comportamento evidenciado pelo Governo Regional só confirma a verdadeira atitude governativa relativamente à promoção da participação cívica dos jovens que, aliás, ontem tivemos aqui ocasião de debater.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

A Oradora: Os Postos de Informação Juvenil – acredite, Sr. Secretário – devem ser um recurso para a promoção de programas dirigidos ao desenvolvimento pessoal dos jovens, providenciando informação e formação na área da sexualidade, apoio académico, orientação vocacional e profissional, incremento de competências e no fomento de estilos de vida saudáveis.

É óbvio que um tão alargado leque de serviços só poderá ser assegurado e bem sucedido se implicarem equipas técnicas multidisciplinares que adotem uma metodologia de investigação-acção.

É, igualmente, óbvia a premência do envolvimento da comunidade, o que será alcançado, graças ao trabalho em rede com as instituições locais, bem como com a formação de jovens “mediadores” que trabalhem em estreita colaboração com as comunidades jovens.

Não menos importante serão os critérios que propomos para avaliação das propostas apresentadas pelas entidades promotoras candidatas à instalação de Postos de Informação Juvenil, critérios, aliás, ilustrativos do que consideramos ser necessário implementar, mesmo em outras áreas de intervenção.

Convém salientar que os critérios propostos coincidem com os critérios que constam do “Regulamento Municipal de Incentivo a Actividades de Interesse Municipal” da autarquia de Angra do Heroísmo, os quais introduziram, de facto, um maior rigor e transparência nos processos de avaliação das propostas.

Classificar a pretensão e objectivo invocado no Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, sobre a epígrafe “Alteração do Regulamento dos Postos de Informação Juvenil”, de (e cito) “extemporânea” – muito gostam alguns Srs. Deputados desta expressão – e “inoportuna” (continuo a citar), como o fez, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, o Sr. Director Regional da Juventude, ou ainda afirmar que “não faz qualquer sentido aprovar esta iniciativa porque o Governo Regional já iniciou e apresentou ao Conselho da Juventude dos Açores uma iniciativa (...)”, alegadamente similar é, no mínimo, prova de uma incapacidade de diálogo (selectiva, digamos assim), lamentável, extemporânea e inoportuna.

Além disso e tanto quanto nos é dado saber, nenhum diploma deste tipo foi sujeito a apreciação pelo Conselho da Juventude Açores, apesar de este ser um Órgão consultivo de extrema importância para a dinamização do associativismo e participação cívica dos jovens.

Deputado Berto Messias (PS): Está outra vez equivocada!

A Oradora: Foi com seriedade, com preocupação pelo escasso uso dos Postos de Informação Juvenil pelos seus principais destinatários e com o objectivo de podermos contribuir para um mais profícuo, eficaz e eficiente usufruto destes Postos que apresentámos este Projecto de Resolução. Partimos do princípio de que o Governo partilha das intenções do Bloco de Esquerda e comunga, em boa medida, da nova filosofia em que assenta a nossa proposta de reestruturação da Rede de Informação Juvenil.

Veremos até que ponto estaremos ou não enganados.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que estamos a discutir a questão da informação juvenil, devo dizer que é também, neste momento, fundamental realçar esta área; realçar a importância da informação; realçar a importância dos conteúdos que são disponibilizados para os jovens, para as faixas etárias mais jovens, porque sabemos todos hoje que vivemos na era da informação, na era do conhecimento. Vivemos, aliás, como todos sabemos, à distância de um clique e a informação, tudo aquilo que é disponibilizado, quer nos Postos de Informação Juvenil, quer nos postos de informação disponibilizados pelo Governo sobre aquilo que existe nos Açores acerca desta matéria, é, quanto a nós, de extrema importância.

Quanto àquilo que este Projecto de Resolução aqui nos traz, julgo também ser importante e justo referir e fazer um pouco o histórico daquilo que têm representado os Postos de Informação Juvenil nos Açores, também para as gerações mais jovens. Os Postos de Informação Juvenil fazem parte duma estratégia e duma política que nos parece consistente e positiva no âmbito das políticas de juventude dos Açores, e têm tido um papel crucial nessa matéria. A rede de trinta e dois Postos de Informação Juvenil existentes na região tem, julgo eu, dado um contributo crucial para o melhor desenvolvimento, até psicossocial, se quisermos, dos nossos jovens; até dos nossos adolescentes e, ainda, de pessoas que, não estando dentro das idades que a UNESCO define como sendo jovens, também elas recorreram – e bem, na nossa perspectiva – várias vezes àquilo que é disponibilizado nesses postos. Decorrente, até, como a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu, do DLR 18/2008/A, que define e enquadra as estratégias de juventude, as políticas de juventude nos Açores, e que tem também como um dos seus princípios cruciais e mais importantes, ao lado da questão da emancipação jovem, a questão do acesso privilegiado dos jovens a uma informação completa

sobre tudo aquilo que são mecanismos públicos, incentivos e políticas públicas que são dirigidos a esta faixa etária.

É importante também dizer que, em termos da sua definição e dos serviços prestados, estes PIS – como são conhecidos os Postos de Informação Juvenil – tinham como principais funções e princípios a questão do atendimento personalizado, do acesso gratuito à *internet*, a disponibilização de boletins informativos e a disponibilização de colecções, de publicações temáticas, sobre temas de interesse juvenil. Julgo importante e útil fazer esta referência, para que depois, mais à frente, daqui a poucos segundos, seja possível perceber o paralelismo entre aquilo que são os PIS, entre aquilo que é o serviço prestado pelos Postos de Informação Juvenil, e aquilo que passará a ser oferecido pelo novo chamado SIJA, que foi, aliás, apresentado exaustivamente e discutido no Conselho de Juventude dos Açores.

Será importante neste momento, na altura em que o Bloco de Esquerda nos traz esta proposta perfeitamente legítima, fazer uma homenagem e registar o papel que têm tido as diversas instituições e também as associações juvenis dos Açores que têm acolhido estes Postos de Informação Juvenil, que os têm dinamizado e que têm chamado para estes espaços muitos jovens da comunidade onde estão inseridas. E também fazer uma homenagem e um reconhecimento público, se quisermos, aos bolseiros que lá trabalham e aos bolseiros que lá têm a função de fazer atendimento personalizado aos jovens que frequentam estes espaços.

Entendeu o Governo, na nossa perspectiva bem, destes Postos de Informação Juvenil – que têm, reitero, desempenhado um papel importante no âmbito da informação juvenil –, reformular a rede de informação juvenil nos Açores. No âmbito dessa necessidade de reformulação, entende o Governo introduzir um novo paradigma, um novo conceito na informação juvenil, dando-lhe mais abrangência, aumentando as suas áreas de intervenção e otimizando até, se quisermos, os serviços de *front office* que a região tem – as redes RIAC, os espaços TIC –, potenciando e otimizando esses espaços.

No âmbito disso mesmo, apresentou publicamente, no ano passado, em 2009, essa intenção, no espaço que julgo próprio, enquanto órgão consultivo em termos de

política de juventude nos Açores, o já referido SIJA, que tem três eixos fundamentais: a criação de centros de juventude; a criação de redes de informação e comunicação jovem; e a introdução de um novo conceito de mediação e assessoria jovem que vai, na nossa perspectiva, mais longe do que aquilo que é o serviço prestado hoje pelos bolseiros, porque não só substitui a figura de bolseiro por monitor, como introduz a figura do mediador, já exigindo a esse mediador uma maior qualificação, sendo o requisito mínimo uma qualificação superior, uma licenciatura.

Portanto, no âmbito desta reformulação dos Postos de Informação Juvenil, o Governo entende criar os centros de juventude, que têm como objectivo prestar, ser um espaço de atendimento presencial ao jovem, acesso gratuito à *internet*, gabinetes de atendimento ao jovem, centro de recursos e multimédia, um ponto de informação ao jovem, centro de informação e documentação, espaço de informação ao jovem em todas as matérias que lhe digam respeito, independentemente da sua área de intervenção, espaços itinerantes de informação ao jovem, oficinas de criação e espaços multifuncionais destinados à formação, ao lazer e ao entretenimento dos jovens. Isto, nos centros de juventude.

Segundo eixo, as redes de informação e comunicação ao jovem, que incluem espaços de informação ao jovem, postos de informação juvenil itinerantes, pontos de divulgação de informação juvenil e meios de comunicação virtual. Terceiro eixo, a mediação e assessoria ao jovem, que será, como já disse, desenvolvida por mediadores de juventude e monitores de informação.

Devo dizer-vos, Sra. Deputada Zuraída Soares, Sras. e Srs. Deputados, que aquilo que vos estou aqui a dizer, as afirmações que estou aqui a fazer e o modelo que estou – bem ou mal, cada um faz o que pode – a tentar explicar, não resulta de qualquer informação privilegiada que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha, ou que eu tenha.

Deputado João Costa (PSD): Não sei por que é que o senhor se está a referir a isso!...

O Orador: Não, não resulta. Aquilo que acabei de referir aqui é exactamente aquilo que foi apresentado no Conselho de Juventude dos Açores a 22 de Outubro

de 2009, na Ilha Terceira. Onde, salvo erro, estava também um representante da organização partidária de juventude do Bloco de Esquerda.

Portanto, aquilo que se verifica é que este SIJA, este novo Sistema de Informação Juvenil dos Açores, é mais abrangente e está construído com bases que nos parecem sólidas e correctas. Devo dizer que, além da apresentação que aqui fiz, foi também apresentado um pré-projecto de portaria que regulamentará este SIJA nesse mesmo Conselho de Juventude dos Açores, que, repito, foi realizado a 22 de Outubro de 2009. E, Sras. e Srs. Deputados, a proposta do Bloco de Esquerda que foi há pouco apresentada entrou nesta Assembleia a 11 de Maio de 2010.

Não ponho em causa as boas intenções e os princípios que esta proposta defende, que são, nalguns casos e em algumas matérias, comuns àquilo que este novo sistema, este novo SIJA, defende. No entanto, aquilo que foi apresentado no Conselho de Juventude dos Açores e que está já, segundo sei e conforme foi apresentado publicamente, a ser trabalhado, é mais abrangente, é mais consistente e vai muito mais além da proposta que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, legítima, com princípios comuns e com alguns princípios com os quais concordamos. No entanto, quero dizer que o SIJA vai mais além e é bastante mais abrangente. Portanto, não votaremos a favor deste Projecto de Resolução.

Devo dizer também, Sra. Deputada Zuraida Soares, com todo o respeito institucional e pessoal que tenho por si, que, mais uma vez – porque é recorrente, não é a primeira vez, já assim foi quando discutimos aqui um Projecto de Resolução sobre um estudo da gravidez na adolescência –, o Bloco de Esquerda traz aqui propostas sobre as quais já o Governo, muito tempo antes, anunciou que estava a trabalhar, que estava a desenvolver políticas nessa matéria. Portanto, Sra. Deputada Zuraida Soares, essa postura, independentemente da importância de assinalar politicamente essas questões, materializar isso em propostas sobre as quais já estão a ser desenvolvidos projectos no âmbito do Governo, não nos parece correcto.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, para participar no debate, começando por registar que, em menos de 24 horas, o Bloco de Esquerda apresenta dois projectos de resolução que, se nos permitirem que sejam tomados como indicadores de opinião ou do posicionamento genérico do Bloco de Esquerda em relação à acção do Governo, então será caso para dizermos – até com uma pontinha de satisfação, devo confessá-lo – que o Bloco de Esquerda está em sintonia com o Governo Regional. Está em sintonia com o Governo Regional nas comemorações do centenário da República, como está em sintonia com o Governo Regional em termos de rede de Postos de Informação Juvenil. Está, porque propõe exactamente a mesma coisa que o Governo já faz, ou já disse, já anunciou que faria, ou já pôs em prática.

Desse ponto de vista, sei que os Srs. Deputados não gostam. Ontem percebi, pelo incómodo do Sr. Deputado Mário Moniz, que não gosta.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: O Governo não vota, Sr. Deputado, nesta matéria.

Eu sei que não gostam, que causa algum incómodo, mas o que se deve dizer nesta situação é que, mais uma vez, o Bloco de Esquerda chega mais tarde e diz exactamente o mesmo que o Governo já tinha dito.

E os factos demonstram-no. A Sra. Deputada, na sua intervenção, fez ou pretendeu fazer crer que “bom, o Governo nem disse bem o que faria, nós é que avançámos com o processo”. Pois isto começa, para irmos ao princípio da história, no programa do Governo, mais propriamente no Programa do X Governo Regional, apresentado nesta casa, mais propriamente no objectivo 3, medidas 1 e 2 da área de políticas de juventude. Portanto, começa bastante atrás. Depois – e não quero ser demasiado exaustivo, mas há algumas etapas que devem ser ressaltadas – durante os debates do plano e orçamento do ano passado, esta foi uma das matérias centrais da intervenção que então fiz a esta casa, onde tive oportunidade de explicar – é verdade, nessa altura – os princípios básicos daquilo que se pretendia fazer.

Para irmos a um período mais próximo, mas que também foi utilizado pela Sra. Deputada na sua argumentação, na dita reunião do Conselho de Juventude dos Açores em Outubro de 2009 foi feita uma apresentação exaustiva da matéria, já com umas linhas mais concretas, perante os representantes das entidades que representam as juventudes partidárias, incluindo a do Bloco de Esquerda. Na altura, até foi pedido a quem o desejasse que fizesse chegar a sua opinião, o seu parecer, sobre aquilo que na altura tinha sido apresentado. Não consta que tenha chegado nenhum parecer dos Jovens do Bloco – julgo que é assim que se chama a organização partidária de juventude do Bloco de Esquerda. Portanto, na essência, o que agora vem propor o Bloco de Esquerda é muito semelhante àquilo que nós já estamos a pôr em prática.

E em que consiste a nossa orientação? Em termos formais, passará, como se sabe, pela apresentação e aprovação de uma nova regulamentação do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores. Mas o que interessa aqui, do meu ponto de vista, é a questão substancial, o sentido estratégico da medida. E, nessa ordem de ideias, o que pretendemos fazer é, ao invés da lógica anterior de postos de informação que funcionavam muito ligados à rede de espaços TIC, criar um conjunto de gabinetes multidisciplinares de assessoria aos jovens, que sejam mais abrangentes do ponto de vista das áreas de interesse dos jovens que podem ser abordadas nesses gabinetes, incluindo, por exemplo, o emprego, questões ligadas à habitação, o empreendedorismo, a prevenção primária e os comportamentos e as atitudes saudáveis e de vida saudável. Portanto, estamos a falar da mesma coisa, agregando, transversalmente, várias áreas de interesse e de preocupação dos jovens, porque é esse o nosso objectivo principal.

Esta filosofia vai neste sentido e num outro, que é o de, fazendo isto, fazê-lo optimizando os recursos e procurando ter alguma contenção de custos, ao mesmo tempo que se pretende facilitar o acesso dos jovens a essa rede de informação. Como se consegue isto? Consegue-se encontrando entidades parceiras, encontrando espaços ou já existentes do Governo Regional, ou dessas entidades parceiras, nesses espaços instalando esta nova filosofia de informação aos jovens.

Aliás – e isto é a prova concreta de que o que eu disse antes tem justificação –, já assinámos um primeiro protocolo de colaboração para a criação de um gabinete destes na Universidade dos Açores. Já o fizemos há algum tempo, Sra. Deputada. Portanto, já há um exemplo concreto. Os serviços sociais da Universidade dos Açores, a Associação Académica da Universidade dos Açores e a Direcção Regional da Juventude colaboraram e em conjunto montam agora, na Universidade dos Açores, um gabinete deste género. Ou seja, não só a ideia foi anterior, não só a filosofia foi explicada, como já há um caso prático de aplicação desta medida.

Portanto, esta vossa iniciativa, legítima, importante, não pode merecer o apoio do Governo Regional, quer dizer, a nossa concordância, por estas razões de fundo. Isso leva-me, mais uma vez e para terminar, a achar que sugerir, propor e ter ideias é da essência, realmente, da actividade parlamentar. Mas sugerir e propor o mesmo que os outros propõem, com alguma insistência e de forma repetida, não é bem da essência da actividade parlamentar, é mais da essência da indolência parlamentar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É importante valorizar aqui o papel dos Postos de Informação Juvenil. Aliás, Portugal tem vindo a desempenhar um atendimento personalizado aos jovens, no acesso gratuito à *internet*, na disponibilização de meios e boletins informativos em temas de relevante interesse para a juventude. É importante valorizar esse papel, para que os jovens se sintam apoiados no seu meio e nas suas atitudes diárias. Mas, Srs. Deputados, é preciso mais. É preciso continuar a ir ao encontro dos anseios da juventude açoriana. É preciso continuar a ir ao encontro das dificuldades que os jovens açorianos passam no seu dia-a-dia. É preciso continuar a apostar e a ter um forte vínculo junto da juventude açoriana.

Este Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda vai nesse sentido. Vai ao encontro de que é necessário, por exemplo, aconselhar os nossos jovens na sua orientação profissional. São muitos os jovens que necessitam, de facto, de orientação profissional. São muitos os jovens que querem saber quais são os cursos

que irão tirar na universidade. São muitos os jovens que precisam de apoio às suas iniciativas na área do empreendedorismo. São muitos os jovens que precisam de apoio no auto-emprego. É preciso prestar, acima de tudo, auxílio a esses jovens, aos nossos jovens, aos jovens que precisam desse apoio. É disso que precisamos.

O PSD vê com bons olhos esta proposta do Bloco de Esquerda, porque vem melhorar a nossa sociedade e vem melhorar os Postos de Informação Juvenil. Vem trazer novas ideias e vem dar continuidade às políticas que este Governo do Partido Socialista não está a saber fazer! Vem, por exemplo, trazer o aconselhamento na área da sexualidade, vem trazer a promoção da saúde sexual e reprodutiva, o planeamento sexual e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. É preciso incentivar isto e fazê-lo chegar junto aos nossos jovens. Isto é importante!

É importante que os nossos jovens se sintam protegidos e aconselhados nas diversas áreas. É por isso que nós damos o nosso apoio a esta proposta do Bloco de Esquerda, porque vem claramente melhorar os Postos de Informação Juvenil. Ou seja, todas as propostas que vêm no sentido de melhorar o bem-estar da juventude açoriana são sempre bem aceites pelo Partido Social Democrata! É importante que se dinamize este tipo de propostas.

Aliás, o Sr. Secretário da Presidência já várias vezes referiu que os partidos da oposição vêm a reboque do Partido Socialista. Os partidos da oposição não vêm a reboque do Partido Socialista! Os partidos da oposição apresentam propostas e o Partido Socialista, para não ficar atrás, dois meses ou um mês depois vem apresentar uma proposta idêntica...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... às propostas que os partidos da oposição apresentaram!

Tenho dito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da exaustiva explicação feita pelo Deputado Berto Messias para justificar a não aceitação e rejeição do Projecto em apreciação, julgo que não é suficiente. De

facto, o Projecto que estamos a apreciar, este Projecto de Resolução, esta recomendação ao Governo Regional, é oportuno e não é extemporâneo, como foi afirmado pelo Director Regional da Juventude em sede de comissão. Não faz mal nenhum ao Governo, antes pelo contrário, e a sua aceitação seria perfeitamente natural.

E, porque consideramos que, de facto, é oportuno, está no *timing* adequado e poderia trazer ao projecto que o Governo tem entre mãos algumas mais valias, o PCP vai votar favoravelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos falar de factos.

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda avançou com propostas concretas e equilibradas no sentido de dar, no fundo, maior abrangência e maior amplitude às valências dos Postos de Informação Juvenil, que eram escassas, aliás como o próprio Partido Socialista reconheceu, e daí ter procedido à reformulação, ou estar a encetar uma reformulação dessas valências.

O que acontece? Acontece que temos um momento em que o Bloco de Esquerda apresenta, de facto, uma iniciativa, que é meritória e que não se percebe até que ponto, neste momento, estará ou não ultrapassada pelos acontecimentos, uma vez que a iniciativa entrou em Maio, foi discutida em comissão em Julho, estamos em Setembro, entretanto as coisas evoluíram e estamos num momento diferente. Mas isto não retira qualquer tipo de mérito à iniciativa do Bloco de Esquerda e é bom que, do nosso ponto de vista, isso fique claro.

Esses méritos, a concretização dos objectivos do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, sendo claros, contrastam claramente com o que se ouviu na Comissão de Assuntos Sociais a 7 de Julho, em que o Sr. Director Regional da Juventude se limitou a falar de generalidades e abstracções, de algo que ainda era muito vago na altura, de uma alteração que preconizávamos que estava em fase embrionária, de

uma mudança profunda na organização destas valências. Mas, se me permitem, vou citar uma parte do relatório, que remete exactamente para as afirmações do Sr. Director Regional da Juventude e que prova que mais vago do que isto não pode haver:

“Assim, com este novo instrumento não só se facilita o acesso dos jovens açorianos a uma informação que abarca todos os temas de interesse, como se perspectiva a disponibilização de um diversificado conjunto de serviços, designadamente, informação, aconselhamento, orientação, apoio, trabalho em rede e encaminhamento para serviços especializados, numa lógica de sistema estruturado que funcionará também como plataforma para a integração transversal dos temas ligados à juventude”. Convenhamos, Sras. e Srs. Deputados, que comparar o nível de concretização desta frase com o nível de concretização que o Bloco de Esquerda faz no seu Projecto de Resolução é falar de duas coisas completamente diferentes, é falar da objectividade e falar da subjectividade mais absurda.

Outra nota que queria deixar aqui, também a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda já o fez, tem a ver com os argumentos já esfarrapados que o Partido Socialista usa para condenar e para inviabilizar as iniciativas dos partidos da oposição. É outra vez o argumento do “já está quase”...

Deputado Berto Messias (PS): Não está quase, já está!

O Orador: ...“já está a ser feito, a nossa reforma é muito mais abrangente” – ouçam com atenção, que eu também vos ouço –, “é mais abrangente, vai mais além, vai mais longe, a vossa proposta é extemporânea, a vossa proposta é inoportuna” e a lamentável nota da eterna discussão de quem chega primeiro.

Ora, isto é perfeitamente inoportuno quando se discute um assunto destes. As valências preconizadas pelo Bloco de Esquerda já foram descritas pela Sra. Deputada proponente. São meritórias, são concretas, são equilibradas, do nosso ponto de vista, e o que vemos por parte do Partido Socialista continua a ser vago e continua a não parecer uma alternativa credível, em termos de concretização, ao que o Bloco de Esquerda apresenta.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção sobre esta matéria é no sentido de perguntar ao Sr. Secretário da Presidência...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Deputado, esta é uma iniciativa do Bloco de Esquerda, não é uma audição ao Secretário da Presidência!

O Orador: Mas esta é uma pergunta retórica.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ah, fico mais descansado!

O Orador: Qual é a política de juventude e as valências que existem em termos de Postos de Informação Juvenil na Ilha do Corvo?

O senhor faz aqui uma descrição da política de juventude que, deixe que lhe diga, motivou esta minha intervenção, no sentido de uma condenação do que tem sido a política de abandono por parte do Governo Regional em relação às questões da juventude da Ilha do Corvo. Este é um facto indesmentível!

Para mim é importantíssimo; estas políticas de juventude são fundamentais, em todo o território da região...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para nós também!

O Orador: ...mas também, com maior acuidade, naquelas que são as ilhas da coesão, em que existe um perigo de desertificação e em que, de facto, começam a surgir dificuldades cada vez maiores para fixar população mais jovem. Nesse sentido, há um envelhecimento permanente destas ilhas e, por isso, é necessária uma política de juventude eficaz.

Que o Sr. Secretário da Presidência venha aqui fazer o discurso que acabou de fazer, ou que o Sr. Deputado Berto Messias venha aqui, com a maior desfaçatez, exaltar, falar dos grandes feitos do Governo Regional em relação à política de juventude, que na Ilha do Corvo significa um abandono absoluto, é uma coisa que não pode passar neste Parlamento! Não pode passar, neste Parlamento, sem a minha voz de revolta e sem eu vos dizer que o que os senhores disseram não é verdade! Não é verdade, no conjunto da região!

Quero, em relação a esta questão, dar-vos exemplos práticos do que tem sido a vossa política da juventude, como por exemplo o ensino secundário. Há pouco tempo, há poucos dias, na TVI – o que me envergonhou, enquanto responsável político nos Açores, completamente desnecessário –, saiu uma notícia em que os alunos do Corvo saem aos catorze anos da sua ilha, separando-se das suas famílias!

Deputado Domingos Cunha (PS): Quem é que chamou a televisão?

O Orador: É uma vergonha! É uma vergonha que as vossas políticas, em termos de juventude, façam isto! Senti-me envergonhado com essa reportagem! Senti-me envergonhado, porque é algo que não é aceitável...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Secretário, deixe-me terminar!

...na nossa democracia. É algo que prejudica a imagem da nossa região e é algo que demonstra uma desumanidade tremenda em relação aos jovens daquela ilha. É algo absolutamente condenável. Foi uma imagem tremendamente negativa da região e a culpa é vossa! A culpa é do Governo Regional, a culpa é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista!

Mas mais: já agora, quero dar-vos exemplos concretos, para que os senhores não digam: “Ah, mas o senhor está só a falar”! Não, vou dar-vos exemplos concretos. A prática desportiva, por exemplo, dos jovens no Corvo, em que o único campo está ocupado durante o verão, de Junho a Setembro, por causa daquela que é a política da câmara municipal socialista e do anterior elenco, também socialista, em relação a isto. O que acontece é que o campo de futebol, a única instalação desportiva...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá à Assembleia Municipal!

O Orador: ...está ocupado durante todo o verão e os jovens do Corvo não têm um local onde possam, ao ar livre, praticar desporto! E os senhores vêm, com esta auto-suficiência, falar da política de juventude, quando têm situações destas na

região? É algo de inaceitável! É algo que tenho de vos condenar, em relação a esta situação.

Para mais, quero dizer-vos: em relação às políticas de fixação dos jovens no Corvo, quando não lhes dão oportunidade de concluir o ensino secundário, o ensino obrigatório; quando não lhes dão a oportunidade de prática desportiva; quando não lhes dão a oportunidade do ponto de vista da sua fixação em termos de emprego; quando sabem que neste momento há as dificuldades que existem, do ponto de vista económico e social, naquela ilha; os senhores vêm aqui com essa exaltação da política da juventude?

Os senhores estão a falhar reiteradamente nesta área. Os senhores têm um enorme passivo naquela ilha em relação à política da juventude. E não me digam que não! Então, desmintam-me os casos que acabei de lhes apresentar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou cometer ou repetir a deselegância de aproveitar uma discussão sobre uma iniciativa do Bloco de Esquerda para fazer o discurso que não se fez ontem, ou que não se fez quando se devia ter feito, sobre política de juventude. Já falámos, foi falado, o senhor aproveitou para fazer hoje, mas eu e o Governo já tivemos a oportunidade de nos manifestarmos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais são as competências do Posto Juvenil do Corvo?

O Orador: Portanto, esse, para mim, é um assunto arrumado.

Vamos à segunda parte da questão: vou tentar explicar como se eu tivesse muita dificuldade em explicar, da forma mais simples que eu conseguir, o que disse na minha primeira intervenção.

Dizem os senhores que há uma má vontade do Governo Regional, porque não aceita as propostas da oposição, com o argumento de que já faz, já põe em marcha, já tem, já programou. Vamos, então, pela lógica inversa: o Governo aceita. Muito bem, o Governo aceita a proposta do Bloco de Esquerda. E depois? Foi

consequente, a proposta do Bloco de Esquerda? Serviu para alguma coisa o facto do Governo aceitar, se o Governo já estava a fazer o que está na proposta do Bloco de Esquerda? Não me parece!

Portanto, isto está resolvido por natureza. Não é causa de indignação, é perfeitamente normal! Se o Governo já faz, não precisa de aceitar ou de concordar com algo que já faz. Por isso, eu disse...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É como o roteiro açoriano!

O Orador: ...conclusão da explicação, que folgava em verificar que o Bloco de Esquerda, por duas vezes nesta reunião plenária de Setembro, tinha validado as políticas do Governo, ao apresentar medidas exactamente iguais às que o Governo já estava a pôr em marcha. Não me parece que isto seja ofensivo, desrespeitador da iniciativa dos partidos aqui representados, nem má vontade constante do Governo em relação à oposição. Parece-me que, desta vez, sou capaz de ter conseguido explicar um bocadinho melhor.

Em relação a outra questão aqui levantada, dizem os senhores, ou alguns dos senhores: “Ah, o Governo diz sempre que está a fazer, mas isso é tudo conversa”. Não é conversa, está feito! Já há um protocolo assinado, já há três entidades parceiras, já há um processo em marcha de contratação do intermediário, daquele que vai mediar as relações com os jovens nesse posto, nesse centro de informação. Isto não é conversa, já existe!

Deputado Mário Moniz (BE): Mas existia em Maio?

O Orador: Portanto, também esse argumento, para nós, não serve, uma vez que, se se podia dizer se não existisse, não se pode dizer porque existe.

Mais, não só existe este na Universidade dos Açores, como até ao início do segundo semestre de 2011 existirão mais dois, um na Praia da Vitória e outro em Rabo de Peixe. Isso resulta...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Curiosamente, na Praia da Vitória.

O Orador: Vou explicar de que resulta essa opção. Resulta de duas coisas em simultâneo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente.

O Orador: Se me permitem, eu explico por que é um na Praia da Vitória e outro em Rabo de Peixe.

Primeiro, um dos critérios do Governo na ampliação do número de postos, desta nova modalidade de postos, é os locais onde exista, ou poderá existir, uma maior comunidade juvenil que necessite desse tipo de instrumento. Portanto, esse é um critério. Segundo critério é, também juntando a esse, locais onde as entidades locais, passe a repetição, forneçam meios, infra-estruturas, que nos possam ajudar a montar a rede. Isso acontece nesses dois casos. Portanto, juntaram-se estas duas variáveis, o que nos permitiu que, em 2011, sejam esses os dois postos a avançar.

Não há aqui nada de filosófico ou esotérico. Não há aqui nada de puramente argumentativo. Há aqui factos, há acções e acção do Governo no terreno. Parece-me que, desta vez, sou capaz de ter sido um bocadinho mais claro.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, não foi nada claro. Não me está a ouvir mas, de qualquer forma, vou repetir-lhe a pergunta.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não fui nada claro?

O Orador: Eu quero que o senhor me diga quais são as valências do Posto de Informação Juvenil da Ilha do Corvo. A pergunta é clara, quero que responda!

Deputado Berto Messias (PS): São iguais às outras.

O Orador: Ah, são iguais às outras? É que o problema, Sr. Deputado, é que não existe Posto de Informação Juvenil na Ilha do Corvo. Portanto, não são iguais às outras, Sr. Deputado Berto Messias!

Veja bem como é fácil desmascarar o discurso meramente teórico que os senhores fizeram. Eu perguntei-lhe, Sr. Secretário, qual eram as valências do Posto de Informação Juvenil da Ilha do Corvo. A resposta do Sr. Deputado Berto Messias foi: “Iguais às outras”. Iguais às outras? Não existe! Quer dizer, são iguais às outras, isto é o deserto absoluto!

Eu falei-lhe de casos concretos. Falei-lhe do desporto, falei-lhe do ensino secundário, falei-lhe dessa acumulação de desvantagens, que até parece que os senhores não querem criar as condições para que os jovens possam permanecer na Ilha do Corvo, para que a ilha não continue a envelhecer! É tão fácil como isto.

Nesse sentido, é óbvio que os senhores têm aqui uma dificuldade tremenda. Fazem um discurso teórico e, quando lhes apresentamos casos concretos do território dos Açores, quando lhes apresentamos uma quantidade enorme de desvantagens, quando lhes falamos no posto de juventude, que é do que estamos aqui a falar, do Posto de Informação Juvenil do Corvo, os senhores descobrem – de repente, porque parece que nem sequer sabiam – que não têm Posto de Informação Juvenil numa das ilhas dos Açores.

Está tudo dito, senhores. Sobre isto, Srs. Deputados, está tudo dito. Não tenho mais a dizer.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Breves notas, e rápidas, sobre esta questão.

Em primeiro lugar, dizer – aliás, aquilo que já fiz e que já fizemos ao longo deste Plenário – e reiterar que os Açores têm boas políticas de juventude, políticas de juventude positivas. Aliás, tivemos oportunidade de as discutir exaustivamente ontem, onde dei exemplos concretos variadíssimas vezes e onde pude também referir os indicadores que temos hoje, que resultam dessas políticas de juventude. Pude fazê-lo ontem exaustivamente e estou certo de que ficarão muito claros no Diário das Sessões referente ao nosso dia de trabalhos.

Devo dizer também que, do ponto de vista político, no patamar político de qualquer discussão que é aqui feita, onde participa o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que sustenta o Governo, onde participa o Governo, onde participa qualquer partido da oposição com assento nesta casa, que tem toda e mais alguma legitimidade para aqui trazer propostas e para aqui trazer assuntos que lhe pareçam pertinentes, não nos parece de todo intelectual e politicamente honesto que tragam

e façam propostas que estão anunciadas, que estão concretizadas, que estão discutidas exaustivamente vários meses antes.

Deputado Mário Moniz (BE): Não é verdade!

O Orador: É contra isso que nos insurgimos nesta proposta, que nos insurgimos há vários meses noutra proposta e que nos vamos consecutivamente insurgir, sempre que qualquer partido da oposição, nesta casa, tenha laivos de oportunismo político, tendo esta postura.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Guilherme Nunes, tem a palavra.

***Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só me inscrevi para responder, eu não posso passar sem responder àquilo que o senhor disse acerca da Câmara Municipal do Corvo, porque o Sr. Presidente da Câmara não faz parte do Parlamento.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado: a câmara hoje é socialista, a outra era socialista, mas foram câmaras do PP e do PSD que emprestaram o polivalente, porque ele foi pedido pelas comissões de festas de São Pedro, da Sagrada Família, do Espírito Santo, de Nossa Senhora dos Milagres, nossa padroeira, e da Senhora do Bom Caminho. E essas comissões são praticamente todas formadas por jovens, Sr. Deputado. Portanto, se as autarquias têm um sítio como aquele, emprestam-no, porque as pessoas pedem, porque os corvinos querem! E as câmaras, não é por serem socialistas, do PP ou do PSD, todas elas – todas! – emprestaram o espaço.

Era só isto.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

Deputado Guilherme Nunes (PS): Já agora, o senhor explique aos corvinos e aos jovens corvinos dessas comissões por que não quer que façam propostas.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do Partido Socialista, isso parece-me a velha história do preso por ter cão e preso por não ter. Se a oposição apresenta propostas, é porque vai a reboque

do Partido Socialista. Se a oposição não apresenta propostas, é porque não tem propostas para apresentar. Os senhores decidam-se sobre o que querem!

Caros Srs. Deputados, esta proposta...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Apresente propostas diferentes das do PS.

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, foi assim na questão do Porta 65, que nós apresentámos aqui; foi assim na questão do Arrendamento Jovem, em que nos disseram que tinham o Famílias com Futuro; foi assim em inúmeras outras propostas que nós apresentámos aqui, em que os senhores dizem que nós fomos a reboque. Portanto, os senhores decidam-se. Nós não estamos a ir a reboque de ninguém, nós estamos a fazer o melhor para as políticas de juventude e pela política dos Açores e dos açorianos.

Srs. Deputados, esta proposta vem complementar e operacionalizar uma proposta que já foi, aliás, apresentada em 2000, na qual o PSD deu um forte cunho. Nós fomos pioneiros e precursores dessa proposta de 2000, que tem a ver com a questão do aconselhamento, do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual. Esta proposta vem nesse sentido, ou seja, o Governo Regional do Partido Socialista, ao longo destes últimos anos, não soube impor as suas políticas que foram apresentadas na Assembleia Regional. Não soube pôr em prática as propostas que emanaram desta Assembleia Regional. A prova disso está à vista nos últimos dez anos, porque foi apresentada uma proposta em 2000 e até hoje não se viu rasto dela e da sua implementação nos Postos de Informação Juvenil.

Aliás, esta é a prova, dada nestas e noutras propostas que já passaram por esta casa. O Partido Socialista vem para aqui falar, armar-se e dizer que são as melhores propostas, mas depois, na realidade, nunca funcionam, nunca as põem em prática. Por isso é que o PSD volta a afirmar que vai aprovar esta proposta, porque se trata de complementar e operacionalizar uma proposta a que o PSD deu o seu cunho em 2000.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Tem três minutos.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Guilherme Nunes, Deus Nosso Senhor não está aqui e nós falamos dele, se for necessário. A Dra. Berta Cabral não está aqui e a vossa bancada fala, de quinze em quinze minutos, na Dra. Berta Cabral. Então, agora nós não podemos falar daquelas que são as políticas da Ilha do Corvo, porque o Sr. Presidente da Câmara não está aqui?

Deputado Guilherme Nunes (PS): Pode, não pode é afirmar que são as câmaras socialistas. São as socialistas, as do PP e as do PSD.

O Orador: Quando o senhor tomou a palavra, eu pensei que se fosse unir à minha voz e que viesse dizer que era fundamental – eu ouvi-o, faça o favor de me ouvir –, “eu acho tremendamente injusto que a Ilha do Corvo não tenha estes mecanismos para a informação juvenil que as outras ilhas têm, porque os nossos jovens na Ilha do Corvo não têm acesso”! Pensei que fosse essa a sua intervenção! Não, vem aqui fazer aquela intervenção, que é sua intervenção de sempre, de dizer bem do Governo, como ontem, em que andou a anunciar: “O Governo fez isto, fez aquilo e não sei quê”. E vem agora, também, muito preocupado...

Deputado Guilherme Nunes (PS): Para dizer mal, já basta o senhor.

O Orador: ...com o Sr. Presidente da Câmara, que fez isto ou deixou de fazer aquilo. Oh, senhor!

Deputado Guilherme Nunes (PS): Ninguém está a dizer que é por causa do Presidente da Câmara, o que digo é que são as câmaras do PS, PP e PSD.

O Orador: Sr. Deputado Guilherme Nunes, o que eu espero é que o senhor faça intervenções, de facto, sobre aquilo que são os direitos da população juvenil da Ilha do Corvo, dos jovens, que são idênticos aos outros açorianos. Isso é que o senhor devia ter feito e não fez! Era esse o seu dever e não o fez!

Em relação às políticas de ocupação de espaços desportivos, se está bem ou se está mal, está mal! Todos os jovens têm direito à prática desportiva ao ar livre e, no Corvo, não têm! Quer que eu seja mais objectivo? Está mal! E sempre o disse, mesmo se o Sr. Presidente da Câmara não concorda! Eu não estou aqui para ter medo do Sr. Presidente da Câmara, não tenho medo de ninguém. Portanto, é

evidente que discordo, e profundamente, que se ocupe um espaço desportivo. Como os Srs. Deputados sabem, porque estiveram lá há pouco tempo e sabem, é esta a política desportiva. É profundamente negativo, e não só para os jovens. Eu também gosto de jogar futebol no verão, por exemplo. É um espaço que era absolutamente essencial.

Só que eu acabei de demonstrar aqui, com vários exemplos, o deserto que é a vossa política de juventude. Estão a criar condições sucessivas para os jovens do Corvo terem uma série de desvantagens tremendas! Depois, os senhores falam em medidas de coesão? Depois, os senhores têm a coragem de dizer: “Nós estamos a promover essas políticas”? Não, todas as políticas que eram importantes para fixar a população jovem os senhores não as estão a fazer. Essa é a vossa responsabilidade e é isso que deve ficar na vossa consciência.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, muito rapidamente, para, em primeiro lugar, prestar um esclarecimento ou dar uma informação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, já que parece que terá de ser mesmo neste âmbito e neste debate, com algum desrespeito pelo Bloco de Esquerda, porque o senhor insiste na questão.

Existe no Corvo um espaço TIC...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Obrigado.

O Orador: ...frequentado maioritariamente por jovens e que tem essa vocação, que é a de fornecer o acesso a novas tecnologias de comunicação à população juvenil. Em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o Corvo foi a primeira ilha, o primeiro espaço nos Açores, a ter o programa de acesso generalizado e gratuito a meios digitais: o Corvo Digital. O senhor não quis falar, não soube falar, não se lembrou de falar, mas isso demonstra o interesse, a consideração e a preocupação do Governo em fornecer aos jovens do Corvo, como a todos os outros jovens dos Açores, meios de igualdade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um Posto de Informação Juvenil?

O Orador: Não, são exemplos da acção de políticas ligadas à juventude no Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então diga, já agora: temos um Posto de Informação Juvenil, temos uma escola?

O Orador: Mas ainda não acabei!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu também!

O Orador: Não, o senhor já acabou, porque o senhor não tem tempo e já falou! Portanto, já acabou. Agora, quem está a falar sou eu.

Há acesso aos programas de estágio. Há acesso ao programa ATL Jovem. A Associação de Juventude do Corvo foi reactivada, Sr. Deputado, ao fim de alguns anos de inactividade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foi pelo Governo Regional?

O Orador: O senhor não manifesta satisfação por isso, o senhor não refere essa questão, o senhor fala numa juventude corvina empobrecida...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Têm oxigénio, não se esqueça de referir isso.

O Orador: ...pouco interessada, alheada, sem meios e não é nada disso! A juventude corvina, felizmente, tem vários instrumentos, várias formas de apoio e isso é muito importante que se diga e que fique esclarecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E podem andar de carro, como os outros.

O Orador: Portanto, como o senhor vê e como foi possível explicar com alguns exemplos, existe uma preocupação específica com a juventude do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é ridículo!

O Orador: Existe uma preocupação generalizada com a juventude dos Açores. E a juventude do Corvo não é essa juventude lastimosa que o Sr. Deputado faz crer que é.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Abandonada. Tem de sair aos catorze anos da ilha e não tem Posto de Informação Juvenil!

O Orador: Segunda questão, Sr. Deputado: o Governo Regional tem aprovado, e essa ideia era bom que não ficasse, não perpassasse deste debate, porque o partido que apoia o Governo Regional e que é maioria nesta casa tem aprovado iniciativas de todos os partidos da oposição. Essa conversa de querer, a toda a hora,

demonstrar que existe má vontade do Governo, má vontade da maioria, que não aprova iniciativas da oposição...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não é verdade?

O Orador: ...é uma conversa que já, infelizmente para os senhores, não pega, porque os factos ao longo destes dois anos de legislatura...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não existem!

O Orador: ...demonstram que, sempre que isso se justificou, sempre que a ideia não era igual à do Governo e era melhor do que a do Governo, foi aprovada essa respectiva ideia e essa iniciativa. Portanto, essa conversa está, também, bastante desactualizada.

Para acabar, Sr. Deputado, para quem crê, Deus está aqui, porque está em todo o lado.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser clara nos vários comentários e intervenções que nos suscitaram, que aliás agradeço, no sentido em que também eles valorizaram esta iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda.

Já todos percebemos, obviamente, que a maioria socialista vai chumbar esta iniciativa legislativa, este Projecto de Resolução. Mas gostaria de lembrar que essa atitude, apesar de todas as explicações, que tanto o Sr. Secretário Regional da Presidência quanto o Sr. Deputado Berto Messias tentaram, de alguma maneira, justificar, acaba por não fazer jus ao discurso e à atitude hoje demonstrada pelo Sr. Presidente do Governo Regional, sobretudo nas duas últimas intervenções, em que mostrou uma abertura, uma tolerância, uma disponibilidade para o diálogo e até mesmo um apelo – que acredito genuíno – para os contributos de todos os partidos das oposições, das diferentes oposições representadas neste Plenário. É engraçado que, como eu costumo dizer, não bate a bota com a perdigota, porque o discurso diz “venham” e, depois, a prática diz “não obrigado, já temos”.

Depois, só um pequeno esclarecimento para o Sr. Secretário Regional da Presidência, no sentido de lhe dizer – e, Sr. Secretário, V. Exa. não é obrigado, obviamente, a saber, mas já agora aproveito para o esclarecer – que o Bloco de Esquerda não tem juventude partidária. O Bloco de Esquerda tem jovens, como todos os outros partidos, tem seniores, menos seniores e mais seniores, mas não tem juventude partidária.

Deputado Francisco César (PS): O BE não tem instituição partidária, Sra. Deputada?

A Oradora: Portanto, tem todas as pessoas, é um partido, exactamente. Não tem uma juventude estatutariamente constituída, não tem uma juventude partidária. E, depois dos últimos acontecimentos das juventudes partidárias, enfim, de todos, sobretudo nesta região, cada vez fico mais satisfeita, de facto, por o meu partido não a ter.

Mas voltando ao nosso projecto, disse o Sr. Secretário Regional que era reincidente a apresentação de propostas que são coincidentes com as do Governo. Sr. Secretário Regional, deixe-me dizer-lhe duas coisas: reincidente é o hiato de tempo entre o momento em que o Governo Regional aqui e a maioria que o suporta dizem: “Não, obrigado, não queremos, porque já temos ou vamos ter” e o momento em que, de facto, se concretiza esse anúncio de intenção. Isso, de facto, é que é reincidente. Porque a apresentação de propostas não é reincidente nem deixa de ser. É o direito e a razão de ser dos partidos representados neste Plenário. Agora, o tempo que o Governo Regional demora entre aquilo de que diz “vamos fazer” e, depois, o momento em que faz, de facto, é reincidente. E, como o Sr. Secretário Regional lhe chamou – e bem, eu subscrevo –, é sonolento, provoca sonolência.

Depois, o Sr. Secretário Regional mostrou-se surpreendido por, em menos de vinte e quatro horas, como diz, o Bloco de Esquerda estar em sintonia com o Governo Regional. Mas, Sr. Secretário Regional, só a si e provavelmente ao Governo e, se calhar, à maioria que o suporta, é que o incomoda, porque...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não me incomoda nada.

A Oradora: ...a mim e ao Bloco de Esquerda não nos incomoda nada estar em sintonia com o Governo Regional, nas medidas e nas iniciativas com as quais nós concordamos. Há uma diferença, contudo: é que, quando nós estamos em sintonia, votamos favoravelmente. Temo-lo feito nesta câmara e vamos continuar a fazê-lo. Os senhores fazem o contrário: afirmam que concordam, que estão em sintonia e, depois, votam contra! É esta a diferença! Agora, estarmos em sintonia não é incómodo, pelo contrário: é um momento de encontro democrático que só pode privilegiar esta câmara e, também, o nosso trabalho dentro dela.

O Sr. Secretário Regional falou de oportunismo, que sinceramente, Sr. Secretário – e, de alguma maneira, até de uma forma mais explícita, o Sr. Deputado Berto Messias também o fez –, essa coisa de oportunismo, neste contexto, não é propriamente a palavra, penso eu, indicada e vou explicar-lhe porquê, ao Sr. Secretário, ao Sr. Deputado Berto Messias e aos outros grupos parlamentares.

A pergunta é a seguinte: é ou não verdade que a 31 de Março deste ano todos os Postos de Informação Juvenil estavam encerrados? Primeira pergunta.

Segunda: é ou não verdade que assim permanecem, na sua esmagadora maioria? Segunda pergunta.

É ou não verdade que em Maio deste ano – a data, o mês em que o Bloco de Esquerda apresentou este Projecto de Resolução – não havia nada implementado, daquilo que foi há pouco referido pelo Sr. Deputado Berto Messias e pelo Sr. Secretário Regional da Presidência?

Finalmente, é ou não verdade que, até ao dia de hoje, o regulamento dos Postos de Informação Juvenil não foi alterado e esse é o objectivo – é, aliás, o título – do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Esse é o meio, o objectivo não é esse!

A Oradora: Os senhores têm tanta pressa em votar contra, que nem sequer lêem o objectivo! Está lá: “Alteração do Regulamento dos Postos de Informação Juvenil” que, até hoje, não foi alterado. Os senhores concordam mas, ao mesmo tempo, estão contra e, portanto, vão votar desfavoravelmente e vão chumbar.

Finalmente, eu gostaria de ter a ousadia de parafrasear neste Plenário o Sr. Presidente do Governo Regional, naquele comentário, aliás engraçado, quando abandonou a cadeira e disse que não estava aqui ninguém naquele diálogo (de surdos, penso eu, e permanente) entre o PS e o PSD, para dizer o seguinte: se eu fosse membro do Governo Regional Socialista da Região Autónoma dos Açores...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Aprovava a proposta!

A Oradora: Não é aprovar. Calma, Sr. Secretário.

...e se eu concordasse com o conteúdo desse Projecto – como os senhores reconheceram que concordavam –, e se, ainda por cima, não tivesse feito aquilo que o Projecto de Resolução aconselha o Governo a fazer, que é alterar o Regulamento dos Postos de Informação de Juventude, eu dialogava. É essa a humildade democrática. Não é, “agora, aprovamos o papel, dê cá o papel que nós, quando tivermos tempo e pudermos, vamos implementar as medidas”. Não! Aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional há pouco disse foi diálogo! Não foi: “Dê cá o papel, tome lá o papel”! Foi diálogo, foi concertação, foi criação de sinergias, foi várias cabeças a pensar, porque, como diz o povo, pensam sempre melhor do que uma só! Se bem entendi as palavras do Sr. Presidente! Tenho a boa fé de acreditar, gostava era de ver praticar.

Portanto, não é uma questão de aprovar, Sr. Secretário Regional da Presidência, porque isto não é um concurso. Isto não é um concurso de quem mais aprova ou de quem mais desaprova. É a casa onde, de acordo com a humildade democrática do discurso do Sr. Presidente, realmente nós deveríamos todos estar a pensar com o mesmo objectivo. E, mesmo que o outro pense um bocadinho só diferente de nós, se calhar vale a pena sentarmo-nos e conversarmos sobre o assunto. É isso que os açorianos e as açorianas esperam que nós façamos! E não que nos entretenhamos com discussões laterais, que nada trazem de proveitoso à vida das pessoas, que são um cansaço e uma perda de tempo.

Sobretudo, não digam, por favor, “concordamos com o conteúdo do Projecto, mas vamos votar contra”. Porque nenhum açoriano nem nenhuma açoriana, nesta região ou noutra, mesmo falando devagarinho para toda a gente perceber, compreenderá essa atitude. Quando nós não concordamos, votamos contra – pelo

menos, a mim, foi assim que me ensinaram –; quando concordamos, votamos a favor.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, queria dizer três coisas.

Em primeiro lugar devo dizer, Sra. Deputada, e julgo que estava perfeitamente lúcido, que já estive em vários conselhos de juventude dos Açores onde estavam presentes representantes da juventude do Bloco de Esquerda. E já estive presente em várias comissões especializadas do Conselho de Juventude, onde estavam também representantes, ou jovens, do Bloco.

Deputada Zuraída Soares (BE): A juventude do Bloco de Esquerda não é uma instituição partidária, na óptica do Bloco de Esquerda.

O Orador: Tudo bem, pronto! Não percebo a diferença, mas tudo bem. Não me diga é que não tem rigorosamente nada a ver com o Bloco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem tudo.

O Orador: Ah, pronto, estamos esclarecidos.

Relativamente àquilo que está em causa na proposta que o Bloco de Esquerda nos traz, julgo que estamos perfeitamente esclarecidos, perfeitamente conversados. A nossa posição foi exaustivamente explicada por mim e ainda mais exaustiva e pertinentemente explicada pelo Sr. Secretário Regional da Presidência. Portanto, apesar de alguns princípios que são introduzidos pelo Bloco de Esquerda, o SIJA, o Sistema de Informação Juvenil dos Açores, vai muito mais longe e é muito abrangente do que as propostas aqui trazidas.

Mas pedi a palavra para me centrar na questão das propostas, na questão da propositura. É verdade, Sra. Deputada, que nós não estamos aqui no concurso de quem propõe mais. É que, para que não restem dúvidas para o futuro e para que os partidos que aqui estão, os partidos, neste caso, da oposição, não andem constantemente a instrumentalizar e a falar na questão “porque nós propusemos e

os senhores chumbaram”, Srs. Deputados, não basta propor! Srs. Deputados, não basta fazer propostas! É preciso que essas propostas sejam exequíveis, sejam sérias, sejam responsáveis, tenham em conta vários princípios de responsabilidade, de equilíbrio e rigor financeiro. Sras. e Srs. Deputados, não basta propor.

Por exemplo, como tem a mania de fazer o PSD: o PS propõe x e o PSD vai a correr atrás propor $x+y$. Passamos a vida nisto! Ou seja, não basta propor, é preciso que essas propostas sejam conscientes e exequíveis, coisa que, infelizmente, não tem abundado da parte da bancada do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma pequena nota ao Sr. Deputado do Partido Socialista: sobre aquilo que o PSD propõe ou deixa de propor, o Partido Socialista não tem nada a ver com isso. O PSD propõe aquilo que acha o melhor para os açorianos e para os Açores. Portanto, os senhores não têm nada a ver com isso!

Agora, vou dizer-vos uma coisa, Srs. Deputados: aquilo que o Partido Socialista faz em relação às propostas, mais concretamente do PSD, não se faz, porque aquilo que os senhores fazem é dizer que nós apresentamos e, um mês depois, os senhores apresentam outra igual ou semelhante.

Deputado Berto Messias (PS): Melhor! A questão está exactamente aí!

O Orador: Isto já aconteceu várias vezes e em diversos ramos, na economia, na juventude, em propostas concretas para a sociedade açoriana, que nós apresentámos. Nós já apresentámos e os senhores não querem dar a mão à palmatória, não querem reconhecer que as nossas propostas são boas. Então, o que fazem? Um mês depois, reúnem o Conselho de Governo ou apresentam uma proposta igual ou semelhante à nossa proposta!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: Os senhores não sabem nem querem reconhecer que as propostas que vêm da oposição e do PSD são boas! É nisto e por aí que os senhores pecam!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: Falta de reconhecimento e de solidariedade parlamentar! É isso que os senhores não têm e não reconhecem!

Tenho dito.

Deputado Berto Messias (PS): Solidariedade parlamentar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 30 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010 – “Regula o fornecimento de informação ao utilizador final de produtos relacionados com o consumo de energia”**.

Dou a palavra ao Governo, ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, para apresentar o diploma.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora é apresentado visa transpor para a nossa ordem jurídica um conjunto de directivas comunitárias referentes à informação que é necessário ser fornecida ao consumidor, neste caso ao utilizador final, de produtos relacionados com o consumo de energia. Produtos estes que são, essencialmente, os grandes electrodomésticos, as lâmpadas, enfim, aqueles produtos que, no ambiente doméstico, são os maiores consumidores de energia eléctrica. A transposição desta directiva visa também outros objectivos, para além das questões de informação ao consumidor.

Neste caso, a informação ao consumidor tem um valor acrescido, já que a diferença em termos de preço existente entre estes produtos, em muitos casos, aliás na maior

parte dos casos, é largamente compensada pela diferença em termos do consumo eléctrico ao longo da sua vida útil. Estamos a falar de bens que são bens duradouros e que têm um período de utilização bastante alargado. Portanto, há esta questão da informação ao consumidor, que tem uma grande importância e um grande valor para os utilizadores finais.

Há também aqui uma necessidade de regular a utilização de normas ou de designações que possam induzir os consumidores em erro, em particular a utilização dos dispositivos chamados *energy star*, regulados pela União Europeia e pelo Ecolabel, também da União Europeia, que não podem nem devem ser, digamos, de alguma maneira confundidos com designações similares, porque estas duas designações têm normas extremamente exigentes do ponto de vista da qualidade dos produtos e, portanto, só os produtos que tenham estas designações devem poder utilizar qualquer forma de promoção que os aponte como produtos que poupam energia.

Finalmente, também cria um conjunto de orientações em termos de aquisições públicas, visando que, nas aquisições para os organismos públicos e para aqueles em que haja maioritariamente fundos públicos, se privilegie a aquisição de equipamentos que sejam certificados como poupadores de energia. Basicamente, equipamentos que caiam dentro da categoria máxima, ou seja, da categoria A, quando aplicável, ou que tenham a designação de *energy star* ou Ecolabel, quando isso também seja aplicável.

Portanto, são estes os objectivos do diploma que está neste momento em análise nesta câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira, tem a palavra.

***Deputada Benilde Oliveira (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Deputados do PS vão votar favoravelmente a proposta apresentada, atendendo a que esta visa o aumento da eficiência energética, um dos objectivos centrais das

modernas políticas energéticas, o que, junto dos consumidores domésticos de electricidade, passa por uma criteriosa escolha de equipamentos eléctricos e electrónicos e da racionalização do seu uso. Com este diploma prevê-se a etiquetagem e ainda a disponibilização de informações suplementares relativas ao consumo de energia e de outros recursos essenciais, permitindo a escolha de produtos mais eficazes.

O presente diploma pretende ainda estabelecer normas aplicáveis a determinadas entidades adjudicantes que celebrem contratos de empreitada de obras públicas, contratos públicos de fornecimento e contratos públicos de serviços que visem ou incluam a aquisição dos produtos em causa. Estas normas estão plasmadas no artigo 12.º do diploma, onde se estipula que, nas aquisições de produtos relacionados com o consumo de energia, os serviços e organismos de qualquer natureza, directa ou indirectamente dependentes da administração regional autónoma e das autarquias locais, apenas podem adquirir modelos aos quais tenha sido atribuída a classe de eficiência energética A ou superior.

A informação desempenha um papel fundamental no funcionamento das forças do mercado. Para esse efeito, é necessário introduzir um rótulo uniforme para produtos do mesmo tipo, proporcionando a potenciais compradores informações suplementares normalizadas sobre o custo da energia e o consumo de outros recursos essenciais para esses produtos. E tomar medidas para que essas informações sejam igualmente fornecidas aos potenciais utilizadores finais que, não vendo o produto exposto, não têm possibilidade de ver o rótulo. Para ter eficácia e êxito, o rótulo deve ser facilmente reconhecível pelos utilizadores finais, simples e conciso.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional está em articulação com o programa do Governo, nomeadamente com o objectivo de fomento de utilização racional de energia, aprofundando e estendendo a todo o território as acções relativas a sistemas de certificação energética e de boas práticas.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do PS irá votar favoravelmente a iniciativa agora em discussão.

Para a especialidade, o Grupo Parlamentar do PS acrescenta que a Directiva n.º 92/75, da CEE, do Conselho, de 22 de Setembro, designada por Directiva Rotulagem Energética, é uma directiva/quadro que visa orientar o mercado dos electrodomésticos para produtos mais eficientes do ponto de vista energético. No entanto, esta directiva foi revogada pela Directiva n.º 2010/30, EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio, após a entrada do diploma agora em discussão no Parlamento, pelo que as referências à Directiva n.º 92/75, da CEE, do Conselho, de 22 de Setembro, neste diploma terão de ser eliminadas, tendo sido para tal aprovada em sede de comissão uma série de propostas de alteração subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

***Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa aqui apresentada pelo Governo traduz, em nosso entender, uma política correcta no que concerne à sustentabilidade energética e à preservação do nosso ecossistema. É clara nos seus objectivos, rigorosa na forma de os atingir e também didáctica, quando, no seu artigo 8.º, presume a conformidade que salvaguarda o artigo 9.º, sem, como já referimos, deixar de ser rigorosa, começando por exigir, no artigo 12.º, às próprias instituições governamentais, organismos públicos e privados com apoios governamentais significativos o cumprimento sem excepção do disposto no próprio diploma.

As coimas que, numa primeira leitura, possam parecer excessivas, estão salvaguardadas na sua aplicação, só acontecendo com ónus de prova da entidade fiscalizadora e, mesmo assim, reduzidas a metade tratando-se de pessoa singular. Até o artigo 18.º, que poderia enfermar de alguma selectividade, favorecimento e “discrecionarismo” tutelar, situação que nós sempre criticámos e continuaremos a criticar quando exista, prima por regulamentar apenas aspectos técnicos e administrativos.

Atendendo ao que acabámos de expor, este diploma merece o voto favorável do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do CDS, apoiamos de uma forma geral este diploma, ou esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, porque do nosso ponto de vista também pensamos que é muito importante a questão da eficiência energética e das boas práticas ambientais e este diploma vem ao encontro exactamente dessa preocupação.

Desde a questão da regulamentação e obrigatoriedade de etiquetagem dos produtos às obrigações dos vendedores, nomeadamente a forma de exposição dos produtos e respectivas fichas técnicas, e à própria compra e aquisições públicas, todas essas partes, na execução deste diploma, têm a ver exactamente com a promoção, na nossa sociedade, de aderir a uma maior eficiência energética. Portanto, nós apoiamos.

No entanto, temos, Grupo Parlamentar do CDS, só algumas dúvidas na questão da fiscalização, nomeadamente no artigo 7.º, no artigo 9.º e no artigo 15.º.

No artigo 7.º, nomeadamente no n.º 1, alínea e), quando fala em “Relatórios de ensaio, incluindo, quando disponíveis, os realizados por organismos certificados para o efeito”, nós desconhecemos organismos com certificação para este efeito. Aquilo que conhecemos e sabemos é que existe uma acreditação ou organismos acreditados para proceder a esses ensaios e existem também organismos com capacidade de certificar as empresas com as normas ambientais, as normas europeias para esta mesma qualificação. Penso que a forma como está redigida esta alínea e) pode levantar dúvidas, nomeadamente porque depois vai desembocar, no artigo 15.º, na questão das coimas. Ou seja, nomeadamente os vendedores que não tenham um conjunto de documentação técnica, do qual fazem parte esses relatórios, podem ser alvo de algum processo de contra-ordenação, punível com coima, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º. Portanto, a questão desses organismos tem de ser bem especificada.

Depois, há aqui uma outra situação, no artigo 9.º, na medida de salvaguarda. A entidade fiscalizadora, segundo este diploma, pode exigir ao fornecedor que lhe

ceda, a título gratuito, esses equipamentos para remeter ao organismo acreditado para proceder a ensaios, em caso de dúvida sobre a veracidade da informação constante nesses mesmos produtos. Ora, aqui, a questão que se levanta é a seguinte: se o fornecedor for alemão ou francês, como é que vamos exigir? Como é que essa entidade, a entidade fiscalizadora, vai exigir que este produto venha da Alemanha, ou de França, para uma empresa creditada no âmbito do sistema português de qualidade, para se proceder a esta mesma verificação?

E depois, se houver, exactamente no âmbito desta análise, deste relatório emitido por esta entidade, uma desconformidade entre o que diz o produto, o que consta do produto e a análise efectuada, os encargos são por conta, nesse caso, do fornecedor. Ora, nós temos a capacidade, depois, de exigir ao fornecedor francês ou alemão que pague os custos desta operação? Também temos muitas dúvidas sobre este processo.

Portanto, gostaria de alguns esclarecimentos da parte do Sr. Secretário Regional.

Obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passando directamente a esclarecer as dúvidas colocadas pelo Sr. Deputado Pedro Medina, e começando por aquilo que é perguntado sobre o que significa a alínea e) do artigo 7.º:

Como o decreto é extremamente claro e a própria directiva também, o ónus da prova de que o equipamento realmente está conforme recai sempre sobre o fornecedor e não sobre quem comercializa. Portanto, o fornecedor do equipamento, em que, no caso de ser um fornecedor comunitário – e já respondo à segunda parte da sua questão –, de acordo com as próprias normas comunitárias, a autoridade correspondente é a autoridade do país de origem. Assim, isto só se aplicará no caso de um fornecedor do nosso território ou, o caso onde isto realmente tem uma aplicação real, no caso de haver uma importação directamente para os Açores a partir de um país que não um país comunitário.

Por exemplo, se alguém resolver comercializar máquinas de lavar americanas, nesse caso e só nessas circunstâncias, ou seja, quando haja comércio extra-comunitário é que, então, o fornecedor terá de fazer a comprovação junto, digamos, de quem o represente cá. Portanto, o caso que colocou em relação a países comunitários não existe, porque as normas de funcionamento do mercado interno o impedem.

Quanto à certificação, ela é feita com base num organismo chamado o sistema CENELEC, um organismo que é certificado comunitariamente, que estabelece as normas de teste de cada um dos equipamentos, que são diferentes. Por exemplo, para lâmpadas, ou para fornos, ou para máquinas de lavar, ou para frigoríficos, há normas diferentes. São aprovadas por esta entidade comunitária e, depois, dentro de cada um dos Estados-membros. No caso português, os laboratórios ou as entidades que o podem fazer são aqueles que estejam certificados no âmbito do sistema português de qualidade e aplicam normas que são normas comunitárias, mas dentro de um ambiente controlado pelo sistema português de qualidade.

No caso dos Açores, neste momento, que eu conheça, não existe nenhuma entidade com essa certificação. Ou seja, no nosso caso, esses equipamentos, no caso de existir um equipamento produzido na região ou importado de um país terceiro para a região, e surgindo essa dúvida – é preciso não esquecer que a directiva e este diploma também criam uma presunção de conformidade; ou seja, essa dúvida apenas pode surgir, só se pode levantar, se existirem sérias razões para se pensar que não é conforme; presume-se que o equipamento está em conformidade, excepto se se demonstrar que, de facto, há qualquer coisa extraordinária, e só nessas circunstâncias –, o fornecedor, no caso de ser um equipamento que tenha vindo de um país terceiro, não comunitário, terá de fornecer o equipamento para ser testado e isso terá de ser feito num laboratório, ou numa oficina, portanto numa entidade que esteja certificada no âmbito do sistema português de qualidade. Ou, então, no país de origem, se for um país membro da União Europeia.

Portanto, creio que essas questões que colocou não têm relevância no funcionamento real do mercado açoriano, em que esta norma, tanto quanto é

previsível, terá apenas aplicação directa em equipamentos importados directamente do exterior da União Europeia, o que também não é muito comum.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra para uma primeira intervenção.

***Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Primeira e julgo que única.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Benilde Oliveira, apenas para lhe dizer que nos facilitou enormemente a vida. Fazemos nossa grande parte das suas palavras, pela sua exaustiva explicação acerca da directiva, ou do diploma, perdão.

Trata-se da transposição, apenas, de uma directiva que refere, como disse e bem, ou que concorre para a eficiência energética. Uma informação fidedigna aos consumidores, obviando a que esses consumidores sejam ludibriados ou, pelo menos, que haja publicidade enganosa relativamente à comercialização desse tipo de electrodomésticos. Na orientação para que os organismos públicos também sejam vinculados à aquisição prioritária, ou privilegiada, desse tipo de equipamentos, na nossa opinião também a directiva esteve bem e a adaptação à directiva também esteve bem.

Nós damos o nosso acordo, quer à proposta apresentada, ao diploma neste caso trazido a esta casa, bem como às propostas de alteração que foram introduzidas em comissão.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido. A minha intervenção inicial teve a ver exactamente com o facto de tentar alertar para uma situação que o diploma poderia não estar a

abranger na sua totalidade, ou que poderia fugir ao âmbito do diploma. E penso que as dúvidas não foram totalmente esclarecidas.

Gostaria de deixar aqui referência de que, no artigo 2.º, na questão das definições, se define fornecedor como “o fabricante, o importador, ou o seu representante autorizado na União Europeia, ou a pessoa que coloca o produto no mercado comunitário”. Quando diz “o fabricante”, está a falar no fabricante comunitário, aqui não há duas interpretações. Logo, quando se fala, no artigo 9.º, na questão do fornecedor, está a ser englobado, peço desculpa, também o mercado comunitário e, portanto, estamos a sujeitar também os fornecedores do mercado comunitário a esta situação que está plasmada no artigo 9.º. A nós, de facto, deixa-nos muitas dúvidas a aplicação real desta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma primeira intervenção, tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também primeira e única, para manifestar o apoio do Partido Popular Monárquico a esta iniciativa, a esta transposição da directiva da União Europeia.

Presidente: Sr. Secretário Regional, para esclarecimentos, tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voltando à questão do fornecedor e daquilo que são as questões levantadas pelo Sr. Deputado Pedro Medina, gostava de lhe dar toda a razão.

De facto, quando nós falamos em fornecedor, estamos a falar na entidade que introduz na União Europeia um determinado produto. Se o produto é fabricado dentro da União Europeia, o fornecedor é o fabricante. Se o produto é importado de fora da União Europeia, o fornecedor é a entidade que se responsabiliza pela sua introdução e pela sua comercialização a nível comunitário.

Ou seja, um produto que seja, por exemplo, fabricado na China, o que não é incomum, mas que seja importado para a União Europeia por uma entidade que

tenha a sua sede, por exemplo, na Alemanha, o fornecedor neste caso será considerado a entidade que na Alemanha o introduziu na União Europeia. É, portanto, sobre o fornecedor, sobre a entidade que introduz no mercado comunitário o produto, que recai o ónus da prova, no caso de haver suspeição de não cumprimento dos requisitos para que o produto tenha aquele tipo de qualificação do ponto de vista do consumo energético.

Essa qualificação deve presumir-se, no interior de toda a União Europeia, como verídica, como válida, excepto se houver fundadas razões para suspeitar do contrário. Nesse caso, e só nesse caso, é que a entidade com competência em matéria de fiscalização poderá ordenar que se faça uma contra prova. Portanto, poderá pedir um desses equipamentos, poderá mandar testar esse equipamento, assumindo os custos do teste caso se comprove que é verídico, ou imputando esses custos a essa tal entidade, ou fornecedor, caso se venha a comprovar que, de facto, a certificação não corresponde à realidade, ou seja, que havia incorrecção nessa certificação.

Portanto, é neste âmbito, no âmbito, por um lado, digamos, de uma confiança mútua no interior da União Europeia, em que se consideram válidos os certificados emitidos por uma entidade qualquer, seja ela nacional – no sentido de nacional portuguesa – ou de outro qualquer Estado-membro; e também, nesse mesmo contexto, de passar sempre o ónus da prova, no caso de haver inconformidade, para a entidade que manda testar, ou para o fornecedor caso se comprove que, de facto, as coisas não estavam correctas.

Quanto a outra questão que foi aqui levantada e que também gostaria de voltar a colocar, que tem a ver com a substituição da directiva comunitária, de facto, a directiva comunitária que está na proposta inicial foi alterada, em Maio passado. Foi substituída por uma directiva que tem basicamente os mesmos princípios, versa as mesmas coisas, mas alarga um pouco o seu âmbito. Alarga o âmbito, para além da energia, para o consumo de outras matérias e, em particular, para as questões do consumo da água e de outros recursos naturais.

Essa directiva também aponta no sentido de os Estados-membros privilegiarem nas suas aquisições, as aquisições públicas, os equipamentos que tenham as melhores

qualificações do ponto de vista energético, algo em que a proposta que o Governo aqui apresentou já estava conforme, que já tinha. Portanto, basicamente, a alteração que tem de ser feita é, pura e simplesmente, uma alteração de referência. Onde se lê a directiva que foi substituída, deve ler-se a nova directiva, porque a nova directiva está perfeitamente conforme, ou, dizendo o oposto, o diploma está perfeitamente conforme com a nova directiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o presente diploma façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade.

Para os artigos 1.º e 2.º há propostas de alteração da Comissão.

Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

***Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre as propostas de alteração que foram apresentadas na Comissão, tal como disse o Sr. Secretário, a Directiva de 2010 surgiu só em Maio, após a aprovação em Conselho de Governo, como nós podemos ver no diploma. Este diploma foi aprovado em Conselho de Governo em Abril e chegou à Assembleia em Maio. Portanto, esta directiva é de após a entrada deste diploma na Assembleia. Assim, havia que rectificar e a proposta de alteração para o artigo 11.º é colocar a Directiva de 2010 aqui na sua alínea a). O mesmo concerne o artigo 2.º, os aspectos ambientais significativos. Havia uma directiva posterior que definia melhor esta definição de aspectos ambientais significativos, que, portanto, é rectificada.

Colocava-se a dúvida relativamente às referências que há hoje na legislação à Directiva de 92, o que aconteceria nos diplomas que hoje estão em vigor com a entrada em vigor com a Directiva de 2010. Portanto, no artigo 19.º é feito então um ponto 2, onde todas as referências que são feitas à Directiva de 92/75 passam a

estar referenciadas sempre a 2010, em toda ou qualquer disposição legal ou regulamentar que possa existir nas matérias que estão em vigor.

Importa ainda referir que o Partido Socialista apresentou uma proposta, que será votada também seguidamente no Plenário, que tem a ver com uma alteração ao artigo 10.º, no qual era previsto que a regulamentação posterior que pudesse haver de todos os diplomas relacionados com esta matéria, ou das matérias relacionadas com este diploma, fosse feita por decreto regulamentar. O Governo não tem competências para regulamentar directivas, compete sempre à Assembleia Legislativa fazer esta regulamentação. Por isso, entendeu o Partido Socialista fazer esta rectificação e apresentá-la em Plenário, em termos de decreto legislativo.

Aliás, o próprio Governo, numa destas medidas ou num destes produtos, que tem a ver com as lâmpadas, que é uma das directivas que nós aqui aprovamos, pensa posteriormente fazer a respectiva regulamentação e terá de fazê-lo através de um decreto legislativo regional, para impor o tipo e as características das lâmpadas, e não por um regulamentar, porque se fosse da maneira que aqui estava, faria com um regulamentar e tal não estaria correcto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Vou então colocar à votação em conjunto as duas primeiras propostas de alteração da Comissão, para os artigos 1.º e 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os artigos 1.º e 2.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os artigos 3.º a 9.º, inclusive, da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os artigos 11.º a 18.º, inclusive, da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da Comissão para o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa agenda.

Diga, Sr. Deputado Helder Silva.

***Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, peço a palavra para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 5 minutos.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 12 minutos)

Vamos reiniciá-los com o ponto 4 da nossa agenda, **Petição n.º 6/2010 – “Não à concentração da frota da SATA Air Açores no Aeroporto de Ponta Delgada”**, apresentada por Luís Carlos de Noronha Bretão, na qualidade de primeiro subscritor.

Peço ao Sr. Relator da Comissão de Economia para apresentar o respectivo relatório.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre a Petição “Não à concentração da Frota da SATA air Açores no Aeroporto de Ponta Delgada”

Capítulo I

Introdução

Em 27 de Abril de 2010 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição de um grupo de cidadãos, intitulada “Não à concentração da frota da SATA Air Açores no Aeroporto de Ponta Delgada”, cujo 1º subscritor é o Senhor Luís Carlos Bretão.

A Petição considera que como consequência do actual processo de renovação da frota da SATA Air Açores, já em curso -substituição dos aviões ATP e Dornier por

DASH 8-400 e DASH 8-200, respectivamente - a SATA Air Açores decidiu concentrar a totalidade da sua frota na Ilha de São Miguel.

No entender dos Peticionários, esta decisão põe em causa a eficácia do serviço público, necessariamente prestado pela SATA e o conceito de Região, que deve orientar as políticas nos Açores.

Como pressupostos para a Petição os subscritores afirmam o seguinte:

1. As condições meteorológicas nas nossas ilhas podem ser muito complicadas e o agravamento do estado do tempo, como já aconteceu por diversas vezes, poderá inviabilizar todo e qualquer voo de/para o aeroporto de Ponta Delgada devido a nevoeiros ou ventos fortes do quadrante Norte. Isso mesmo, por exemplo, aconteceu no dia 12 de Março ou no dia 3 de Julho. Efectivamente, por razões climatéricas (nevoeiro na pista), o Aeroporto de Ponta Delgada ficou encerrado a partir do final da manhã do dia 12 de Março e durante a manhã no dia 3 de Julho (tendo neste caso "aprisionado" toda a frota da SATA baseada neste aeroporto), ficando, em ambos os casos, comprometidas as operações com as restantes ilhas do arquipélago, bem como os voos de ligação para o exterior. Tendo apenas operado dentro da normalidade o Dornier, por ter base num aeroporto alternativo ao de Ponta Delgada (neste caso o das Lajes, na Ilha Terceira), que por sua vez não estava a ser afectado pelas condições climatéricas que apenas atingiram a Ilha de São Miguel.

2. A probabilidade de catástrofes naturais, embora, felizmente, pouco frequentes, não poderá ficar excluída de qualquer decisão desta natureza pelas características peculiares das nossas ilhas. Os transtornos causados, por exemplo, por um abalo sísmico nocturno que danifique a pista – de salientar que o aeroporto de São Miguel tem apenas uma pista – e que inviabilize toda a operação aérea, podem ser reduzidas, através de um serviço mínimo, ou mesmo de emergência, com uma aeronave estacionada num aeroporto alternativo: Uma segunda base de operação.

3. Do ponto de vista técnico/operacional, a questão coloca-se ao nível de melhores e mais ligações que se podem efectuar nos Grupos Central e Ocidental. Pela SATA foi anunciado que, “para além da melhoria de qualidade no serviço

para a Ilha do Corvo, o Q200 apresenta uma inegável mais-valia para a operação em ilhas como Graciosa, Flores e São Jorge, o que permitirá, inclusive, adicionar frequências para estas ilhas", (in "Memorando renovação *da* frota da SATA Air Açores").

De acordo com esta afirmação, não fará qualquer sentido colocar esta aeronave na extremidade oposta do arquipélago.

Para além disso, os voos de recolocação das aeronaves e os voos para mudança de tripulações a meio do dia (para São Miguel) são voos com uma ocupação baixa – que apenas servem para "queimar" o Período de Serviço de Voo das tripulações e para gastos desnecessários – que deviam ser substituídos por mais e melhores ligações – em termos de horários – *entre* o Grupo Central e Ocidental, a partir de um aeroporto central à geografia do Arquipélago dos Açores.

Os subscritores entendem, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve efectuar todas as diligências adequadas ao estacionamento permanente de, pelo menos, uma aeronave e respectivas tripulações num aeroporto do Grupo Central que reúna melhores condições para se assumir como base alternativa à base de Ponta Delgada, possibilitando mais e melhores ligações – em termos de frequência e horários – dentro do Grupo Central e para o Grupo Ocidental, evitando paralelamente os problemas supramencionados resultantes da centralização das frotas.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do art. 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela lei n.º 43/90, de 19 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de Março e n.º 15/2003, de 14 de Junho. A apreciação na Comissão Permanente de Economia, exerce-se no âmbito do n.º 4 do art. 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Capítulo III

Apreciação na Generalidade e Especialidade

A Petição surge pela preocupação demonstrada pelos Peticionários pelo facto da concentração da frota da SATA Air Açores exclusivamente no Aeroporto de Ponta Delgada, poder por em causa a eficácia do serviço público, necessariamente prestado por esta companhia e o conceito de Região, que deve orientar as políticas nos Açores.

A Comissão deliberou ouvir em audição o primeiro subscritor da Petição Senhor Luís Carlos de Noronha Bretão e o Secretario Regional da Economia, Vasco Cordeiro.

Audição do primeiro Subscritor da Petição realizou-se na Delegação da ALRAA, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 25 de Junho de 2010.

O 1.º Subscritor fez-se acompanhar pelos subscritores Gil Sousa, ex-comandante da SATA e Pedro Rego, ex-comandante da Força Aérea e actual comandante da TAP.

O Peticionário defendeu que o Dornier, agora substituído, serviu bem os interesses da nossa Região, permitindo às tripulações do mesmo (cerca de 5 famílias), fazer vida na Ilha Terceira durante quase 20 anos.

O 1º Subscritor apresentou mensagens de diversas pessoas que assinaram a Petição, bem como, entregou dois depoimentos, de dois ex-deputados, José Deq Mota e Alvarinho Pinheiro, a manifestarem-se contra a concentração da frota da SATA em São Miguel.

O Subscritor Gil Sousa, referiu que, apesar de estar reformado da SATA, há mais de 6 anos e de não ter conhecimento, por isso mesmo, da evolução deste tema nos últimos anos, considera que o avião Dornier, concentrado, na Ilha Terceira, favoreceu muito o desenvolvimento do Grupo Central e Ocidental, pois possibilitava deslocar mais rapidamente passageiros destas ilhas para as *gateways* para o Continente.

Na opinião deste ex-comandante da SATA, sem um avião com base na Ilha Terceira, a frequência dos voos para os Grupos Ocidental e Central será sempre menor, os passageiros demorarão mais tempo a chegar às *gateways* para o Continente e existirão mais mudanças de tripulações.

O comandante Pedro Rego, referiu que esta iniciativa tem como intenção chamar à atenção dos graves constrangimentos que são colocados à eficiência do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, pelo facto da SATA Air Açores ter toda a sua frota concentrada na Ilha de São Miguel.

Na sua opinião, o facto de os Açores serem um território descontínuo, afectados varias vezes por ano, por vários fenómenos naturais, deve implicar que, quer por segurança das populações, quer por motivos de operacionalidade da frota, esta, esteja desconcentrada em pelo menos duas ilhas.

Relativamente às pretensões apresentadas, os Subscritores foram questionados pelos Deputados da Comissão Permanente de Economia.

A Deputada do PSD, Carla Bretão, questionou os peticionários no sentido de saber como avaliavam os argumentos apresentados pela SATA para justificar a concentração dos seus aviões apenas numa ilha, nomeadamente:

- Utilização mais racional da tripulação;
- Duplicação dos custos de manutenção.

Perguntou, ainda, no entender dos peticionários quais os inconvenientes que a concentração dos aviões numa só ilha trariam ao arquipélago.

O Comandante Gil Sousa, referiu que pelo facto de existirem actualmente, tripulações diferentes para os aviões Q200 e Q400, seria facilmente exequível a divisão das tripulações, podendo ficar a frota do Q200 (que se resume a um avião porque o outro está na Madeira) na Ilha Terceira e a frota do Q400 em São Miguel”.

Relativamente à manutenção dos aviões na Ilha Terceira, o peticionário, quis deixar claro, que os argumentos utilizados pela SATA são falsos, pois actualmente já existem mecânicos no aeroporto das Lajes, que poderão facilmente trabalhar agora também nas aeronaves Q200 e Q400. Quanto à necessidade de novos hangares na Ilha Terceira, referiu que estes não eram necessários, pois em São

Miguel, nunca houve espaço para mais do que dois ATP's dentro do hangar da SATA.

Por fim, o comandante, referiu que apesar de já estar reformado e não ter conhecimento concreto da realidade actual, considera que a operacionalidade da frota será maior, quanto mais próxima do centro do arquipélago estiver a sua base.

O Comandante Rego, referiu que com o avião em São Miguel, estamos a desperdiçar tempo e dinheiro. Na sua opinião, o facto de o avião ter de partir numa viagem de 30 minutos, todos os dias, de São Miguel para a Terceira, onde se acrescenta o tempo que leva a sair do hangar, implica mais desgaste e custos desnecessários tanto para as aeronaves como para as tripulações que têm sempre de ser suportados pela companhia. “Tirar o avião, todos os dias de madrugada, do hangar em São Miguel não tem lógica nenhuma” referiu o Comandante.

Relativamente à manutenção, o Comandante, referiu que considera que o centro de manutenção da SATA deve continuar em São Miguel, pois só nesta ilha é que existem condições para tal. Na sua opinião “o fabricante das aeronaves quer que o seu avião necessite do menor número de manutenções possíveis” devendo estas ser concentradas em grandes manutenções em São Miguel e manutenções regulares de linha na Ilha Terceira.

Fez ainda uma questão retórica aos presentes: se faria sentido colocar os Q200 a competir nas mesmas rotas com o Q400, tendo bem presente as características de cada um.

O 1º Peticionário, Luís Bretão, referiu que a manutenção do Dornier foi feita durante muitos anos na Ilha Terceira a “custo zero, pois não havia custos de horas extraordinárias e os trabalhos eram efectuados nos dias em que as tripulações tinham folga”.

A Deputada do PSD, Carla Bretão, questionou ainda, os petiçãoários, sobre em que medida, a permanência de um Q200 na Madeira, poderia ter paralelo com a permanência de uma aeronave na Ilha Terceira.

O Subscritor Pedro Rego, referiu que o Q200 estar estacionado na Madeira é exactamente o mesmo de estar estacionado no Corvo, pois entre a Madeira e o Porto Santo só é feita a manutenção de linha. Na sua opinião, este facto comprova,

mais uma vez, a validade dos argumentos dos peticionários ao defenderem a base de um avião na Terceira, pois inclusive nesta ilha já existem mecânicos o que evitaria custos de horas extraordinárias, como existem na Madeira.

O Deputado do PSD, António Ventura, salientou que nesta discussão a segurança das populações é para si um argumento decisivo para impedir a concentração dos aviões da SATA em São Miguel. Na sua opinião, a pista das Lajes, tem melhores condições do que a pista de São Miguel.

O Subscritor Gil Sousa, referiu que a pista do aeroporto da Ilha Terceira é aquela, pelo seu tamanho e condições técnicas, que reúne melhores condições de operacionalidade, permitindo aterragens em ambos os lados da pista em condições de mau tempo, com sucesso. Relativamente à pista de São Miguel, nas mesmas condições meteorológicas de mau tempo, só é possível garantir aterragens com sucesso pelo lado da cidade.

O Subscritor Pedro Rego, referiu que a Base das Lajes tem uma segunda faixa de aterragem que pode ser utilizada em caso de problemas com a pista principal, algo que à excepção do aeroporto de Santa Maria não acontece em outra ilha do arquipélago. Na sua opinião, a concentração da frota da SATA apenas em São Miguel, em caso de sismo que inutilize a pista, pode perigar o normal funcionamento dos transportes nos Açores, bem como, impedir o socorro a populações afectadas. O Subscritor referiu achar pouco provável que um sismo afecte duas ilhas do arquipélago ao mesmo tempo, inutilizando a pista de São Miguel e as duas da Terceira.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina começou por referir que desde a primeira hora que o seu partido tem estado a acompanhar a situação e que, inclusive, já tinha apresentado um projecto de resolução na mesma linha de orientação que a petição, entretanto, chumbada pela maioria Socialista.

Elogiou as intervenções dos subscritores e disse que as mesmas eram perfeitamente esclarecedoras em relação às legítimas pretensões dos peticionários.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, referiu que a bancada socialista do PS na ALRAA, o Governo e a SATA baseiam toda a sua argumentação contra o sentido desta Petição, baseado apenas em critérios de custos discutíveis.

Na opinião do Deputado, a expansão da SATA Air Açores para fora do arquipélago, da forma como está a ser concretizada, prejudica a operação inter-ilhas nos Açores, bem como, as nossas populações.

Por fim, o Deputado concluiu a sua intervenção, reafirmando a posição do CDS/PP, de apoio às pretensões da Petição agora em discussão.

A Deputada do PS, Cláudia Cardoso, começou por referir, que apesar da Petição agora em apreciação reflectir um sentimento de alguns sectores de opinião na Ilha Terceira, esta levanta um objectivo já discutido exaustivamente na Assembleia Legislativa e alvo de decisão política já há algum tempo.

A Deputada referiu que antes dos novos equipamentos Q200 e Q400, estavam estacionados na Terceira o avião Dornier, permanentemente e o ATP, periodicamente.

A Deputada colocou as seguintes questões aos Peticionários:

– Se os custos de sustentação de tudo o que envolve a manutenção, incluindo pessoal do Dornier, é compatível em termos de custo, com o mesmo tipo de serviço ao avião Q200 ou Q400?

– Se seria possível transferir o pessoal que operava com o Dornier, para uma das novas aeronaves, que passasse a ter base na Terceira, mantendo o mesmo nível de operacionalidade e compatibilidade em termos de custo?

– Se a SATA está certificada, no que concerne as questões de protecção civil às populações e se antes das novas aeronaves existia esta mesma certificação?

– Se a questão da descentralização da frota da SATA, utilizando os mesmos argumentos agora usados nesta Petição, não deveria ter sido colocada antes da entrada em funcionamento das aeronaves Q200 e Q400 e da saída de frota da aeronave Dornier.

O Comandante Rego começou por salientar que todos os aviões têm custos de manutenção diferentes, considerando que quanto mais simples e menos evoluída for o avião, mais barata será a sua manutenção. “Os Dash da SATA são mais evoluídos”.

Na sua opinião, a manutenção dos dois novos tipos de aviões que a SATA Air Açores opera, é mais cara do que a anterior, sendo o custo associado ao pessoal de

manutenção diferente, pois a manutenção deverá ficar exclusivamente sediada em São Miguel, devendo ficar na Terceira apenas a manutenção de linha, à semelhança do que acontecia com os ATP's.

Em termos de necessidade de tripulação, o comandante referiu não saber se haverá indispensabilidade de mais contratações na Ilha Terceira, apesar das novas aeronaves obrigarem a 1 e 2 tripulantes de cabine, para os aviões Q200 e Q400 respectivamente. Neste aspecto o Q200 veio onerar a empresa.

As antigas aeronaves não tinham estas necessidades fruto da legislação europeia que obriga que exista um tripulante de cabine por 50 cadeiras (o Dornier tem 19 lugares).

Relativamente há questão da descentralização, o comandante afirmou que o Dornier dava um forte contributo para a descentralização e dispersão de meios, bem como, para a melhoria do serviço da SATA entre as nossas ilhas, pois inicialmente voava para as 9 ilhas dos Açores, passando a ter como rota apenas o Corvo a partir de determinada altura. O que acontece agora, referiu, é o Q200 estar a ser utilizado da mesma forma que o Dornier e ter o dobro da capacidade, o que não se entende, agravando-se a situação com a mudança de base. Hoje, reforçou, uma operação que era efectuada pelo Dornier com uma tripulação é realizada com duas tripulações e com uma saída de PDL e dois regressos a PDL, ou seja: PDL/TER/CORVO/TER/PDL.

Por fim, o Subscritor referiu que, relativamente à questão da protecção civil, as empresas de transportes aéreos não tem a possibilidade de certificação, mas que em caso de tragédia/desgraça a SATA ou outros meios serão disponibilizados para transporte de apoio.

O Deputado do PSD Jorge Macedo referiu que um avião sediado em Ponta Delgada, tem de gastar mais de uma hora por dia em serviço, manutenção e viagem para fazer a rota São Miguel/Terceira/São Miguel, sem contar, com a necessidade de vir buscar uma tripulação a São Miguel por volta das 12 horas e com o voo das 7 da manhã, onde demora mais na preparação para iniciar a viagem, pois tem de ser rebocado para fora do hangar.

Por outro lado, o Deputado referiu que uma qualquer avaria grave de um avião deslocado fora de São Miguel, que motive a mudança de um motor, por exemplo, implicará, sempre, a saída de peças da base de manutenção para a Ilha Terceira, seguindo a partir daí o seu destino final.

Na opinião do Deputado, poderá ser considerada a extensão de serviços da manutenção da SATA em São Miguel para a Ilha Terceira.

O Subscritor Pedro Rego referiu que relativamente a peças para resolver grandes avarias, como por exemplo a “mudança de um motor”, não é habitual as grandes companhias aéreas disporem deste tipo de peças de manutenção fora da sua base, nem, salientou, lhe parecer lógico ter um conjunto de grandes peças de manutenção fora de São Miguel.

O Comandante Sousa, referiu que no caso do Dornier, por exemplo, um motor de substituição tinha de vir da Alemanha.

A Deputada do PS, Cláudia Cardoso, questionou os peticionários presentes, sobre se a questão da não concentração da frota da SATA em São Miguel poderia ser prejudicial do “fleet assignment”.

O Comandante Pedro Rego referiu que essa questão só se coloca para aviões com o mesmo “type rating”, o que não é o caso. Porque se não, afirmou, a SATA teria de ter uma tripulação parada e paga à espera para exercer essa liberdade de escolha do avião.

O Comandante Sousa, referiu que com a descentralização da frota não há duplicação de custos, pois basta utilizar para a nova frota os meios que estavam a disposição do Dornier na Ilha Terceira. Para além disso, referiu considerar o Dornier como “útil em caso de catástrofe”.

O Comandante Rego, referiu que na Ilha Terceira, em caso de descentralização da frota, só deveriam ser feitas pequenas manutenções, não aumentando assim os custos de manutenção que existiam à altura do Dornier.

O Comandante referiu ainda que o Grupo Central sofre menos de fenómenos de nevoeiro do que no Grupo Oriental.

Audição do Secretario Regional da Economia, Vasco Cordeiro, realizou-se na Delegação da ALRAA, na cidade de Ponta Delgada, no dia 5 Julho de 2010.

O Secretário Regional da Economia salientou que, sobre esta matéria, o Governo mantém a posição apresentada, aquando do Projecto de Resolução do CDS/PP, que visava o mesmo objectivo da presente Petição. Na opinião do membro do Governo, os condicionalismos que motivaram a oposição do Governo, ao referido Projecto de Resolução, mantêm-se inalterados. Estando, todavia, disponível para responder a qualquer questão que os senhores Deputados entendessem colocar, sobre a matéria em análise.

O Deputado do PSD, António Ventura, referiu que pelas posições já assumidas pelo Governo Regional dos Açores ao longo deste processo é fácil de perceber que não irá mudar a sua posição de ser contra a descentralização da frota da SATA para a Terceira.

Neste sentido, questionou o Secretário Regional, sobre a importância do estacionamento de uma aeronave na Ilha Terceira, para fazer face a situações de catástrofe ou em que a Protecção Civil tenha de actuar fazendo recurso a aeronaves.

O Secretário da Economia respondeu questionando o Deputado do PSD sobre a existência de alguma posição do serviço de Protecção Civil sobre as situações de catástrofe relativas a aviões da SATA. O Governante referiu que apesar da SATA estar disponível para ajudar no que for preciso neste tipo de situação, a companhia aérea não está vocacionada nem considerada pela Protecção Civil, para apoio directo em caso de catástrofe ou calamidade.

O Deputado Pedro Medina, do CDS/PP, referiu que a SATA Air Açores estendeu as suas actividades para fora dos Açores, tendo inclusive estacionada uma aeronave no Arquipélago da Madeira para satisfação das novas rotas da companhia.

Na opinião do Deputado esta expansão obriga a que a SATA prejudique as suas rotas dentro dos Açores em detrimento das suas novas rotas para o exterior. Referiu ainda, que só assim se percebe que a SATA retire o estacionamento de uma aeronave na Ilha Terceira, quando a mudança de aeronave verificada com a entrada da nova frota em circulação, não veio trazer acréscimo de custos ao estacionamento nesta ilha.

O Deputado do PSD, Duarte Freitas, questionou o Secretário da Economia sobre as razões que ditaram a escolha da nova frota da SATA. “Foram razões ou operacionais ou estratégicas?”, perguntou o Deputado.

O Secretário da Economia, começou por referir que comparar o Dornier com uma qualquer nova aeronave é cometer um erro crasso para se iniciar a discussão.

O Membro do Governo salientou que a missão do “Dornier” era muito específica, “servia especialmente a Ilha do Corvo”, não tendo praticamente nenhuma capacidade de carga e de conforto, nem podendo ser utilizado para transportar uma maca. Na prática passamos de uma aeronave cujo objectivo era servir uma ou duas ilhas e com determinadas especificidades, para um conjunto de aeronaves, praticamente, todas elas, com capacidade para servir todas ilhas do arquipélago, em complementaridade.

Relativamente à questão do Deputado do PSD, o Governante respondeu que a questão da renovação da frota da SATA e do seu posicionamento, prende-se com o objectivo de otimizar ao máximo a operacionalidade e a gestão da empresa tendo em vista uma melhor prestação dos serviços públicos que fornece, bem como, obter uma melhor rentabilidade da companhia.

O Deputado do BE, Mário Moniz, questionou no Secretário se os critérios, de operacionalidade e de gestão referidos, tiveram em conta apenas critérios economicistas ou critérios de melhoramento do serviço público prestado.

O Deputado do PSD, Jorge Macedo, questionou o Secretário sobre qual a relação custo/benefício do estacionamento de uma aeronave na Ilha Terceira. Tendo referido, por último, que os seis milhões de custos acrescidos, de que o Governo tanto fala, devem ser finalmente explicados.

O Secretário Regional da Economia referiu que, em termos de eficiência de recursos, de forma a fornecer um melhor serviço público de transporte de passageiros inter-ilhas, é preferível estacionar a frota da SATA numa só ilha. O Membro do Governo, salientou ainda, que já prestou todos os esclarecimentos sobre a relação custo/benefício, quer no plenário da ALRAA, quer em audição na Comissão de Economia aquando da discussão do projecto de resolução do CDS/PP.

O Deputado do CDS/PP, Pedro Medina, questionou o membro do Governo, sobre o actual sistema de voos inter-ilhas que a SATA prática, favorecem a saída para o exterior do arquipélago.

O Deputado do PSD, Jorge Macedo, questionou o Secretário sobre o que é que implica em termos de custos e de meios para a SATA, ter uma base na Terceira.

O Secretário Regional da Economia, referiu que todas as ilhas do arquipélago têm uma ligação diária para o exterior da região, excepção feita, à Ilha do Corvo.

O membro do Governo, referiu que uma gestão centralizada da frota é naturalmente mais barata e operacional do que uma frota separada. Basta pensar em gestão de tripulações, de manutenção e de stocks de material, divididas em duas ilhas.

Por último, Governante quis salientar que em termos de cancelamentos de voos as duas ilhas apresentam dados muito semelhantes:

Cancelamento de voos por razões meteorológicas em 2008

- 12800 Voos realizados,
- Cancelados 263 voos
 - 12 Têm a ver com Ponta Delgada
 - 14 Têm a ver com o aeroporto das Lajes e outros aeroportos de ilhas de destino.

Cancelamento de voos por razões meteorológicas em 2009

- Cancelados
 - 22 Têm a ver com Ponta Delgada
 - 64 Têm a ver com o aeroporto das Lajes e outros aeroportos de ilhas de destino.

São raros os cancelamentos por razões meteorológicas nestes dois aeroportos. O principal problema está nos aeroportos de destino (Flores, São Jorge) que condicionam os voos.

Capítulo IV

Parecer

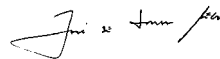
A Comissão após as audições efectuadas, conclui que:

1. A SATA Air Açores, no início de 2010, renovou a sua frota de ATP's (64 passageiros) e de um Dornier (19 passageiros), substituindo-os por dois novos tipos de aeronaves, DASH 8-Q400 NextGen (80 passageiros) e DASH 8-Q200 (37 passageiros);
2. No aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, estava baseada permanentemente, a aeronave Dornier com a missão específica de prestar um serviço exclusivo à Ilha do Corvo;
3. Em dois dias por semana, na Estação de Inverno IATA, uma aeronave ATP, pernoitava no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, com o objectivo de satisfazer a programação prevista e tendo em vista prestar um melhor serviço face à procura existente;
4. As aeronaves ao serviço da SATA Air Açores, têm com missão assegurar o transporte regular de passageiros, conforme os seus estatutos, pelo que não estão directamente vocacionadas para funções de protecção civil;
5. Os cancelamentos de voos por razões meteorológicas, nos dois aeroportos, de Ponta Delgada e Lajes, apresentam números muito semelhantes;
6. A gestão da frota e das rotas, da SATA Air Açores é feita no sentido de proporcionar horários que permitam a um passageiro, numa qualquer ilha dos Açores, excepção feita à Ilha do Corvo, ter uma ligação diária para o Continente;
7. A entrada da nova frota ao serviço da SATA Air Açores, visou a alcançar os seguintes objectivos:
 - a. Maior operacionalidade das aeronaves aos aeroportos e aeródromos dos Açores;
 - b. Maior raio de acção das aeronaves;
 - c. Maior velocidade de cruzeiro das aeronaves;
 - d. Maior capacidade de transporte de carga e passageiros;
 - e. Menor custo por km\passageiro voado;
 - f. Diminuição dos custos de manutenção através da centralização da manutenção das aeronaves num único local;

- g. Gestão integrada e complementar dos dois tipos de aeronave ao serviço da SATA Air Açores;
- h. Melhoria da acessibilidade dos passageiros às *gateways* ao Continente;
- 8. A SATA Air Açores com os objectivos enunciados, pretendeu prestar um melhor serviço publico de transporte aéreo inter-ilhas;
- 9. A pretensão dos Subscritores de a pernoita\base de uma aeronave permanentemente, no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, não contribuiu para um melhor e mais eficiente Serviço Público de Transporte de Passageiros inter-ilhas;
- 10. A Petição por ser subscrita por mais de trezentos subscritores deverá subir a Plenário nos termos regimentais.

O Relator, *Francisco César*.

O presente relatório foi aprovado, por maioria com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, CDS/PP e do BE.



O Presidente, *José de Sousa Rego*.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ao abrigo do artigo 192.º do nosso Regimento, cada Grupo e Representação Parlamentar pode intervir por uma vez e até dez minutos, e o Governo não intervém ao nível das petições, Sr. Secretário Regional da Presidência. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor.

***Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente a esta petição, queria começar por saudar mais esta iniciativa dos cidadãos, que trazem à casa da democracia açoriana uma preocupação que, sendo dos peticionários, é, julgo eu, uma preocupação que merece ou deve merecer uma reflexão e uma discussão acerca deste problema.

De facto, a opção que a SATA tomou pela concentração de toda a sua frota na Ilha de São Miguel, no Aeroporto de Ponta Delgada, põe em causa – para além do facto de estar por comprovar que em termos do custo ele seja reduzido, estando isso por comprovar – a circulação de pessoas na Região Autónoma dos Açores. E não há necessidade de falarmos em grandes catástrofes. Eu, pessoalmente, já durante este

ano, fiquei aprisionado no Aeroporto de Ponta Delgada, numa deslocação para a Ilha do Faial. E porquê? Pelo simples facto de que um intenso nevoeiro se abateu sobre...

Deputado Francisco César (PS): Ora, Sr. Deputado, eu também já fiquei!

Deputado José Rego (PS): Se estivesse do outro lado, tinha sido pior!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: Já estão tão incomodados! Por amor de Deus, tenham calma.

Como dizia, o motivo foi apenas um: nevoeiro intenso abateu-se sobre São Miguel, situação que, em determinadas alturas, se verifica anualmente...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é só em São Miguel?

O Orador: Não é só, mas é particularmente em São Miguel. E, uma vez que a frota da SATA estava em São Miguel, os passageiros ficaram, não só os dessa ilha, mas os de toda a região, durante largas horas impedidos de se deslocar!

Deputado Francisco César (PS): Isso é comum nos Açores!

O Orador: Portanto, não necessitamos aqui de outros cenários que não este. A verdade é que, nesse dia, apenas o Aeroporto de Ponta Delgada não estava operacional! Na Terceira, o aeroporto estava operacional; em Santa Maria, estava operacional; na Horta estava operacional; apenas em Ponta Delgada o aeroporto não estava operacional.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Claro que li, Sr. Deputado! Portanto, não faz nenhum sentido!

(Risos da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu queria apenas recordar que estas interrupções que estão a ser feitas à minha intervenção nem sequer as considero como uma falta de respeito a quem está a intervir. É, sobretudo, uma falta de respeito para com as açorianas e os

açorianos que subscreveram esta petição. E isso, meus caros colegas, não vos fica nada bem.

A questão é esta: nem está comprovado que aquela seja a melhor solução em termos de custos e, claramente, numa região como a nossa, é um erro concentrar toda a frota da transportadora aérea regional na mesma ilha. Parece-me que isto é inegável. Mesmo que tivesse mais custos, o que está por comprovar, é um erro enormíssimo.

Mas a SATA, além de ter cometido esta enormidade, continua a cometer outras, nomeadamente ao nível da gestão, essa sim, com custos acrescidos para a empresa pública, como a gestão que faz das tripulações da SATA Internacional, em que desloca as que estão sedeadas em Lisboa para Ponta Delgada e desloca as de Ponta Delgada para Lisboa. Exactamente, Sr. Secretário! Depois vá verificar isso.

Há aqui uma outra preocupação, que tem a ver com a qualidade do serviço prestado, e que está associada, também, à gestão que está a ser feita na SATA. Tem a ver com o mau serviço e com problemas que se relacionam com a segurança: a falta de tripulantes de cabine que existe na SATA.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, sim senhor! Nomeadamente no Dash 400, ou 200, o mais pequeno, o 200, em que claramente lá falta um tripulante. Portanto, a SATA está a cometer erros muito graves ao nível do serviço que deve prestar a esta região.

Relativamente a esta petição e ao seu objecto, o qual subscrevemos inteiramente, é de facto necessário que a SATA altere esta situação, sob pena de um dia – que não venha a acontecer, porque não é isso que nós desejamos – ser absolutamente necessário ter aviões disponíveis para circular e eles estarem aprisionados em São Miguel e toda a região isolada! Portanto, é bom que a tutela da SATA tome medidas para que esta situação não se continue a verificar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Carla Bretão, tem a palavra.

***Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A 27 de Abril deu entrada, realmente, nesta Assembleia a petição da qual acabámos de ler o relatório, e nunca é demais – devemos sempre fazê-lo – congratularmo-nos pela participação pública. É sempre importante felicitar essa participação, porque cada vez está mais empenhada, forte e decidida. Não é também demais reafirmar nesta casa o número de assinantes desta petição.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta petição teve cerca de 4.500 assinantes, o que quer dizer muita coisa.

Esta petição vem, no fundo, requerer que o Governo Regional tome as devidas diligências, junto da SATA, para que pelo menos uma aeronave fique baseada numa outra ilha, do Grupo Central. Por que é que esta petição faz este pedido? Por uma razão muito simples: é sobejamente conhecido que uma melhor circulação e mobilização das pessoas requerem uma boa gestão das frotas de aviões. Nesse sentido, esta petição vem pedir que se tenham em conta mais e melhores ligações, e com horários adequados, dentro do Grupo Central e para o Grupo Ocidental. É isto o que esta petição vem pedir. Vem alertar para a possibilidade de existência de catástrofes naturais, que podem pôr em causa a mobilidade entre as nove ilhas dos Açores. E vem também alertar para o clima, que todos nós conhecemos, que existe nestas nossas ilhas.

O PSD, relativamente às conclusões deste relatório e ao que acabámos de ouvir daquela tribuna, só pôde, realmente, tomar uma posição: ser frontalmente contra tudo o que ali foi dito. Por duas ordens de razão: como conclusões, estamos totalmente contra, e porquê? Em primeiro lugar, as conclusões apenas têm em conta a visão cega do Governo Regional. Por outro lado, fez tábua rasa, chutou para um canto todos os argumentos que muitos dos deputados aqui sentados ouviram nas audições. Não falo apenas das opiniões de quem foi ouvido nas audições; chutou para canto exemplos concretos que foram dados, factos que foram apontados e fez tábua rasa de tudo isso.

Por isso mesmo, perante o que foi ouvido nas audições, perante tudo o que o PSD também já disse nesta casa sobre esta matéria, podemos considerar que são falsos e

irrelevantes todos os argumentos avançados pelo Governo Regional para sustentar a decisão da SATA de concentrar os seus aviões apenas numa ilha.

Deputado Francisco César (PS): Sabe por que é que faz isso?

A Oradora: O Governo Regional aponta o aumento de custos, aponta que a concentração de todos os seus aviões numa única ilha vai diminuir os custos, vai trazer melhor operacionalidade, vai permitir gerir melhor as tripulações, vai permitir diminuir os custos com as manutenções, com eventuais duplicações de *stock* material. Pois, relativamente a essa matéria, a cada um desses pontos, o PSD consegue mostrar que são falsos e irrelevantes.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em primeiro lugar, a SATA tem duas frotas separadas. Tem uma frota de Q200 e uma frota de Q400. As duas são independentes, em aviões e em tripulações. Logo, não há ganhos de operacionalidade por esta questão. Em termos operacionais e a bem dessa operacionalidade, tudo levava a que uma frota, a de Q400, ficasse baseada em Ponta Delgada e a outra frota numa outra ilha do Grupo Central, que é apenas um avião, porque o outro está na Madeira, como todos nós sabemos.

Vamos às grandes manutenções. As grandes manutenções sempre foram, e tem todo o sentido que o sejam, feitas em Ponta Delgada. Foi assim com o Dornier, é assim com o Dash que está baseado na Madeira. Por isso, a questão das manutenções é uma falsa questão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: As manutenções de linha podem muito bem ser feitas no Grupo Central. Existem mecânicos, ou não existem? Sem acréscimo de custos, eles estão lá. Para as manutenções de linha, eles estão lá.

Facto é que a concentração actual fez o quê? Fez com que, por dia, fossem feitas mais quatro viagens desnecessárias a Ponta Delgada. De manhã, recentra-se o avião no Grupo Central, para fazer as ligações entre o Grupo Central e as ligações com o Grupo Ocidental. A meio do dia, vai-se a Ponta Delgada mudar a tripulação que tem o seu tempo de voo queimado. Ao final do dia, vai-se arrumar o avião na pista de Ponta Delgada.

Deputado Francisco César (PS): Então, a Sra. Deputada não quer a pernoita, quer é a base!

A Oradora: O que é uma base, Sr. Deputado? O que é uma base? Pense.

Hoje, uma operação que era efectuada pelo Dornier é a mesma que é feita pelo Dash, com mais duas tripulações, mais duas saídas de Ponta Delgada e duas voltas a Ponta Delgada. O exemplo é muito claro: são feitas mais duas horas – mais duas horas! – desperdiçadas nestes voos de saída e regresso a Ponta Delgada, para fazer uma viagem que o Dornier fazia também. E qual é o percurso? Ponta Delgada/Terceira/Graciosa, Terceira/Ponta Delgada, Terceira/Corvo, Terceira/Ponta Delgada: mais duas horas que se gastam, por dia, para fazer o mesmo circuito que o Dornier fazia, quando estava baseado na Ilha Terceira. Mais duas horas desperdiçadas, que podem levar a mais voos e melhores horários, dentro do Grupo Central e com o Grupo Ocidental.

Tudo isto vem mostrar que, realmente, a frequência de voos tem de ser menor, os horários de voos têm de ser menos adequados! Os passageiros levam mais tempo e levarão mais tempo a chegar às *gateways* que lhes dão acesso ao continente.

Por outro lado – esta, arrisco-me a dizer que é muito pouco séria –, comparar cancelamentos de voos de uma ilha contra outras oito ilhas. Compara-se o cancelamento de voos em Ponta Delgada, que é cerca de metade dos cancelamentos em 2008 e sensivelmente metade em 2009, para o resto dos cancelamentos de outras oito ilhas! Isto não é sério!

Deputado Francisco César (PS): Não foi isso que o Sr. Deputado disse!

A Oradora: Não é sério, não pode ser sério! Foi isso que foi dito, sim senhor! Doze cancelamentos em Ponta Delgada, contra catorze nas restantes oito ilhas, é isto que está dito, é, sim senhor! A verdade é que existem tantos cancelamentos num sítio como nas restantes oito ilhas.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): É falso!

A Oradora: Quando, estrategicamente, o que devia ser feito era dividir os ovos pelos vários cestos! Nós sabemos que temos nevoeiro! Todas as ilhas têm nevoeiro, sim senhor, e pode levar ao cancelamento. Mas a probabilidade de todas

terem nevoeiro ao mesmo tempo é muito reduzida! Por isso mesmo, quando Ponta Delgada não está operacional, o Grupo Central com certeza estará, e vice-versa!

Agora, falando nos casos de catástrofe: é verdade que a SATA não está certificada e não tem vocação, sequer, para isso. Mas, na altura de catástrofe, todos os meios contam! A SATA transporta carga e passageiros e todos os meios contam! A não ser que me consigam explicar, então...

Presidente: Sra. Deputada, agradeça que terminasse, já atingiu os dez minutos.

A Oradora: Já concluo, Sr. Presidente.

...o porquê de terem dado apoio ao Haiti. Não se percebe: se não tem vocação para apoiar em catástrofes, não percebo então para que deram apoio ao Haiti.

Por fim, a SATA tem um avião estacionado permanentemente na Madeira. Isto, sim, significa custos e custos muito elevados, quer com rotação, estadia, transporte, ajudas de custo, quer de mecânicos, quer de tripulações. Isto, sim, são custos. Eu só não quero pensar que os custos elevados que a Madeira significa para a SATA estejam a penalizar a realização e o oferecer de um serviço público, nos Açores, em condições!

Obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo exactamente pelo fim da intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão. A grande preocupação da SATA, facilmente demonstrável, é que se preocupa mais em servir os não açorianos do que os açorianos. E o exemplo da Madeira é paradigmático.

O Q200 estacionado no Funchal nunca foi problema para a manutenção da SATA. Por isso mesmo, põe por terra todos os argumentos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, particularmente, do Sr. Secretário da Economia. O Q200 no Funchal não tem problemas de manutenção. O Q200 no Funchal tem custos acrescidos, excessivamente acrescidos, para servir a Região Autónoma da Madeira, em vez de estar nos Açores, principalmente a servir o Grupo Central. Os dois

Q200, como anunciou o Governo aquando da compra dos aviões. Falhou logo nesse ponto, pegando num e pondo-o no Funchal! Foi isso que foi anunciado pela SATA, foi isso que foi anunciado pelo Governo Regional e temos um Q200 que vai uma vez à Graciosa e uma vez a São Jorge por semana, Sr. Deputado!

Depois, estes números pura e simplesmente fantasiosos e não verdadeiros que o Sr. Secretário da Economia aqui referiu, em Março do ano passado, os custos que custava ter o avião na Madeira, são pura e simplesmente falsos! E, até hoje, várias vezes desafiado, o Sr. Secretário da Economia nunca os provou, porque não os consegue provar. Este é o intróito desta intervenção. Agora, vamos ao relatório da comissão.

Em primeiro lugar, também queria lembrar aqui, e obviamente que estou muito satisfeito com a iniciativa destes peticionários, milhares deles – milhares deles! –, que, naturalmente, deveriam ter merecido, se estivessem aqui em debate com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com os deputados eleitos pela Terceira, o epíteto de intelectualmente desonestos, que foi aquilo que chamaram ao CDS quando reivindicou que esse avião ficasse na Terceira. Portanto, ficam os peticionários da Terceira, desta petição, e dos Açores, que assinaram isto, classificados pelo Grupo Parlamentar do PS...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não, não, foi o Sr. Deputado Berto Messias. Quer que lhe leia o Diário das Sessões, quer que lho leia? Classificou quem defendia isto com os mesmos argumentos dos peticionários – os mesmos argumentos dos peticionários, aqui plasmados, foram classificados por V. Exas. – como intelectualmente desonestos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso é uma chicana interessante.

O Orador: E foi o Sr. Deputado Berto Messias.

Portanto, quanto a custos, do que aqui se apresenta, são falsos. E eu desafio o Governo Regional a provar, num Q200, e o Grupo Parlamentar do PS, que estes números são verdadeiros. Até hoje, passado mais de um ano e meio, ainda não o provaram, depois de várias perguntas!

Agora, vamos ao relatório. Na questão dos voos cancelados, é uma imprecisão o que aqui está, para não lhe chamar outra coisa. Aliás, é uma manobra da SATA, esta sim, intelectualmente desonesta, quando diz que doze voos têm origem em Ponta Delgada e catorze têm a ver com o Aeroporto das Lajes e outros aeroportos. Mas quais são os outros aeroportos?

Deputado Francisco César (PS): O critério é o mesmo!

O Orador: Não, não! Por que é que não identificaram aqui os outros aeroportos? Porque isto não é verdade! Porque o voo foi cancelado, o avião vem de Ponta Delgada/Terceira e fica na Terceira, por problemas meteorológicos no aeroporto de destino! Não cancelou na Terceira! Isso é uma desonestidade intelectual da SATA, Sr. Secretário! Portanto, vem aqui, mas não enganam ninguém!

Deputado Francisco César (PS): O critério é o mesmo!

O Orador: Não, não! Os senhores tentam confundir, que os voos são cancelados com origem na Terceira, e não é verdade! São intelectualmente desonestos, para usar o mesmo adjetivo!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: O vosso Grupo Parlamentar é que me acusou.

Vamos a outra imprecisão do relatório. No capítulo V, quando diz que a SATA adquiriu nova frota, substituindo-a por dois novos, não é verdade!

Deputado Francisco César (PS): Novos para a SATA.

(Risos da câmara)

O Orador: Não é verdade! Os Q200 são usados, a SATA não comprou seis aviões novos, Sr. Deputado Francisco César, foram novos para a SATA e a SATA, despudoradamente, anuncia nas suas revistas que são aviões novos. São usados! Com mais ciclos do que o ATP que se foi embora! Portanto, é preciso que o povo também saiba estas coisas, porque não basta pôr umas cadeirinhas lá dentro para dizer que é um aviãozinho novo. E os problemas vão começar.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Foram os senhores que disseram que eram novos! A administração da SATA é que disse que eram novos! Não é verdade: são velhos, são usados! E os senhores gastaram uma fortuna nesses aviões e não os conseguiram pôr a funcionar como deve ser. O sistema de redução de ruído funciona nos Q200?

Deputado Francisco César (PS): Nos Q200 não funciona!

O Orador: Ah, nos Q200 não funciona, Sr. Deputado! É verdade!
Sr. Deputado, o senhor sabe o que quer dizer “Q”?

Deputado Berto Messias (PSD): *Quiet?*

O Orador: *Quiet!* E eles foram-no, antes. Antes, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): E o senhor sabe o que quer dizer *Quiet?*

O Orador: Calminha! Calma, Sr. Deputado! Não é para si.

Porque antes, Sr. Deputado Francisco César, os aviões chamavam-se Dash8, não eram Q. Passaram a ser Q quando lhes introduziram o sistema de redução de ruído e passaram a *Quiet*. Portanto, os senhores não têm nenhuns Q200, os senhores têm um Dash200 usado, antigo e com poucos anos de vida!

Agora a maior, vamos aos pontos, por aqui abaixo: “A entrada da nova frota ao serviço da SATA (...) visou alcançar os seguintes objectivos: maior operacionalidade das aeronaves aos aeroportos e aeródromos dos Açores”, falso! Ainda ontem vimos aqui as dificuldades do Corvo. Falso. Portanto, este argumento, alínea a), não vale. Dificuldades de operacionalidade, nas Flores também vão ter, no inverno e vão ter em São Jorge, com o Q400, porque têm o Q200 na Madeira.

Depois, “maior raio de acção das aeronaves”, não interessa nada aos açorianos, Sr. Deputado! Não interessa aos açorianos ter um maior raio de acção, porque os senhores o querem, mais uma vez, para servir a Madeira, fazendo voos Ponta Delgada/Funchal, Sr. Deputado, ou Srs. Deputados! Porque qualquer avião tinha um raio de acção suficiente. Aliás, mais: são nitidamente sobredimensionados para o fim a que se destinam.

Deputado José Lima (PS): Então, para que se fez uma frota de aviões, é para estar parada?

O Orador: “Maior velocidade de cruzeiro”, Sr. Deputado? Maior velocidade de cruzeiro, para poupar três, quatro, ou dez minutos, numa viagem? Irrelevante!

Depois, “maior capacidade de transporte de carga e passageiros” nem sempre, nem sempre, porque assistimos, ainda neste verão, a carga a faltar.

Agora, aqui, uma coisa curiosa, “menor custo por quilómetro”. Aliás, o Sr. Deputado, se me permite, devia pôr por milha voada, porque não se diz quilómetros voados, diz-se milhas voadas. É o termo técnico em aviação, não se diz por quilómetro voado, é por milha voada. Portanto, “menor custo por quilómetro\passageiro voado”. E então, Sr. Deputado, onde está a diminuição da passagem, do dinheirinho que os açorianos pagam? Onde está?

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Ai, não está! Também está aqui, não são consequentes.

Depois, a “diminuição dos custos de manutenção, através”... Isso agora, aqui, Sr. Deputado, os senhores gastaram o que tinham de gastar, e foi muito dinheiro, a certificar todos os mecânicos que estão na Terceira, para os Dash Q200 e Q400. Todos eles têm o curso de certificação para Q200 e Q400, o que põe por base o argumento dos maiores custos. Eles são certificados, como os que estão em Ponta Delgada, para manutenção dos aviões. Portanto, esse argumento é completamente falso!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado, atingiu os dez minutos.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, muito obrigado.

Quanto a um outro argumento que os senhores usavam, do *type rating*, os senhores já o engoliram, porque eu disse nesta casa, e também outros disseram, que não era possível, são dois aviões completamente diferentes! Completamente diferentes, não é possível haver o mesmo *type rating*, portanto. Até das tripulações os senhores tiveram de engolir a vossa imprecisão e a vossa propaganda, que andaram

aqui a vender aos açorianos e a todos nós! Erraram no *type rating*, mais uma vez, Srs. Deputados!

Ou seja, os vossos argumentos são apenas uns argumentos centralistas, de centrar tudo numa só ilha! Não há mais nenhum argumento que os senhores possam usar para justificar.

E mais, a questão era que os senhores, nesta matéria, não tiveram o mínimo de pejo em provocar uma greve, em autêntico pico do turismo, causando milhões de euros de prejuízo!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sim, os senhores! Porque não cederam na questão dos chefes de cabine e na promoção dos tripulantes de cabine! Acabaram por ceder, depois de provocar milhões de euros de prejuízo à companhia!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Isso mesmo é a desculpa que o Sr. Presidente do Conselho de Administração já anda a arranjar para dizer que a SATA vai ter enorme prejuízo no fim do ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetece dizer que, após todas estas intervenções dos Srs. Deputados e da Sra. Deputada de diferentes bancadas, pouco mais há a acrescentar ou a provar, relativamente à razoabilidade e à justiça daquilo que os peticionários invocam.

Dizem eles, na sua pretensão, que “É da responsabilidade de todos exigir ao Governo Regional que actue junto da Administração da SATA (...) no sentido de manter, pelo menos, um dos seus aviões estacionado permanentemente num dos aeroportos do Grupo Central”. Não tem de ser, necessariamente, na Terceira, segundo o que está aqui, é num dos aeroportos do Grupo Central.

Deputado Mark Marques (PSD): São Jorge.

A Oradora: Mas eu gostaria de tecer, apesar de quase tudo já ter sido dito no sentido da concordância e da fundamentação desta petição, alguns comentários.

Desde logo, o primeiro seria este: não por acaso, esta petição foi entregue no dia 25 de Abril deste ano, o que é uma data curiosa. É uma forma absolutamente magnífica de os milhares de subscritores desta petição celebrarem o 25 de Abril, através de uma iniciativa cidadã, que parte do pressuposto de que vale a pena ter esta iniciativa, vale a pena os cidadãos e as cidadãs mobilizarem-se por aquilo em que acreditam, pelas suas convicções e por aquilo que acham justo. E é de todo razoável esperar que esta Assembleia seja sensível a essa razoabilidade. Desde já, evidentemente, à semelhança de todos os outros deputados que me antecederam, felicito esta iniciativa e os seus subscritores.

A outra consideração é: a nossa região é uma região dispersa, é uma região territorialmente descontínua, desigualmente desenvolvida. E é curioso, se nós pensarmos em relacionar estas verdades de La Palice, como por exemplo a descontinuidade dos órgãos de governo próprio, a descontinuidade como os órgãos de governo próprio desta região estão espalhados por diversas ilhas e por diversos grupos. Porque será? É uma boa pergunta. Qual será a razão, qual será o fundamento? Tem custos? Ah, pois tem! Todos sabemos, mas todos estamos dispostos a pagá-los, sobretudo as populações, o povo açoriano, porque é ele que paga! Mas vale a pena, essa dispersão, porque há outros ganhos e há outras conquistas! Postos no prato da balança, parece que vale a pena.

Ora, como esta mesma constatação que é para nós uma verdade de La Palice, também é uma verdade de La Palice invocar esta pretensão de ter um avião estacionado permanentemente numa das ilhas do Grupo Central, invocando condições meteorológicas adversas – de que a nossa região é useira e vezeira, para o bem e para o mal, não a teríamos se não fosse assim, mas às vezes apetecia-nos um bocadinho mais de sol –, invocar a possibilidade de catástrofes naturais – que, felizmente, não acontecem com abundância, mas são uma espécie de espada de Dâmocles que todos nós temos permanentemente em cima da nossa cabeça e não sabemos quando acontece – e, finalmente, invocar as questões operacionais, ou seja, melhores e mais ligações que se podem efectuar entre o Grupo Central e o

Grupo Ocidental. Verdades de La Palice, razoáveis, que o mero bom senso compreende.

Ora, eu também compreendo e o Bloco de Esquerda compreende, os critérios de operacionalidade e de gestão invocados pelo Governo Regional e pelo partido da maioria, e o argumento economicista. Nós compreendemo-lo. Poupa-se mais dinheiro? Os senhores têm-no dito. É mais razoável, poupa-se mais dinheiro. Nós até estamos dispostos...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência)

A Oradora: Srs. Deputados, oiçam!

Deputado José Rego (PS): É servir as pessoas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Suponhamos que, de facto, o argumento da poupança, o argumento da razoabilidade dos custos, o argumento de gastar menos, numa época em que todos precisamos tanto do dinheiro de todos, sem dúvida, é mais caro. Da mesma maneira que é mais caro ter dispersos os órgãos de governo próprio, é a mesma coisa. Mas há uma coisa que acho que vale a pena recordar: a SATA não é uma empresa qualquer! A SATA é uma empresa pública, que presta um serviço público! E, meus senhores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. e Srs. Membros do Governo, a proposta de revisão constitucional do PSD ainda não foi aprovada! Portanto, os serviços públicos deste país e desta região não se podem reger pelo critério do economicismo, porque deixam de prestar o serviço público, que é a sua obrigação.

Sai mais caro? Eventualmente, sairá. Vale a pena? Quem tem alguma dúvida neste Plenário? Provavelmente, o partido maioritário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós!

A Oradora: É legítimo, mas que fique claro que o Bloco de Esquerda não as tem. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, há duas inscrições, temos duas hipóteses: ou terminamos por aqui os nossos trabalhos de hoje, ou prolongamo-los por mais quinze minutos, ou seja, dez minutos para além da hora, e encerramos este ponto. Penso que é mais razoável, em benefício do debate, continuarmos e encerrarmos às 8:10. Vamos, então, continuar, faltam ainda quatro minutos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados do Partido Socialista, não compreendo a vossa agitação.

Srs. Deputados, o que vos venho dizer...

(Vozes de protesto da bancada do PS)

O Orador: Dois dos subscritores são do Corvo.

A questão essencial é esta, e vou praticamente analisá-la com três linhas de abordagem muito rápidas e muito lógicas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que o senhor diz é que não é mais lógico, mas, se for mais lógico...

O Orador: Sr. Secretário, eu gostava de fazer a minha intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a ver se acabamos às 8:10, está bem?

O Orador: A questão é muito simples. É evidente que não é racional, num arquipélago como o nosso, concentrar toda a frota da SATA numa única ilha. Isto parece-me, absolutamente, um determinismo geográfico. O Sr. Secretário da Presidência tem dificuldade em entender isto. Sr. Secretário, não vejo que, do ponto de vista cognitivo, isto tenha alguma dificuldade de compreensão. Em termos de qualquer operação, quer do ponto de vista marítimo, quer do ponto de vista aéreo, é evidente que a concentração das operações numa única ilha, num único local, provoca a diminuição da capacidade logística. Qual é a dúvida? Nenhuma dúvida!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Onde é que punha o avião?

O Orador: Na Terceira, obviamente!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Ah! Mas porquê?

O Orador: Do ponto de vista operacional, do ponto de vista logístico, faz algum sentido concentrar no Grupo Oriental a única resposta logística às condições, do ponto de vista climático, do ponto de vista também dos riscos que nós temos, em relação a catástrofes naturais? Faz sentido concentrar numa única ilha? Não faz sentido absolutamente nenhum, parece-me também evidente e lógico.

Qual é o grupo do arquipélago que fica mais prejudicado? É o Grupo Ocidental, é óbvio. Por isso é que, também, existe um grande número de subscritores que é natural das Ilhas do Corvo e das Flores e que é residente nestas ilhas, porque obviamente ficamos a cerca de seiscentos quilómetros da base logística que os senhores escolheram.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então, a base devia ser no Faial, é a mais próxima!

O Orador: Isto não tem qualquer tipo de dificuldade. Então, como se pode compreender a decisão estratégica e política – porque acaba por ser uma decisão política – de concentrar a frota em São Miguel? É exactamente para poder servir as operações em relação ao arquipélago da Madeira. Não tenho nenhuma dúvida que é isto que se procura para o futuro.

Considero que o essencial é servir, em primeiro lugar – a empresa, evidentemente, deve ter projecção externa, com certeza; mas, em primeiro lugar, esta empresa tem de ter uma vocação, que é servir – o interesse da região. E servir o interesse da região é servir o interesse de todas as ilhas! De todas, aumentando a sua capacidade logística, aumentando a capacidade de poder servir um conjunto de ilhas, diminuindo os riscos associados a uma diminuição da capacidade logística por parte da frota da SATA, que advém do facto de estar concentrada numa única ilha e, no que diz respeito ao Grupo Ocidental, uma base logística que fica a seiscentos quilómetros.

Portanto, em relação a esta decisão, em relação a esta questão, a posição do PPM é claramente de apoiar o conjunto dos argumentos que aqui estão, que são absolutamente lógicos, e de apoiar os peticionários. Considero que o Governo Regional e o Partido Socialista, em relação a esta questão, fazem muito mal em manter uma posição completamente ortodoxa, que não tem qualquer lógica do ponto de vista logístico, uma decisão que penaliza gravemente um conjunto muito grande de pessoas, nomeadamente aqueles que vivem fora da Ilha de São Miguel. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, porque julgo que se impõe e tendo em conta aquilo de que se trata, elogiar os peticionários e elogiar também esta petição, porque é, naturalmente, um exercício de cidadania e de intervenção cívica, que qualquer um de nós e qualquer agente do sistema político deve sempre louvar.

Em segundo lugar, quero dizer também que esta petição trata de um tema que já foi abordado aqui, no decorrer de uma proposta legislativa, um projecto de resolução que foi, aliás, alvo de uma exaustiva discussão, de uma exaustiva troca de argumentos de todas as bancadas, discussão essa em que pôde também participar o Sr. Secretário Regional da Economia, que na altura, quer em sede de comissão, quer no Plenário, esclareceu exaustivamente todas as questões que tinham de ser esclarecidas relativamente a esta matéria. Isso poderá, naturalmente, ser comprovado e perfeitamente verificado no Diário das Sessões e no próprio relatório referente a essa discussão que agora referi.

Outra precisão que também julgo ser importante: de facto, fui eu que o fiz, fi-lo e reitero que classifiquei a proposta, na altura, do CDS/PP como de intelectualmente desonesta, porque – e foi a isso que me cingi – comparava o Dornier com os novos Dash Q200. Isso também poderá ser perfeitamente comprovado nesse Diário das Sessões.

(Vozes de protesto da câmara)

O Orador: Feitas estas notas iniciais e feito também este esclarecimento e esta precisão, para que não restem dúvidas, tenho a dizer o seguinte sobre a matéria em apreço:

Como sabemos, a SATA desenvolveu um processo de renovação da sua frota recentemente, adquirindo novas aeronaves para a sua frota.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Novas?

O Orador: Também é preciso referir que não é verdade que a SATA tenha enganado quem quer que seja sobre a aquisição dessas aeronaves, os Q400, totalmente novos, e os Q200, em segunda mão, mas cumprindo todos os requisitos legais de segurança necessários para poderem operar no transporte aéreo, quer de passageiros, quer de mercadorias nos Açores. Aliás, a SATA nunca escondeu, em circunstância alguma, essa questão, como se pode comprovar pelo esclarecimento público da SATA feito na altura.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não é verdade!

O Orador: Na altura dizia: “Desde a primeira divulgação pública feita acerca da nova frota, foi mencionado o seguinte”...

Deputada Carla Bretão (PSD): Não é verdade!

O Orador: Posso? Dá-me licença? Muito obrigado.

...“as aeronaves Dash Q400 eram compradas directamente ao fabricante em estado novo e os Dash Q200 seriam comprados em segunda mão”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A data!

O Orador: A SATA nunca foi omissa em relação a este assunto. Desde a primeira hora, nomeadamente na conferência de imprensa no Teatro Micaelense no dia 31 de Março de 2008, no memorando disponibilizado no *website* desde aquela data...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Novos!

O Orador: ...e no *press release* distribuído em 5 de Abril de 2008, com as condições de aquisição dos Dash Q200 e dos Dash Q400. Ou seja, em circunstância nenhuma houve qualquer tentativa de ludibriar ou enganar os açorianos sobre a aquisição e as condições de aquisição das novas aeronaves.

Mas, continuando, é preciso dizer que também esta nova frota permite, tendo em conta as suas características, uma melhor e diferente gestão de frota, com impacto na oferta de transporte aéreo de passageiros e de mercadoria. Quatro Q400 novos e dois Dash Q200 em segunda mão, com maior flexibilidade e com muito maior capacidade de resposta, tendo em conta as necessidades das populações.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós isso sabemos!

O Orador: Ou seja, pode funcionar só com passageiros e com o porão de carga; pode funcionar na versão *combi*, com passageiros e com carga; e pode funcionar também só com carga. São pressupostos importantes! Eu percebo que incomode, mas são pressupostos importantes, que nos fazem discutir esta questão de forma séria, com todos os pressupostos que devem ser discutidos, sem analisar pequenas questões localizadas.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Vamos lá chegar, Sr. Deputado.

Continuando, estas características têm em conta e servem também de pressuposto para o novo modelo.

Deputada Carla Bretão (PSD): Concentração: sim, ou não? Indique os argumentos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra. Faça o favor.

O Orador: O Sr. Presidente dá-me licença?

Presidente: Faça o favor.

O Orador: Muito obrigado.

Sobre isto, também devo dizer que há muito – e, aliás, isso é perfeitamente evidente em todas as ilhas dos Açores – que o PS defende e implementa uma visão verdadeiramente arquipelágica e defende um desenvolvimento verdadeiramente harmónico em todas as ilhas dos Açores. Isso é muito claro, materializado e comprovado por diversos indicadores económicos, pela diversificação das actividades económicas que temos hoje em todas as ilhas dos Açores. E a SATA e

o modelo de transporte aéreo de passageiros e de mercadorias que temos nos Açores têm dado e sempre deram um contributo inestimável para esses indicadores e para essa evolução positiva.

Deputado Rui Ramos (PSD): Concentração: sim, ou não?

O Orador: Quanto às questões meteorológicas e quanto às catástrofes naturais – que são, aliás, preocupações sérias e legítimas das nossas populações, às quais temos de ter a capacidade de responder –, Sras. e Srs. Deputados, todos sabemos – todos nós sabemos e os senhores também sabem – que não é a SATA que tem de responder, em primeira instância, em termos de respostas imediatas, no caso de catástrofes naturais. Toda a gente sabe isso e os senhores também sabem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é isso! O problema não é esse!

O Orador: Nenhum açoriano, no Grupo Central ou em qualquer outra ilha dos Açores, se sente mais ou menos seguro por ter ou não ter um avião estacionado, baseado, pernoitado, na sua ilha. Nenhum açoriano se sente mais seguro por causa disso.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Não é verdade, eu sinto-me mais seguro!

Deputado Mark Marques (PSD): Essa é a sua opinião! Eu quero um avião na Ilha de São Jorge!

O Orador: Eu ouvi falar todos os Srs. Deputados, portanto agradeço que me deixem falar também, muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado.

Ainda no âmbito das condições meteorológicas e no âmbito da questão das catástrofes naturais – que são, aliás, dois dos objectos referenciados nesta petição –, é preciso dizer o seguinte: a grande maioria dos voos cancelados por razões meteorológicas nos Açores tem a ver fundamentalmente com os aeroportos de destino. E não é correcto dizer, pelo menos não é sustentado por dados, que há, em caso de condições meteorológicas adversas, prejuízo por ter as aeronaves concentradas numa única ilha, seja ela qual for.

Deputado Mark Marques (PSD): A distância é diferente. O senhor vá viver um ano para São Jorge e depois conversamos!

O Orador: Quanto às questões operacionais, são obviamente cruciais e fundamentais para esta questão e para a resposta que a SATA tem de dar, naturalmente, a todos os açorianos e a toda a região. Essa operacionalidade é efectivamente melhorada e reforçada com esta nova frota, com as suas características, bastante mais versáteis, com características que permitem que as aeronaves e que este modelo respondam mais rapidamente e com melhores capacidades às especificidades.

É importante referir também que esta frota é composta por aeronaves com uma complexidade técnica considerável e com enormes exigências, em termos de certificação, quer em termos de pessoal, quer em termos de infra-estruturas, quer em termos de equipamentos. Aliás, basta referir, como os senhores também sabem, que, até ao momento, o processo de certificação dos Dash demorou cinco anos, em termos de instalações de manutenção. Portanto, os senhores sabem. Não só em termos de infra-estruturas para manutenção, como também...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é muito grave!

O Orador: ...para o próprio pessoal de manutenção.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

O desenvolvimento e o crescimento económico, nos quais têm grande influência, naturalmente, os transportes aéreos, não se fazem com estacionamentos, com pernoitas, com “baseamentos”, nem se fazem tendo em conta a localização das bases operacionais das companhias aéreas e os senhores sabem disso. O desenvolvimento e o crescimento económico fazem-se com uma bem gerida operacionalidade das frotas, onde o que interessa são os horários, a capacidade de carga, a articulação dos meios de transporte aéreo com outros meios de transporte, a periodicidade de *stocks* e a sua frequência.

Cada cidadão açoriano, do Grupo Central, do Grupo Oriental, seja de que grupo for, seja de que ilha for, tem de ter horários adaptados às suas necessidades. Qualquer empresário tem de ter um modelo de transportes aéreos de mercadorias que consiga dar resposta às necessidades de escoamento de mercadorias. Ou seja,

um modelo de transportes aéreos que consiga efectivamente responder às necessidades das populações.

A SATA e o nosso modelo de transportes aéreos, naturalmente, têm de estar em constante evolução, têm de ter melhorias, obviamente que sim. Nós somos lúcidos e humildes e percebemos que aquilo que...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

...fazemos tem de ser adaptado à normal evolução, porque não somos, não temos a presunção de achar que somos donos da verdade. Aliás, nunca tivemos! A SATA e o nosso modelo de transportes aéreos têm dado um contributo inestimável para que isso seja conseguido e é hoje, indiscutivelmente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado, o senhor vai despistar-se.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Berto Messias.

O Orador: ...um importante pilar da nossa vivência autonómica.

E é preciso também esclarecer, porque os populismos e as demagogias são fáceis, eu percebo que são fáceis.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Deputado, demagogia está o senhor a fazer há horas.

O Orador: Não, demagogia e populismo é dizer “um avião na Madeira”. A SATA não está na Madeira a gastar dinheiro! A SATA está na Madeira a ganhar dinheiro, para conseguir responder devidamente às obrigações de serviço público que tem nos Açores e ao serviço público que tem de fazer nos Açores!

(Risos dos deputados das bancadas do PSD e BE)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu sei que se aproxima a hora do recreio, mas ainda não chegámos lá. Façam o favor de se comportar. Sr. Deputado Berto Messias, faça o favor de concluir.

O Orador: Vão ter de ouvir até ao fim! Peço imensa desculpa, mas vão ter de ouvir até ao fim.

Qualquer açoriano tem de perceber que uma boa e melhor gestão financeira da SATA terá sempre ganhos efectivos para todos nós, independentemente de qualquer ilha em que estejamos. Independentemente das tentações político-partidárias, demagógicas, populistas, que todos os partidos tenham, legitimamente até, temos de encarar estas questões de forma séria, consistente e tendo em conta todos os princípios que estão envolvidos, porque está em causa o dinheiro de todos e naturalmente que o Partido Socialista dá muita importância a esse facto.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agora sim, terminámos o nosso – longo, reconheço – dia de trabalho. Recomeçamos amanhã, às 10 horas, com a agenda.

Esqueci-me de dizer: deu entrada, sem urgência e pedido de dispensa de exame em comissão, uma Resolução, que seguirá o processo normal, da autoria do PSD, relativa a este assunto, o mesmo tema da petição que acabámos agora de analisar.

Portanto, era para vos dar essa informação.

Eu pedia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência que se aproximassem da Mesa.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 20 horas e 15 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

António Augusto Batista Soares Marinho

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

*Texto não revisto pelo Orador.

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*